UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FERNANDA POLIDORO PAIVA

**“TORNAR-SE FEMINISTA; ENCONTRAR AS PALAVRAS” E AS REDES:
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO FEMINISTA NAS
ARENAS DIGITAIS**

CAMPINAS

2023

FERNANDA POLIDORO PAIVA

**“TORNAR-SE FEMINISTA; ENCONTRAR AS PALAVRAS” E AS REDES:
ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO CAMPO DISCURSIVO FEMINISTA NAS
ARENAS DIGITAIS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientadora: Ana Cláudia Chaves Teixeira

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA FERNANDA
POLIDORO PAIVA, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. ANA CLÁUDIA CHAVES
TEIXEIRA

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P166t Paiva, Fernanda Polidoro, 1996-
"Tomar-se feminista : encontrar as palavras" e as redes estratégias de construção do campo discursivo feminista nas arenas digitais / Fernanda Polidoro Paiva. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Ana Claudia Chaves Teixeira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Mídia social. I. Teixeira, Ana Claudia Chaves, 1973-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: "Becoming feminist : finding the words" and the networks strategies for constructing the feminist discursive field in digital arenas

Palavras-chave em inglês:

Feminism

Social movements

Social media

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestra em Ciência Política

Banca examinadora:

Ana Claudia Chaves Teixeira [Orientador]

Luciana Ferreira Tatagiba

Marisa von Bülow

Data de defesa: 16-05-2023

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0006-9372-659X>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/5552379137678400>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 16 de maio de 2023, considerou a candidata Fernanda Polidoro Paiva aprovada.

Profª. Dra. Ana Cláudia Chaves Teixeira
Profª. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba
Profª. Dra. Marisa Von Büllow

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico este trabalho à memória de Vera Dias,

Bernardino Polidoro e Odilon Dias de Paiva

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro para a realização do mestrado (Processo 131035/2019-3). Aos funcionários do IFCH e da Unicamp, os quais todos os dias constroem a universidade, dedico minha admiração e respeito.

Às minhas interlocutoras, agradeço imensamente pela confiança e disposição. À Ana Cláudia Teixeira, pela orientação tão generosa, afetuosa e paciente, me mostrando que o rigor científico e a sensibilidade são complementares e essenciais para a produção do conhecimento. Difícilmente o que eu escrever aqui será capaz de exprimir o tamanho da minha gratidão e admiração.

À Luciana Tatagiba, Marisa Vön Bulow e Sônia Alvarez, as quais as sugestões tanto na banca de qualificação quanto nas leituras atentas trouxeram contribuições indispensáveis para a realização deste trabalho.

Ao NEPAC, em nome de Adriana Pismel e Isabela Andrade, que desde o início me proporcionou um ambiente de produção colaborativo e amistoso, sem o qual minhas pesquisas teriam certamente menos substância. A todos as pesquisadoras e pesquisadores que compuseram o núcleo e que me mostraram que paixão é matéria prima fundamental da produção científica.

À Marianne Malini, Jonas Medeiros, Larissa Meneses, Débora Zanini e Thiago Falcão pelos inspiradores encontros teóricos e dedicação conjunta na análise de campos tão complexos e desafiadores quanto os nossos. Suas contribuições foram fundamentais para a realização deste trabalho e para o meu desenvolvimento como pesquisadora.

À Ariane Dini e à turma de EN433, que me fizeram conhecer as Ciências Sociais para além do IFCH e foram tão carinhosas comigo, me mostrando o encanto da docência. Assim como o fizeram Guillermo Valdés e as turmas do colégio Alves. Sempre terei em você e na Olívia uma referência. À Emilene Barbosa e Cristina Rick, professoras e as primeiras feministas que encontrei em sala de aula.

Aos amigos da graduação e do mestrado - Michael Santos, Italo, Raul, Marcos, João, Michel, Leandro, Camila, Julio, Marília, entre tantos outros - cuja companhia e generosidade fizeram dos campi e adjacências lugares dos quais eu sempre terei saudade. À Flávia Colus, que compunha comigo nosso congresso feminista particular nos pontos de ônibus, nas cadeiras do restaurante universitário e nos corredores do prédio da graduação. À Lídia Torres, que entre jantinhas e episódios de MasterChef me incentivou a escrever meu primeiro projeto de iniciação científica e que me mostrou a importância dos afetos no fazer científico.

À Raíssa Vidal, pelo carinho tão característico que vinha em forma de cafês, vinhos e incentivo quando a insegurança insistia em aparecer. Larissa Alves, que sempre me inspirou tanto e que hoje me mostra a importância do cuidado em rede. À Giovana Madureira, pela sensibilidade e por me guiar no tortuoso e inescapável caminho do inconsciente. À Alma Monges, Juliana Lobo e Natália Máglis, pela amizade que me manteve inteira. Ao babalorixá Mário Fernandes agradeço pela proteção, incentivo e ensinamentos valiosos, que me fizeram perceber o tamanho da minha ignorância em relação aos mistérios desse mundo.

À minha mãe, raiz fíncada na terra e nutrida com o cuidado herdado das enxadas do meu avô Ino. Ao meu pai, que me ensinou a buscar a grandeza do mundo. Ao meu irmão, que me mostrou o amor incondicional e à minha família. Serei eternamente grata por tudo o que fizeram por mim e por serem a base sólida que me sustentou ao longo da minha trajetória até aqui.

“A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade”

(Conceição Evaristo em
Poemas de recordação e
outros movimentos,
3.ed., p. 24-25).

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender o desenvolvimento de processos de identificação (TATAGIBA e ZANINI, 2018) de ativistas feministas, através da apropriação das plataformas digitais. Nesse sentido, procura investigar quais mecanismos e práticas (McADAM, TILLY e TARROW, 2001) estão envolvidos nesses processos e quais papéis desempenham. A metodologia utilizada é qualitativa com a realização de 18 entrevistas com roteiro semi estruturado, análises de documentos, de blogs, de *fanpages* do Facebook e de grupos fechados também no Facebook, considerando 2010-2015 como marco temporal de investigação. Como resultados, a pesquisa destaca que ampliação da escala da circulação do discurso feminista e as mobilizações que a acompanharam foram marcadas por um intenso trabalho de recrutamento feito a partir de usos estratégicos de uma ecologia de plataformas digitais pelas ativistas. Dentre eles, destacam-se os esforços de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) e de “trabalho emocional” (REGGER, 2004), os quais subsidiaram os processos de identificação aqui investigados. Além disso, os resultados confirmam a pluralização do campo feminista, como apontada pela literatura (ALVAREZ, 2014), evidenciada pelo aumento dos embates internos, com a proliferação de correntes feministas, bem como dos embates externos, através do contato mais próximo com os campos antagonistas, facilitado pelas plataformas digitais.

Palavras Chave: Feminismo; Movimentos Sociais; Mídia Social.

Abstract

The present work aims to understand the development of processes of identification of feminist activists (TATAGIBA and ZANINI, 2018) through the appropriation of digital platforms. In this sense, it seeks to investigate the mechanisms and practices (McADAM, TILLY, and TARROW, 2001) involved in these processes and the roles they play. The methodology used is qualitative, involving 18 interviews with a semi-structured script, document analyses, blog analyses, Facebook fan page analyses, and analyses of closed Facebook groups, considering the period from 2010 to 2015 as the investigative timeframe. As results, the research highlights that the expansion of the feminist discourse's circulation scale and the accompanying mobilizations were marked by intense recruitment efforts carried out through strategic uses of a digital platform ecology by activists. Among these efforts, the importance of "gender literacy" (LOYOLA, 2022) and "emotional labor" (REGGER, 2004) stand out, as they underpinned the processes of identification investigated here. Additionally, the results confirm the pluralization of the feminist field, as pointed out in the literature (ALVAREZ, 2014), evidenced by increased internal clashes, with the proliferation of feminist currents, as well as external confrontations through closer contact with antagonistic fields facilitated by digital platforms.

Key words: Feminism; Social movements; Social media

Introdução	12
Ciclo de mobilização feminista	13
Objetivos	17
Metodologia	17
Capítulo 1: ferramentas teóricas para pensar o ativismo digital feminista	24
A definição de “ativismo digital” e seus pressupostos	25
O ativismo digital feminista e suas especificidades	27
A multiplicidade do “campo discursivo de ação feminista”	29
Como são construídos os “processos de identificação coletiva” no campo discursivo feminista	30
“Letramento de gênero”, enquadramentos interpretativos e o “encontrar as palavras”	33
Capítulo 2: Investigando as arenas digitais	37
O papel dos blogs no processo de construção e difusão do campo discursivo feminista	38
Escreva Lola Escreva	40
Cem Homens	56
Capítulo 3: Análise das práticas discursivas em páginas feministas no Facebook	65
Quem eram as mulheres responsáveis pela fundação e manutenção das páginas? Como elas se tornaram feministas?	66
Como as páginas eram apropriadas pelo campo discursivo feminista?	69
Relacionamentos abusivos e a violência contada em primeira pessoa	69
O crescimento do campo: o I Encontro Feminista de São Paulo	72
O papel das páginas no processo de letramento de gênero	78
A segmentação do campo em vertentes e a construção de uma teoria política nativa	85
Trincheiras digitais	89
Capítulo 4: as “redes submersas” do campo discursivo feminista nas redes sociais	93
Grupos exclusivos de mulheres no Facebook como espaços livres	98
Mapeamento dos grupos de mulheres no Facebook	99
Profusão de um vocabulário e cultura comuns e acesso direto aos textos	101
As práticas de identificação: “addedaços” (ou ”addaços”) e filtros nos avatares das fotos de perfil	106
O papel das redes enquanto circuitos de solidariedade e apoio mútuo	108
Considerações finais	113
Referências bibliográficas	116
Anexos	127
1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	127
2. Roteiro semi-estruturado de entrevista	130
3. Perfil das entrevistadas	135

Introdução

O presente projeto é resultado de um esforço coletivo de análise da influência das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação nas formas de ativismo político e participação social, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC). Ele se fundamenta no acúmulo teórico e empírico das pesquisas que eu realizei durante as cotas 2016-2017 e 2017-2018 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UNICAMP.

Desde a minha iniciação científica, tenho me dedicado ao estudo da emergência de um ciclo de mobilizações feministas no Brasil, que tem sido acompanhado pela mobilização de mulheres e meninas que, embora nunca tenham participado de organizações ou coletivos de movimentos sociais, estão redefinindo a dimensão e o alcance das pautas feministas.

Buscando explorar tais fenômenos, meu objetivo foi compreender de que maneira as ativistas feministas desenvolvem processos de identificação através da apropriação das plataformas digitais (TATAGIBA e ZANINI, 2018). Dessa forma, as principais perguntas que nortearam esta pesquisa foram: como, a partir de processos de apropriação das plataformas digitais, as ativistas feministas desenvolvem processos de identificação (TATAGIBA e ZANINI, 2018)? Quais mecanismos e práticas (McADAM, TILLY e TARROW, 2001) estão envolvidos nesse processo e quais papéis desempenham?

O argumento central defendido é o de que a ampliação da escala da circulação do discurso feminista e as mobilizações que a acompanharam foram marcadas por um intenso trabalho de recrutamento feito a partir de usos estratégicos das plataformas digitais pelas ativistas. Dentre eles, destacam-se os esforços de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) e de “trabalho emocional” (REGGER, 2004), os quais subsidiaram os processos de identificação aqui investigados.

O período temporal da pesquisa situa-se entre os anos de 2010 e 2015, compreendendo tanto o auge das mobilizações feministas no Brasil - o ano de 2015 - como um período anterior, o que nos permite observar o início do processo de popularização do discurso feminista nas respectivas plataformas digitais.

A escolha das plataformas digitais e da delimitação do marco temporal que compuseram os objetos de análise nesta pesquisa se deu a partir de um processo de investigação empírica, que incluiu pesquisas exploratórias, exploração do conteúdo publicado nas plataformas e entrevistas em profundidade com ativistas.

O trabalho de campo realizado permitiu: (I) identificar tanto os blogs feministas como o Facebook como canais relevantes de comunicação e mobilização para o movimento

feminista contemporâneo no Brasil, além de evidenciar o potencial destes espaços para a construção e disseminação de conhecimento feminista; (II) determinar o início do marco temporal em função da investigação do período de surgimento das páginas feministas. Isto posto, passemos a uma descrição mais atenta do ciclo de mobilização feminista analisado, de modo que possamos compreender alguns episódios marcantes desse período e como os fenômenos investigados se manifestam através dele.

Ciclo de mobilização feminista

Entre 2013 e 2018, diversas foram as campanhas utilizadas pelo movimento feminista, frequentemente associadas a uma hashtag. As hashtags, representadas pelo símbolo “jogo da velha”, são palavras chaves ou termos associados a um determinado tema que agrupam as postagens a ele relacionadas de forma a serem facilmente encontradas nos mecanismos de busca.

Antoun e Malini, sobre o papel da hashtag na “ecologia participativa” (2013, p. 213) da timeline, afirmam que “ao indexar suas mensagens sobre o mundo em uma hashtag, o perfil de uma rede faz da tag um movimento de apresentação da ação política em seu assunto e transforma as mensagens em quantidades intensivas de argumentos de uma controvérsia” (Ibid, p. 214). Deste modo, na internet 2.0, na qual impera o paradigma do compartilhamento, a hashtag compõe a mudança no modo não só como as informações são publicadas, mas também da forma como as narrativas são coletivamente construídas.

A primeira campanha feminista que ganhou visibilidade nas redes, a #Chega de FiuFiu foi criada em 2013 pela jornalista Juliane de Faria e buscava combater o assédio sexual e dar às mulheres o direito a uma cidade segura e livre de violência de gênero. O site da campanha sustentava um mapa colaborativo que reunia denúncias de assédio. Segundo Leal (2015), cada relato dessa plataforma pode ser compreendido como uma “atitude micropolítica” no cotidiano que contribui para a estruturação da ação política à medida que “sai do plano individual para unir-se a uma vontade coletiva de transformação de uma cultura que oprime as mulheres e trata seus corpos como objeto” (p. 9).

A campanha #NãoMereçoSerEstuprada também mobilizou milhares de mulheres nas redes sociais em espécie de resposta aos resultados divulgados por uma pesquisa do IPEA¹, em março de 2014. O que era inicialmente um convite à mobilização através de um evento no

¹ A pesquisa realizada pelo Instituto buscava medir a tolerância social à violência contra as mulheres e os resultados estão disponíveis em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em 04/05/2023.

Facebook acabou se tornando uma fanpage, que buscava agrupar as fotos e os relatos publicados com fins da campanha, majoritariamente relacionados a relatos de violência, como mostram os estudos de Bortolon e Malini (2016). Assim, a página ultrapassou o seu propósito pontual e se tornou um “espaço seguro para a fala de mulheres vítimas de violência” (Ibid, p. 10).

Por meio da análise quantitativa das postagens, as autoras extraíram dados reveladores acerca dos cenários e formas da violência: múltiplas formas de violência são identificadas em 23,4% dos relatos, apesar da violência sexual se mostrar enquanto a mais frequente, estando presente em 20,5% dos casos. Além disso, em boa parte das vezes, os episódios de violação ocorreram quando as vítimas eram ainda crianças. Tais dados coincidem com aqueles advindos das publicações da campanha #MeuPrimeiroAssédio, na qual mulheres eram incentivadas, novamente, pela Think Olga, a produzirem relatos sobre a primeira vez em que foram assediadas na vida.

A campanha foi desencadeada pelos comentários explicitamente pedófilos envolvendo Valentina, participante do reality show culinário MasterChef Jr., de apenas 12 anos. Em menos de 24 horas, a hashtag foi citada mais de 40 mil vezes no Twitter. Em quatro dias, esse número saltou para 82 mil tweets. O fenômeno de viralização da campanha, processo através do qual a hashtag ultrapassa os conglomerados visíveis ligados às organizações feministas (imagem à esquerda) e se expande para uma rede muito maior (imagem à direita) é apreendido por meio do grafo abaixo:

Imagem 1: Transição temporal por grafos da campanha #MeuPrimeiroAssédio no Twitter. Grafo Esquerda (A): 21/10/2015, às 23h50; Grafo Direita (B): 22/10/2015 às 22h. Grafo das autoras, utilizando Gephi para visualização da rede (TEIXEIRA, MENESES e ZANINI, 2017, p. 5).

O levantamento das publicações envolvendo a campanha feito pela ONG revelou que a idade média dos assédios relatados foi de assustadores 9,7 anos (BELLO, 2015). Além disso, a análise do conteúdo das postagens de Fornari et al (2016) mostra que “os perpetradores foram homens, conviventes próximos no meio familiar e ou com relações de parentesco com as meninas” (p. 1).

Com a chegada do fim de 2015, as mulheres se apropriaram da costumeira brincadeira e a #MeuAmigoSecreto denunciou desde o machismo velado de familiares ou conhecidos até abusos sexuais recorrentes. A hashtag foi criada pelo coletivo Não Me Kahlo que afirmou: “transformaram ‘meu amigo secreto’ em hashtag e, por meio dela, milhares de mulheres estavam compartilhando seus relatos, interagindo e se conectando com as histórias umas das outras” (NÃO ME KAHLO, 2016, p. 14-15).

Nas ruas, a mobilização feminista também estava fortemente presente. Em novembro de 2015, as manifestações, que traziam como palavra de ordem o “Fora Cunha”, buscavam impedir a tramitação do Projeto de Lei de n. 5069. No ano seguinte, mulheres indignadas com um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro lutaram também pelo fim da cultura do estupro em junho de 2016.

Em 2018, foram organizadas diversas manifestações em torno da oposição à candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro: os protestos do #EleNão, como ficaram conhecidos, levaram milhares de mulheres às ruas pelas principais capitais do país e são considerados por Céli Pinto, em entrevista para a BBC Brasil, como as maiores manifestações de mulheres da história do país.

Entre essas campanhas, diversas foram as mobilizações que compuseram o ciclo de mobilizações feministas aqui analisado. Boa parte desses episódios, entretanto, atuava através da lógica de exposição de relatos pessoais de violência enquanto performance catártica (BORTOLON e MALINI, 2016) para desencadear uma reação cíclica na rede. De acordo com Fachini e Ferreira (2016), as campanhas buscavam trazer as experiências das mulheres para um campo de não excepcionalidade, politizando a questão.

Como dito anteriormente, com a viralização das hashtags, foi possível verificar um fenômeno interessante: a mobilização de meninas e mulheres que, embora nunca estivessem engajadas em organizações ou coletivos de movimentos sociais, redefiniram a dimensão e o alcance das pautas feministas.

Além disso, o caso das campanhas feministas aqui descritas colabora para a hipótese exposta por Teixeira, Meneses e Zanini (2017) de que existe um

ativismo em rede latente nas mídias sociais. Esta latência se evidencia, ou é ativada em momentos políticos específicos, tendo como motivação conflitos pontuais e/ou experiências amplamente compartilhadas” (TEIXEIRA, MENESES e ZANINI, 2017, p. 9).

Esse cenário se constitui enquanto um desafio para os estudos de movimentos sociais, uma vez que parte da literatura coloca as mobilizações na rede enquanto ações

individualizadas e, nesse sentido, distantes das conceituações clássicas do campo. Autores partidários deste posicionamento têm destacado a maneira fragmentada e atomizada dos indivíduos que agem nas mídias sociais, descrevendo essa atividade como ação conectiva, em oposição à lógica organizacional da ação coletiva. Bennet e Segerberg (2012) conceituam ação conectiva como “um conjunto de processos individualizados e tecnologicamente organizados que resultam em ação sem a exigência de identidade coletiva” (2012, p. 748-749) e de um forte controle organizacional. Sendo assim, esses indivíduos, que estão tecnicamente organizados, criam ou reproduzem ações de mobilização sem necessariamente ter uma identidade coletiva ou organizações para responder às oportunidades de ação. Eles são mobilizados em rede, mas carecem de elementos fundamentais para serem considerados como ação coletiva, de acordo com grande parte das teorias sobre mobilização e movimentos sociais. Entretanto, o que o movimento feminista nos faz perceber é que, apesar de serem processos bastante fluidos, em virtude da própria dinâmica das redes digitais, eles produzem significativos impactos sociais.

A efervescência do movimento feminista tem sido observada não só no Brasil, como também em diversos países ao redor do mundo. No contexto latino-americano, vemos as universidades chilenas serem ocupadas contra o assédio sexual (RODRÍGUEZ, 2018; GONZALEZ e VIDAL, 2019) e as ruas pelo protesto “Un violador en tu camino”, assim como as ruas argentinas foram tomadas por uma onda verde em prol da legalização do aborto, com forte participação de jovens ativistas (ELIZALDE, 2018), além da campanha transnacional contra o feminicídio encampada pelo mote #NiUnaMenos.

No Egito, berço da Primavera Árabe, as mulheres sauditas se valeram das mídias digitais para se organizarem em torno da campanha #EndMaleGuardianship (THORSEN e SREEDHARAN, 2019). Em Moçambique, o movimento de Jovens Feministas (MovFemme) (GASPARETTO, 2020) tem articulado estratégias de educação popular e promoção de espaços seguros para promover o debate sobre direitos das mulheres, violência e juventude no país. Na Coreia do Sul, diversos protestos foram realizados em reação aos altos índices de crimes digitais sexuais e contaram com a massiva participação de jovens ativistas. Na China, a #FreeTheFive viralizou nas redes sociais e buscava a libertação de cinco ativistas que organizaram protestos contra a violência sexual ocupando banheiros masculinos.

Nesse sentido, em um cenário mais amplo, dado o contexto de crescimento da visibilidade e do protagonismo das lutas das mulheres que extrapola as fronteiras nacionais (GONZALEZ e VIDAL, 2019, p. 66), o desafio que se coloca é como “entender a participação das mulheres no poder: como elas estão fazendo política no século XXI?”

(PINHEIRO-MACHADO, 2019, s/p). Segundo Pinheiro-Machado “essa luta – que conta com hashtags e memes, mas não só, pois a estamos carregando com nossos corpos – (...) é sobre como nós, mulheres, estamos ocupando e reinventando a política” (Ibid).

Portanto, é nesse esforço de compreensão da participação política das mulheres que essa pesquisa se insere. Mais especificamente, procuro, a partir da análise do caso, trazer contribuições para o campo de estudos do ativismo digital feminista. Para tal, no primeiro capítulo, busca-se apresentar os principais conceitos que orientam a análise do caso empírico, tendo em consideração o arcabouço teórico proveniente das Teorias de Movimentos Sociais e dos estudos sobre Internet e Política. A exposição dos dados empíricos tem início a partir do segundo capítulo, no qual se apresenta, por meio da descrição de dois sites, o papel desempenhado pelos blogs feministas na produção do que denominamos de "letramento de gênero" (LOYOLA, 2022). Já o terceiro e o quarto capítulos concentram-se na análise dos usos estratégicos que as ativistas fazem de dois ambientes disponíveis na plataforma Facebook: as páginas e os grupos, respectivamente.

Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é compreender de que maneira as ativistas feministas desenvolveram processos de identificação através da apropriação das plataformas digitais (TATAGIBA e ZANINI, 2018). Dessa forma, as principais perguntas que nortearam esta pesquisa foram: como, a partir de processos de apropriação das plataformas digitais, as ativistas feministas desenvolvem processos de identificação (TATAGIBA e ZANINI, 2018)? Quais mecanismos e práticas (McADAM, TILLY e TARROW, 2001) estão envolvidos nesses processos e quais papéis desempenham?

Nesse sentido, procura descrever os mecanismos e práticas discursivas de apropriação de uma ecologia de plataformas digitais para desvelar as maneiras pelas foram gestadas essas formas de ativismo e, ao mesmo tempo, resistir aos impulsos de caracterizá-las enquanto processos espontâneos e deslocados tanto dos processos históricos do movimento feminista quanto do contexto político mais amplo.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa empírica foram utilizados métodos qualitativos para analisar a forma como as ativistas se apropriaram de série de plataformas digitais no processo de construção do campo discursivo de ação feminista (ALVAREZ, 2014),

possibilitando a identificação de suas principais características e o entendimento do papel que desempenharam no ciclo mais recente de mobilizações feministas no Brasil.

Deste modo, o corpus desta pesquisa é composto pelas seguintes ambiências digitais: blogs e páginas de produção e divulgação de conteúdo feminista no Facebook, ambos de caráter público, e os grupos exclusivamente de mulheres na mesma rede, geralmente com acesso restrito. Em função das especificidades apresentadas pelas affordances de cada uma dessas plataformas e os dilemas éticos envolvidos na pesquisa, foram utilizadas diferentes estratégias de investigação para cada um desses objetos.

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que o acesso tanto às interlocutoras quanto ao próprio campo de pesquisa se deu através da inserção orgânica da pesquisadora nas redes feministas aqui investigadas desde 2014, antes do início das pesquisas. Dito isso, para uma visão geral dos usos estratégicos das plataformas digitais, foram feitas 18 entrevistas em profundidade com roteiro semi-estruturado com ativistas que fossem maiores de idade no momento da entrevista e que tenham participado de alguma maneira (leitora, integrante, moderadora, autora) de uma ou mais das ambiências digitais citadas anteriormente, considerando um marco temporal entre 2010 e 2015.

A convocação para as entrevistas, por sua vez, foi feita de duas maneiras. A primeira por meio de uma publicação de uma amiga em comum disponível através da captura de tela abaixo:

Às meninas que entraram no feminismo de
2017 pra cá eu só lamento por vcs
Vcs perderam a melhor era que foi de
2014-2016 onde tinha adedação, exposed tour
que sempre começavam assim "tenho 300
amigas em comum com essa fulana"
Sem contar as fics da
kkkkkkkkkkk
Aí só quem viveu sabe...
Edit: quem lembra da treta de "falta de
sororidade" quando vazou spoiler de OITNB?
kkkkkkkkkkk memorável
Edit2: lembra que o Jean Willys deu block em
todas nós??? Ai gente kkkkkk sério melhor
época

Imagem 2: captura de tela feita em 6 de maio de 2020.

Buscando aproveitar a janela de oportunidade a partir dessa publicação, acionei essa interlocutora em específico e pedi a ajuda dela em razão de uma publicação que ela havia feito, em maio, rememorando alguns acontecimentos de uma trajetória comum desse feminismo nas redes, que partilhava com suas conexões:

10 de junho · 👤

Atenção!!!! Importante!!!!
Tu era feminista e viveu a era de 2014-2017 da militância? Aquela época em que várias tours engraçadas aconteceram? A tour da treta de mãe de pet, a treta da falta de empatia com spoiler, as exposições, as fanfics... Pois a sua hora de brilhar chegou!!! A [Fernanda Polidoro](#) ta fazendo a tese dela de pós graduação com a temática "A Revolução das "minas": juventude e a ascensão do "feminismo comunicacional", justamente sobre aquela época nostálgica pra todas nós!!!
Mas ela precisa entrevistar um bom número de meninas que viveram isso tudo! É por video chamada e vai ser super gostosinho, rápido e ainda vai ajudar a miga a pós graduar!!!!
Ta interessada? Deixa um upzinho aqui em baixo que eu passo seu contato pra ela ❤️

Imagem 3: captura de tela feita em 10 de junho de 2020.

Como a imagem 2 permite ver, essa publicação obteve bastante engajamento, considerando que mais de 361 pessoas reagiram, de alguma forma, à publicação, além dos 365 comentários e os 582 compartilhamentos. Nesse sentido, concluí que acioná-la poderia me permitir estabelecer contatos com mais conexões para além da minha própria rede e, deste modo, tornar os resultados mais objetivos e menos enviesados em torno do meu perfil.

Além da ajuda dessa interlocutora, a segunda maneira que estabeleci contato com as entrevistadas foi após uma das minhas conexões ter feito uma postagem a respeito do feminismo digital em 2012, no Twitter. Por meio dela, consegui entrar em contato com mais duas ativistas ligadas a duas fanpages feministas no Facebook: a Moça, Você é Machista e a Feminismo Sem Demagogia, ambas atualmente com 483 mil e 1 milhão e 100 mil curtidas, respectivamente.

As entrevistas foram transcritas integralmente pela pesquisadora e a análise dos textos foi feita com o auxílio do software Atlas TI. O roteiro das entrevistas está disponível no segundo anexo deste texto. Por meio da tabela abaixo, é possível ter acesso ao perfil geral das entrevistadas, detalhado no anexo três deste texto.

Número	Data	Nome	Idade	Profissão	Origem	Organizada?
1	09/06/2020	Laura	23	Estudante de Psicologia	Rio de Janeiro	Não
2	10/06/2020	Manuela	22	Telemarketing/modelo	São Paulo	Não
3	11/06/2020	Carolina	21	Estudante de Engenharia Ambiental	Botucatu	Já foi do PSTU
4	11/06/2020	Julia	27	Assistente de Marketing/Estudante de Psicologia/Influenciadora Digital	São Paulo	Não
5	12/06/2020	Amanda	18	Produtora Cultural	Recife/Natal	Sim (Movimento de Moradia)
6	13/06/2020	Giovana	22	Estudante de Direito	São Paulo	Psol
7	15/06/2020	Larissa	25	Formada em Direito	Ribeirão Preto	Não
8	15/06/2020	Yasmin	32	Gerente	São Paulo	Não

9	15/06/20 20	Luciana	42	Editora (Coletivo de Mídia)	Mato Grosso do Sul	Não
10	16/06/20 20	Camila	21	Estudante de Pedagogia	Belo Horizonte	Não
11	23/06/20 20	Bárbara	26	Analista senior - Administração	Interior de Minas	Não
12	24/06/20 20	Brenda	35	Sem informação	Brasília	PT
13	29/06/20 20	Jéssica	24	Professora - Tradutora	São Paulo	Não
14	30/06/20 20	Olívia	41	Psicanalista	Londrina	Era do PSTU
15	02/07/20 20	Cecília	23	Representante comercial	Rio de Janeiro	Não
16	02/07/20 20	Isabela	27	Desempregada	Salvador	Não
17	02/03/20 21	Nádia	41	Jornalista	Manaus	Não
18	05/10/20 21	Andressa	21	Estudante	Rio de Janeiro	Não

Tabela 1: relação das entrevistas.

Em decorrência da pandemia de COVID-19 e das recomendações de distanciamento social, as entrevistas foram feitas por videoconferência, através da plataforma *open source* Jitsi, entre os dias 9 de junho e 2 de julho de 2020, e duraram em torno de uma hora meia cada uma. A escolha da plataforma não se deu ao acaso, mas em virtude da segurança oferecida por ela, uma vez que é a única plataforma que oferece criptografia de ponta a ponta, de modo que somente os participantes da conferência têm acesso aos arquivos e diálogos compartilhados.

Para a análise dos grupos de mulheres no Facebook, em julho de 2020, foi feito um levantamento quantitativo de todos os grupos feministas ou relacionados à temática aos quais o meu perfil estava inserido. Todos os grupos foram catalogados em uma planilha do tipo Excel, que continha as seguintes entradas: nome do grupo, data de criação, número de integrantes, política de privacidade, número de conexões em comum com o meu perfil, data de início da minha participação. Além disso, a planilha continha também duas colunas destinadas para o registro da data de arquivamento do grupo, se fosse o caso, e de observações possíveis, utilizada para apontar se o grupo tinha alguma ligação explícita com alguma fanpage, por exemplo.

Em virtude das questões éticas envolvidas e das restrições na API desses ambientes, o conteúdo dos grupos foi analisado de forma indireta e utilizando os resultados das pesquisas anteriores. Essa escolha metodológica se deu a partir da reflexão acerca das especificidades desse objeto de pesquisa: por serem em sua maioria “secretos”, só acessíveis por meio de convites de outras participantes, fazer uma análise etnográfica dos grupos seria uma forma de invasão de privacidade desses espaços.

Por fim, foi feito também um trabalho de análise documental, buscando reconstruir a história do feminismo brasileiro na internet nos últimos dez anos, reunindo informações sobre os eventos realizados pelas páginas feministas e sobre os episódios citados nas entrevistas, além de examinar documentos e registros online relacionados às campanhas e manifestações feministas que ocorreram ao longo desse período. A análise documental foi fundamental para complementar as informações obtidas por meio das entrevistas, proporcionando uma visão mais clara e embasada da trajetória do feminismo no contexto digital.

A utilização de métodos qualitativos e estratégias de investigação específicas para cada objeto digital foram fundamentais para a análise das principais características dessas plataformas e o papel que desempenharam no ciclo mais recente de mobilizações feministas no Brasil. Além disso, a inserção orgânica da pesquisadora nas redes feministas e a realização de 18 entrevistas em profundidade com ativistas que tiveram participação nas ambiências digitais investigadas permitiram uma visão geral dos usos estratégicos dessas plataformas.

Em suma, este capítulo metodológico apresentou as escolhas e limitações enfrentadas no processo de coleta e análise dos dados. Foram discutidos os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, bem como as técnicas e instrumentos utilizados para coletar as informações necessárias.

O próximo capítulo, por sua vez, tem como objetivo apresentar as principais ferramentas conceituais que nortearam a análise do material empírico reunido durante o processo de pesquisa. Compreender os conceitos é fundamental para analisar o fenômeno investigado, bem como para compreender as potências e os desafios que eles trazem para a pesquisa. Essa abordagem permitirá compreender como cada conceito contribuiu para a compreensão do fenômeno em questão e como os resultados obtidos podem ser interpretados.

Capítulo 1: ferramentas teóricas para pensar o ativismo digital feminista

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as principais ferramentas conceituais que nortearam a análise do material empírico reunido durante o processo de pesquisa, traçando quais são potências e os desafios trazidos pelos conceitos, de modo a demonstrar como cada um deles contribui para a compreensão do fenômeno aqui investigado.

Para tal, foram mobilizados conceitos inseridos no campo de estudos de movimentos sociais, assim como as discussões relacionadas à apropriação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação pelos movimentos e seus impactos na produção e manutenção da ação coletiva.

O processo de pesquisa foi iniciado com questionamentos sobre a emergência de um ciclo de mobilizações feministas, que incluiu tanto protestos de rua quanto campanhas digitais com massivas manifestações de visibilidade. Nesse contexto, as principais contribuições conceituais para a análise do caso têm origem tanto no campo de estudos de Movimentos Sociais quanto nos estudos mais recentes sobre Internet e Política e, mais especificamente, sobre ativismo digital.

Fundamentalmente, o campo de estudos de movimentos sociais busca entender o ativismo e a ação coletiva enquanto fenômeno social particular. Nesse sentido, se pergunta: a despeito dos inúmeros desincentivos à ação, normalmente bastante custosa, o que leva pessoas comuns a se envolverem com política? A se unirem coletivamente e adotarem canais muitas vezes extra-institucionais para promover mudanças sociais?

Já as contribuições do campo de Internet e Política nos ajudam a compreender como a dimensão digital alterou significativamente as formas de atuação política e passou a ser constitutiva dessa forma ativismo, não sendo apenas mais um espaço disponível para a militância (SARMENTO, 2021, p. 19).

A partir da apresentação das principais ferramentas conceituais utilizadas para analisar o fenômeno dos movimentos feministas e sua relação com as novas tecnologias de informação e comunicação, o próximo passo na dissertação é aprofundar o conceito de "ativismo digital" e seus pressupostos. Para isso, será necessário explorar como a dimensão digital afeta a ação coletiva, tanto em termos de ampliação do alcance e da visibilidade das lutas sociais, quanto em relação aos desafios específicos que surgem com a utilização das novas tecnologias. Além disso, serão discutidos os pressupostos que norteiam a definição de

ativismo digital, a fim de esclarecer quais são as suas características e como ele se diferencia de outras formas de militância política.

A definição de “ativismo digital” e seus pressupostos

Utilizamos aqui a definição de ativismo digital proposta por Von Bulow, Gobbi e Dias (2022), segundo a qual o “ativismo digital é o conjunto de práticas de indivíduos e/ou coletivos que têm como objetivo promover publicamente causas contenciosas por meio de processos de apropriação e/ou transformação de tecnologias digitais” (Ibid, p. 313).

Segundo os autores, são necessárias duas condições para que se possa caracterizar uma prática enquanto pertencente à categoria do “ativismo digital”: “a primeira refere-se ao objetivo - promover publicamente causas contenciosas - e a segunda ao meio - processos de apropriação e/ou transformação de tecnologias digitais” (Ibid). Von Bulow, Gobbi e Dias (2022) ainda destacam que a presente definição compreende também um contínuo de formas intermediárias, ou híbridas, desde que estas apresentem as duas condições mencionadas anteriormente.

Consideramos tal definição adequada para o presente trabalho à medida que ela vai ao encontro de uma série de pressupostos que são fundamentais para a compreensão do caso aqui analisado. Em primeiro lugar, isso acontece em função do fato de que os autores se inspiraram na “longa tradição teórica da literatura de movimentos sociais que entende ativistas como **atores reflexivos e estratégicos**, que estão constantemente procurando criar novas oportunidades para a ação (JASPER, 2015)” (VON BULOW, GOBBI e DIAS, 2022).

Em segundo lugar, enquanto uma parcela da literatura dava ênfase à ação política de indivíduos sem vínculos organizativos tradicionais, Von Bulow, Gobbi e Dias (2022) se valem do argumento de Marichal (2013) e falam em práticas ontologicamente relacionais, tendo em vista que

As práticas de ativismo digital podem ser compostas por ações individuais, mas a produção de significado e a força política que dela deriva são um processo relacional que só pode ser compreendido em termos da dinâmica e estrutura de redes. **Limitar as práticas de ativismo digital ao seu componente individual implica, por isso, a perda de sentido, cujo locus se encontra nas relações** (p. 314, grifos meus).

Considerar as práticas de ativismo digitais enquanto ontologicamente relacionais é especialmente importante para o trabalho uma vez que, embora a presença de ativistas sem vínculos organizativos tradicionais seja de fato um fenômeno expressivo no caso aqui

analisado, é preciso analisá-lo sob o ponto de vista da “da inserção dos atores em determinadas redes e do caráter intersubjetivo dessas práticas, que se dão com, contra ou em interação com outros indivíduos ou coletivos” (Ibid, p. 314).

Além disso, a definição dos autores enquadra atores dos mais variados tipos: indivíduos envolvidos ou não em grupos, campanhas e coletivos, como também organizações de movimentos sociais (Ibid). Deste modo, Von Bulow, Gobbi e Dias (2022) apresentam uma definição de ativismo digital que se distingue da definição de movimentos sociais, considerando que as práticas de ativismo digital podem tanto resultar no surgimento de um movimento social como podem compor um movimento.

Outro pressuposto fundamental por trás dessa definição de ativismo digital é a ênfase dada à agência dos atores e não à tecnologia por si própria, fazendo com que a definição de ativismo digital proposta pelos autores se afaste de noções deterministas presentes em parte da literatura sobre o tema (Ibid). Ao adotar tal posição, entretanto, os autores não ignoram a influência da arquitetura da web, plataformas digitais e algoritmos que moldam as tecnologias e as práticas de seus usuários.

Nesse sentido, é importante lembrar que dentre as formas de controle presentes na Internet estão os protocolos, formatos, linguagens de programação, rastros de navegação, acesso e patentes (SILVEIRA, 2014). Tais controles estão nas mãos de quem

controla a infraestrutura física da internet e as plataformas digitais (DEIBERT, 2009; MOROZOV, 2011; PHILLIPS, 2009), a quem possui os meios materiais para ter acesso à internet (HARGITTAI, 2001; MORRIS; MORRIS, 2013; NORRIS, 2001), a quem domina a gramática das tecnologias digitais (DIMAGGIO et al., 2001; HARGITTAI, 2001) e a quem possui o capital simbólico e cultural para a construção de narrativas e para a influência nas esferas públicas criadas no espaço digital (MORRIS; MORRIS, 2013) (GOBBI, 2016, p. 38).

Sendo assim, é preciso adotar uma postura realista frente ao ativismo digital, na qual sejam consideradas tanto as estruturas de controle da web e as relações de poder nelas envolvidas, como também o fato de que as práticas de ativismo digital estão intimamente relacionadas com a apropriação e agência dos atores, que frequentemente subvertem a lógica das affordances da tecnologia (EARL & KIMPORT, 2011): os grupos no Facebook, por exemplo, foram criados com uma intenção comercial, para serem praticamente “grupos focais” de potenciais consumidores.

Por fim, a definição de ativismo digital que Von Bulow, Gobbi e Dias (2022) em consonância com a literatura (HINE, 2015; TEIXEIRA, GERBAUDO, 2016; MENESES e ZANINI, 2017; CESARINO, 2022) não traça uma separação rígida entre o virtual e o presencial, compreendendo também uma multiplicidade de práticas híbridas entre essas duas categorias. Com isso, os autores concebem um continuum entre o ativismo digital e o ativismo presencial, não pressupondo que “o ativismo digital seja mero complemento do ativismo presencial, ou que ativismo presencial esteja sendo progressivamente substituído pelo ativismo digital” (VON BULOW, GOBBI e DIAS, 2022).

Sendo assim, um dos pressupostos fundamentais para este trabalho presente na definição dos autores é o de que “não há um processo de substituição, mas sim de complementaridade entre as formas de protesto” (PEREIRA, 2011, p. 11). Essa parece ser uma das principais armadilhas relacionadas à interpretação dos ativismos recentes. Segundo Della Porta e Mosca (2005), “não há sinais de que os ambientes offline e online sejam alternativos entre si. Por serem cada vez mais integrados e sobrepostos, as atividades humanas, como o protesto, também ocorrem em ambos os ambientes.” (p. 186).

Exposta tanto a definição de ativismo digital adotada quanto os pressupostos nela envolvidos, é preciso também elaborar algumas ponderações frente ao caso aqui analisado, associadas principalmente às especificidades da relação do movimento feminista com as plataformas digitais.

O ativismo digital feminista e suas especificidades

Se a ascensão das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação tem produzido impactos inegáveis na forma como os movimentos sociais se organizam, as possibilidades discursivas oferecidas pelas plataformas de autocomunicação de massa (CASTELLS, 2013) se alinham às necessidades de transformação simbólica buscadas pelos movimentos sociais contemporâneos. Dentre eles, o movimento feminista, que se vale constantemente da lógica organização das redes sociais em suas estratégias discursivas de transformação simbólica, tem se apropriado dos territórios digitais para construir mobilizações e alçar suas pautas ao campo da visibilidade.

Nesse sentido, considerando que uma das características fundamentais da teoria feminista é a reflexão crítica da dualidade entre a esfera pública e privada (BIROLI, 2014, p. 31), o constante cruzamento entre essas duas fronteiras proporcionado pela lógica das

plataformas digitais é um dos fatores que faz com que tais espaços tenham sido intensamente apropriadas pelo movimento feminista na última década.

Embora a apropriação de diferentes mídias visando trazer à esfera pública demandas que anteriormente eram consideradas como pertencentes ao foro do privado não se trate exatamente de uma grande novidade para a historiografia feminista, a emergência e popularização das ambiências digitais têm alterado significativamente a dinâmica e a escala de propagação do discurso, trazendo desafios importantes tanto para as ativistas quanto para o campo de estudos de movimentos sociais.

Sendo assim, Sarmiento (2021) questiona “seriam apenas velhos problemas em novas plataformas?”. Na visão da autora (p. 25)

Talvez não, sobretudo se olharmos a diversidade dos feminismos e as relações de poder da própria narrativa feminista “oficializada”. Se alguns problemas já estavam postos e demandavam resolução, é possível admitir também que a Internet fez ressoar tais problemas por novas vozes. O feminismo negro é exemplar nesse sentido, além de trazer outros debates que não estavam em cena nos anos anteriores, segundo Rios e Maciel (2018). [...] ‘entre as novíssimas gerações há novas demandas, que eram menos relevantes nas agendas anteriores. Para elas, as reivindicações por debates em torno de temas como afetividade, colorismo, sexualidade e novas formas de cuidado e de apresentação de si (como o debate da fragilidade em contraste com a construção subjetiva da força das mulheres negras, ou mesmo a consolidação do feminismo enquanto status público da identidade coletiva) parecem marcar uma nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas, relativamente estranhas e até contrastivas às das duas gerações mais antigas na cena pública’ (Rios e Maciel, 2018, p. 12).

Evidentemente, é preciso considerar que apenas a ascensão e popularização das plataformas digitais não explica por completo o surgimento das mobilizações feministas aqui analisadas e o perfil de ativistas nelas envolvidas, como apontam Rios e Maciel (2018), ao olharem para o ativismo de mulheres negras. No contexto brasileiro, por exemplo, as autoras destacam que tanto a incorporação de pautas sociais pelo governo federal quanto a política de ampliação do acesso ao ensino superior foram fatores importantes para que jovens negras se configurarem como um sujeito político fundamental no país a partir dos anos 2000 (Ibid).

Entretanto, Hollanda e Costa (2018) afirmam que “sem as mídias sociais, sem dúvida os novos feminismos não teriam alcançado a amplitude que tiveram” (p. 59-60) e que “se algum movimento se beneficiou da lógica descentralizada das redes, sem dúvida esse movimento foi a insurreição feminista”. Em relação às pautas, elas afirmam que estas permanecem semelhantes: violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo e padrões compulsórios de beleza e comportamento se mantêm relevantes para as feministas na rede.

A novidade residiria, então, “no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet” (HOLLANDA e COSTA, 2018, p. 59-60). As autoras prosseguem dizendo que a “multiplicação de vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico.” (Ibid).

Alvarez (2014), nesse sentido, ao investigar as dinâmicas e mudanças dos feminismos brasileiros e latinoamericanos, propõe uma revisão narrativa de três momentos na trajetória dos feminismos contemporâneos a partir de uma abordagem analítica marcada pelo conceito de “campo discursivo de ação feminista”, o qual adotamos aqui.

A multiplicidade do “campo discursivo de ação feminista”

De acordo com a autora, os “campos discursivos de ação” feminista são compostos por uma “vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos” (ALVAREZ, 2014, p. 18) articulados formal ou informalmente através de redes político-comunicativas, por meio das quais constroem linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, em uma espécie de “gramática política” que as vincula.

Assim, os campos discursivos de ação feminista no Brasil e na América Latina são divididos pela autora em três momentos: o primeiro, datado entre a década de 1960 e 1970, é caracterizado pelo centramento do campo e a configuração de um “feminismo no singular”. O segundo, por sua vez, é marcado pelo descentramento e pela pluralização dos feminismos e se insere entre as décadas de 1980 e 1990. O terceiro, sendo este o momento em que nos encontramos, é definido pelos fluxos horizontalizados (*sidestreaming*) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas. Para Alvarez (2014), nesse momento as teias que o caracterizam são pautadas por

debates sobre as corporalidades, sexualidades, e identidades de gênero também têm sido particularmente marcantes, como, por exemplo, o transfeminismo, o transgênero, o pós-gênero, o queer, e outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres trans, lésbicas, e bissexuais (ALVAREZ, 2014, p. 44).

Assim, a autora destaca que

Se a internet já era importante no campo feminista latinoamericano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados. (Ibid, p. 45).

Tendo em vista esse cenário, buscamos, através deste texto, avançar na compreensão da atuação feminista em ambientes digitais e seu impacto nas trajetórias de meninas e mulheres, especialmente para a formação de subjetividades políticas desse grupo social. Para tal, o conceito de “processos de identificação coletiva”, proposto por Tatagiba e Zanini (2018) nos oferece uma perspectiva teórica importante na análise das práticas feministas em espaços digitais.

Como são construídos os “processos de identificação coletiva” no campo discursivo feminista

O conceito de “**processos de identificação coletiva**”, proposto por Tatagiba e Zanini (2018)

se refere a um novo processo de identificação de indivíduos com causas coletivas que ocorre a partir da potencialização e descentralização das interações estabelecidas nestas ambiências. Esse processo de identificação com causas coletivas permite que indivíduos se vejam como parte “de algo maior”, remetendo a um sentido de pertencimento, mesmo que não organizados em associações, movimentos, ou grupos de interesse. Em certo sentido, é possível sugerir que a ação engajada desenvolve um sentido de pertencimento ao coletivo que faz lembrar – embora com diferenças importantes (...) – o que os teóricos de movimentos sociais quiseram referir-se ao usar o conceito de identidade (ZANINI; TATAGIBA, 2018). (ZANINI, 2019, p. 21)

Dentre as diferenças entre os “processos de identificação coletiva” e o conceito de “identidade coletiva” (MELUCCI, 2001) está o fato de que

os processos de identificação nestas ambiências não se dão necessariamente a partir de ações de grupos organizados, como nos coloca a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, mas através dos enquadramentos interpretativos que os próprios indivíduos fazem da realidade de seu cotidiano. As mídias sociais permitiram, portanto, que os processos de identificação se desse na esfera de todos/todos, sem necessariamente passar pela centralidade de uma organização (ZANINI, 2019, p. 55)

Nesse sentido, “os processos de identificação de indivíduos com causas garantem uma continuidade nos processos mobilizatórios, mesmo que sem a coordenação da ação” (Ibid, p. 62) por parte de uma organização. Portanto, considerando que as mídias sociais permitiram uma maior dissociação entre o engajamento político e as organizações que tradicionalmente eram responsáveis pela intermediação entre os indivíduos e a participação política, o processo de identificação surge a partir de um “auto reconhecimento tanto racional quanto emocional nas histórias e experiências de vida particulares e cotidianas relatadas pelos indivíduos nestas ambiências, assimiladas e sentidas como causas comuns a estes indivíduos” (Ibid, p. 22) em suas interações em rede. Assim, a autora segue argumentando no sentido de que

as mídias sociais impactaram tanto os processos cognitivos quanto os formatos de compartilhamento de experiências entre os indivíduos, criando uma experiência coletiva que potencializa a participação política e os processos mobilizatórios. (Ibid, p. 23)

O caso aqui analisado é bastante sintomático a respeito de como se dão esses processos de identificação através das práticas discursivas presentes no campo feminista nas plataformas digitais, uma vez que demonstra “a exploração metódica da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos do feminismo em rede. É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa tornadas pública” (COSTA, 2018, p. 46).

Embora Zanini (2019) explore a formação desses processos de identificação no âmbito dos movimentos de direita e na construção do antipetismo nas mídias sociais, no caso do campo discursivo feminista e considerando que uma das características fundamentais da teoria feminista é a reflexão crítica da dualidade entre a esfera pública e privada (BIROLI,

2014, p. 31), a estratégia de exposição de relatos pessoais está intrinsecamente relacionadas à própria maneira como as feministas concebem politicamente as relações sociais.

Nesse sentido, o constante cruzamento entre essas duas esferas proporcionado pela lógica das plataformas digitais faz com que essas sejam ambiências especialmente potentes no caso do campo discursivo feminista. Tanto o é que a emergência e popularização dessas ambiências têm alterado significativamente a dinâmica e, principalmente, a escala de propagação do discurso feminista.

Segundo Hollanda (2018), o que singulariza o feminismo em sua dimensão digital é a habilidade de coletivizar demandas que inicialmente eram tratadas como individuais e conectá-las às dinâmicas desiguais que permeiam a vida das mulheres de maneira amplificada e em rede. Trata-se de uma capacidade de coletivização que reflete a potência das novas tecnologias na ampliação e fortalecimento de pautas feministas. Em outras palavras, o que temos visto nas práticas discursivas feministas nas plataformas digitais é, de certa maneira, uma reedição e amplificação do “pessoal é político”. Nesse sentido, o que as redes possibilitaram foi o espalhamento de práticas discursivas feministas, que antes eram restritas a grupos locais, para uma escala global, conectando mulheres de diferentes partes do mundo em torno de pautas comuns.

Dentre essas práticas, diversas foram as estratégias digitais que atuavam através da lógica da publicização de relatos pessoais como forma de trazer a público a violência estrutural vivenciada pelas mulheres em seu cotidiano. Dentre elas, a utilização de inúmeras hashtags, já mencionadas anteriormente, com temáticas como #MeuAmigoSecreto e #MeuPrimeiroAssédio talvez tenha sido uma das mais utilizadas para este fim. Contar seus casos pessoais publicamente gera o efeito de estimular outras a também contarem suas histórias, o que contribui para o processo de identificação intersubjetiva nas redes. Assim, se socialmente a denúncia da violência de gênero ainda encontra diversas barreiras para a sua livre expressão, a exposição dessas narrativas nos territórios digitais não só é facilitada como, a partir das mobilizações feministas recentes, encontra ressonância e apoio:

Se as narrativas pessoais são marcadas pela posição social em que cada um se insere, a repetição pela multidão provoca a sensação de que poderia ter acontecido com qualquer uma, ou pelo menos de que o que aconteceu deveria concernir a qualquer uma. Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida

que se ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços. (HOLLANDA e BOGADO, 2018, p. 37)

A partir dessas estratégias narrativas, Hollanda e Costa (2018) consideram que “talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um **modelo de comunicação efetivamente contagioso**” (p. 47, grifo nosso). Segundo as autoras, “mais do que defender racionalmente ideologias”, os relatos expostos nas redes “produzem laços que tecem uma expressiva percepção comum” (Ibid). Baer (2016), ao encontro desse argumento, defende que a narrativa conjunta das mulheres avança sua experiência compartilhada de desigualdade sistêmica. Malini e Antoun, por sua vez, defendem que

Narrativas ou histórias sempre foram muito importantes para manter as pessoas unidas em uma organização, pois elas podem exprimir o sentido de identidade e pertencimento – elas são capazes de dizer quem somos, porque estamos juntos e o que nos faz diferentes dos outros. Elas podem igualmente comunicar um sentido de causa, propósito e missão, exprimindo objetivos, métodos e disposições culturais – o que acreditamos, o que queremos fazer e como. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 74)

Nesse sentido, defendemos aqui que a exposição de relatos pessoais compõe uma das estratégias discursivas do campo feminista que têm como objetivo o processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022). Em última instância, a partir do “letramento de gênero” são gerados “processos de identificação” (TATAGIBA e ZANINI, 2018), os quais podem subsidiar ciclos de mobilização.

“Letramento de gênero”, enquadramentos interpretativos e o “encontrar as palavras”

Segundo Ahmed (2022) “tornar-se feminista”, ou adquirir uma “consciência feminista”, envolve um processo de “encontrar as palavras” e em “descobrir, através das palavras, de que modo elas apontam para algo ou alguém, perceber como a violência é direcionada: a violência é mais direcionada a alguns corpos do que a outros” (Ibid, p. 65). E essa descoberta é fundamental à medida que “dar nome a um problema pode mudar não apenas como percebemos um episódio, mas até mesmo se percebemos um episódio”(Ibid).

Ahmed (2022), em sua obra, descreve o que aqui colocamos como “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022). E em que consiste o processo de “letramento de gênero”

(LOYOLA, 2022)? Utilizamos aqui o conceito de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) para designar o caráter pedagógico que marcava a produção e a circulação de conteúdo feminista nos diferentes espaços disponíveis através das plataformas de mídias sociais.

Historicamente, o conceito está ligado ao de “racial literacy”, desenvolvido pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine (2004, 2006, 2007) e que tem origem no movimento antirracista, sendo utilizado para compreender de que maneira “sujeitos brancos adquirem consciência dos privilégios da branquitude, da estrutura racista da sociedade e como negociam sua branquitude” (SCHUCMAN, 2012, p. 103). Segundo a autora,

“Racial Literacy” é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura” – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a de “noção do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e anti-racismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade. (Twine, 2006, p. 344 apud Schucman, 2012, p. 104).

Nesse sentido, o conceito de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) nos permite apreender os aspectos pedagógicos envolvidos no processo de construção de uma certa subjetividade feminista que defendemos ter sido fundamental para o surgimento e sustentação do ciclo mobilizatório feminista aqui citado.

Sendo assim, e parafraseando Twine (2006, p. 344), o conceito de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) se dá a partir da compreensão do sexismo como um problema social e do reconhecimento da necessidade de desnaturalização dos papéis de gênero, de modo que eles devem ser encarados como processos aprendidos e resultantes da socialização dos indivíduos em uma estrutura social marcada pelas hierarquias de gênero.

Além disso, as práticas de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) também envolvem a posse de uma gramática e de um vocabulário que baliza as discussões sobre gênero, sexismo e feminismo. Por fim, envolveria também a capacidade de traduzir e

interpretar os códigos e práticas sexistas em nossa sociedade e uma análise das formas em que o sexismo é marcado também por desigualdades de raça, classe e sexualidade.

Em um sentido mais amplo e considerando o arcabouço teórico da Teoria de Movimentos Sociais, o conceito de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) pode ser compreendido como uma prática de “enquadramento interpretativo” (GOFFMAN, 2012), na qual os atores constroem interpretações compartilhadas da realidade e atribuem significados aos eventos que os cercam cotidianamente.

Herdeiro do interacionismo simbólico de Erving Goffman, o conceito de enquadramento interpretativo procura desvelar os processos através dos quais são construídos os significados da ação coletiva pelos movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 143). Benford e Snow também são autores importantes para a formulação do conceito. Segundo eles, um frame pode ser definido como um “esquema interpretativo que simplifica e condensa ‘o mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (BENFORD e SNOW, 1992, p. 137).

Nesse sentido, um enquadramento interpretativo, ao ressaltar a dimensão da injustiça presente em uma determinada situação, a retira do estatuto do que antes era considerado tolerável. Um dos principais esforços dos movimentos sociais é, então, o de “nomear descontentamentos” (TARROW, 2009, p. 143), construindo a realidade ao mesmo tempo em que é produto dela (GOHN, 2014).

É importante destacar que esse processo ocorre a partir da interação de uma variedade de atores. Como Klandermans destaca:

a transformação das questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si própria. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente (1997, p. 44).

Um bom frame deve ser capaz de identificar uma situação de injustiça e construir um diagnóstico a partir dela, apontando os culpados e traçando soluções possíveis. Novamente, as reflexões de Ahmed (2022) sobre o desenvolvimento de uma “consciência feminista” nos ajudam a compreender a importância da formulação de enquadramentos interpretativos para o campo discursivo feminista:

Nomear algo como “sexismo” faz diferença. Modifica uma relação, já que não cria algo a partir do nada. (...) Porque, no fim das contas, nomear algo

como sexista não se trata apenas de nomear algo que acontece em um sistema mais amplo (recusar-se a considerar excepcional o que acontece rotineiramente) mas também descrever esse algo como sendo errado e injustificável (AHMED, 2022, p. 65-66).

Nesse sentido, o processo de construção de enquadramentos interpretativos, para além das dimensões cognitivas, envolve também uma profunda dimensão emocional (TARROW, 2009). As emoções oferecem o “calor” e o “terreno de articulação dos laços entre ideais culturais, desigualdade estrutural e ação individual” (TAYLOR, 1995, p. 227). Segundo Tarrow (2009), “mais do que qualquer outro movimento recente, foi o feminismo que levou o reconhecimento da força da emotividade nos movimentos sociais” (p. 145). A literatura que analisa o movimento tem destacado como emoções como “o amor e o cuidado, de um lado, e a raiva, a dor e a hostilidade, de outro” são características das interações feministas (TAYLOR, 1995, p. 229).

Buscando compreender tanto a dimensão cognitiva quanto a emocional envolvida nos processos de mobilização e produção de subjetividades, nos capítulos a seguir, buscaremos descrever como esses enquadramentos interpretativos, que aqui chamamos de "letramento de gênero" (LOYOLA, 2022), foram sendo construídos de maneira coletiva pelas ativistas a partir da apropriação de um conjunto de plataformas digitais, as quais serão investigadas no capítulo a seguir. Esses conceitos intermediários, como o "letramento de gênero", nos permitem compreender melhor como essas meninas e mulheres se tornam feministas e fazem o feminismo nas mídias digitais. Veremos como o letramento consiste não apenas em nomear as opressões cotidianas como também em criar e difundir possibilidades de saídas individuais e coletivas - online e offline - daquelas situações cotidianas.

Capítulo 2: Investigando as arenas digitais

A análise de múltiplas plataformas digitais é fundamental para entender o processo de construção do campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014), levando em conta o período temporal aqui adotado. A escolha de tal abordagem se deu em função do fato de que, para além do Facebook - plataforma de rede social inicialmente investigada - nossas interlocutoras frequentemente faziam referência a outras ambiências digitais, como o Twitter, o Instagram e os blogs feministas.

A presença de uma multiplicidade de plataformas digitais relevantes para a construção do campo discursivo feminista (Ibid), da maneira como o entendemos aqui, já era esperada. Normalmente, os usuários possuem contas em diversas plataformas ao mesmo tempo e a própria dinâmica das redes faz com que o uso de tais plataformas seja cíclico: em determinada época, uma plataforma é a mais utilizada, mas passados alguns anos, o número de usuários diminui, assim como a notoriedade do site, acompanhada pela ascensão de uma outra rede social. Este fenômeno de ascensão e queda das plataformas de redes sociais já é conhecido e amplamente registrado pelos teóricos da comunicação (RHEINGOLD, 1993; BOYD e ELLISON, 2007; CASTELLS, 2010; VAN DIJCK, 2013; HEARN, 2015).

Considerando este contexto, a análise de múltiplas plataformas digitais, portanto, revela a complexidade e a dinamicidade do campo discursivo feminista e evidencia a importância de uma abordagem ampla e diversificada para a compreensão adequada do campo. Sendo assim, as múltiplas plataformas digitais podem ser consideradas como “arenas” através das quais o campo discursivo é produzido e posto em circulação.

Segundo Tilly (1979), a "arena" é definida como o espaço onde ocorre o confronto entre atores sociais que buscam alcançar seus objetivos políticos e sociais. Nesse sentido, a arena pode ser um espaço físico, como uma praça ou um edifício governamental, ou um espaço virtual, como as redes sociais. A arena é vista como um palco onde os atores sociais apresentam suas demandas e argumentos para obter apoio de outros atores sociais e do público em geral.

Dentre as múltiplas plataformas digitais que compõem o campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014), o trabalho de campo realizado nos permitiu a identificação dos blogs feministas como uma plataforma digital precursora das redes sociais, como Facebook e Instagram. Os resultados obtidos indicam que, na década de 2000, os blogs feministas foram fundamentais para a criação e disseminação de conteúdo sobre questões de gênero e

feminismo na internet. Com o surgimento de outras plataformas digitais, como as redes sociais, os blogs continuaram a desempenhar um papel importante no campo discursivo feminista, mas sua importância relativa diminuiu.

Portanto, eles ainda são considerados como uma plataforma fundamental na história do feminismo na internet e para a compreensão do processo de construção do campo discursivo feminista. Passemos, então, para uma descrição mais detalhada acerca do papel dos blogs no processo de construção e difusão do campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014).

O papel dos blogs no processo de construção e difusão do campo discursivo feminista

Um blog é um site que permite a publicação de informações em formato de artigos ou posts, organizados em ordem cronológica inversa, ou seja, do mais recente para o mais antigo. A palavra "blog" é uma abreviação de "weblog". O termo "weblog" foi criado em 1997 pelo programador americano Jorn Barger, que combinou as palavras "web" (rede) e "log" (diário de bordo) para descrever seus próprios registros on-line.

Os blogs geralmente incluem recursos interativos, como comentários e links para outros sites relevantes. Segundo Blood (2002), os blogs são considerados uma ferramenta de comunicação social na internet que permite a criação de uma comunidade virtual em torno de interesses comuns. Já Herring et al. (2004) definem blogs como um gênero literário, que se caracteriza por um tom pessoal e informal e por permitir a construção da identidade do autor.

A blogosfera feminista no Brasil já foi amplamente analisada por autoras como Modelli (2014); Ferreira (2015); Antunes (2016); Scapini e Rita (2017); Próspero (2017); Gomes e Pires (2016), que trouxeram importantes contribuições para a compreensão do papel dos blogs e suas práticas comunicativas no ativismo digital feminista.

As autoras destacam que sites como o Blogueiras Feministas, o Blogueiras Negras, o portal Geledés e o Escreva Lola Escreva forneceram espaços para a expressão e a articulação de demandas e reivindicações políticas, além de serem importantes plataformas de mobilização e engajamento de mulheres em torno de causas feministas. As análises também apontam para a diversidade de temas abordados pelos blogs feministas, que permeiam questões de gênero, raça, sexualidade e cultura, e para a sua capacidade de desafiar estereótipos, promover mudanças sociais e influenciar a opinião pública.

Além do reconhecimento da importância dos blogs feministas pela literatura, estes espaços também foram citados por diversas de nossas interlocutoras como sendo sua fonte de

iniciação na temática feminista e, portanto, voltar a eles é fundamental para entendermos como essas ambiências digitais contribuíram para a construção de uma consciência crítica sobre questões de gênero entre as ativistas entrevistadas aqui.

Dentre os blogs que obtiveram grande visibilidade no período aqui analisado (2010-2015)² está o blog *Escreva Lola Escreva*, criado em 2008 pela jornalista Lola Aronovich. Desde a sua fundação, o blog se tornou uma referência no ativismo feminista na internet brasileira, abordando temas como violência contra a mulher, direitos reprodutivos e representatividade feminina na mídia.

Além da notável visibilidade, o *Escreva Lola Escreva* foi citado por diversas interlocutoras como sendo sua fonte de iniciação na temática feminista e, nesse sentido, antes mesmo da ascensão das principais plataformas de redes sociais mais utilizadas durante o período analisado. O blog *Escreva Lola Escreva* é um esforço por parte da autora em fazer das suas publicações uma ferramenta para o processo que entendemos aqui como “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022).

Além do blog *Escreva Lola Escreva*, também iremos investigar o blog *Cem Homens*, de autoria de Nádia Lapa. A escolha do blog se deu em função do fato de Nádia também ter sido citada por nossas interlocutoras e pela trajetória da autora ser bastante representativa do processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) que analisamos aqui.

Sendo assim, nas próximas seções, descreveremos mais detalhadamente os blogs *Escreva Lola Escreva* e o blog *Cem Homens*, ambos espaços digitais importantes do ativismo feminista na internet brasileira nas últimas duas décadas. Para isso, analisaremos o papel dos blogs na mobilização e engajamento de mulheres em torno de causas feministas, destacando como as autoras conseguiram criar uma comunidade virtual em torno do blog e como suas publicações influenciaram o debate público sobre questões de gênero no Brasil. Além disso, veremos como suas práticas discursivas do blog contribuíram para a construção de processos de identificação coletiva (TATAGIBA e ZANINI, 2018) entre as feministas brasileiras que atuavam na internet na época.

² O blog *Escreva Lola Escreva* foi mencionado de forma espontânea por várias das entrevistadas, sem que eu perguntasse diretamente por ele nas entrevistas.

Escreva Lola Escreva

Imagem 4: captura de tela do blog Escreva, Lola, Escreva, feita em 29/03/2021.

O blog Escreva Lola Escreva, em alusão ao thriller alemão, “Corra, Lola, Corra” foi criado em 2008 pela argentina naturalizada brasileira Dolores Aronovich Agüero. Lola, como é conhecida, é doutora em Literatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora adjunta da Universidade Federal do Ceará. O blog surgiu para a publicação de crônicas de cinema e ao longo do tempo passou a ser composto majoritariamente por textos de cunho político, relacionados principalmente ao feminismo.

Em um espaço dedicado para a descrição do blog, Dolores escreve que “neste bloguinho **não acadêmico** falo de feminismo, cinema, literatura, política, mídia, bichinhos de estimação, maridão, combate a preconceitos, chocolate, e o que mais me der na telha” (s/d, online, grifo meu). Em uma entrevista que não chegou a ser publicada pela Revista Tanara Fun³, Lola afirma que:

³ “Entrevista comigo sobre esse bloguinho”, disponível em: <[Escreva Lola Escreva: ENTREVISTA COMIGO SOBRE ESTE BLOGUINHO](#)>. Acesso em 05/04/2021.

Bom, meu blog é pessoal. Está no nome: Escreva Lola Escreva, que é um trocadilho com o filme alemão Corra Lola Corra. Então não é um portal, não é um site de notícias. É um blog de opinião. E é um blog feminista, sem dúvida, porque eu sou e sempre fui feminista. Não tem como eu fazer um blog pessoal que não reflita quem eu sou. Sou também uma pessoa irônica e que adora rir. Então eu tento escrever de um jeito leve, nada formal, talvez até divertido, dependendo da ocasião. Às vezes o assunto é tão deprê que não dá pra ser leve e divertida, mas muitas vezes dá. (...) Ele está bem longe de ter qualquer rigor científico. Por outro lado, eu vejo um pouco meu blog como uma atividade de extensão do meu trabalho na universidade. Não deixa de ser uma forma de popularizar o feminismo, de levá-lo pra quem não está na academia, e de suscitar debates pra quem já está.

Com postagens praticamente diárias, o blog conta com textos autorais sobre política, feminismo, crítica de mídia e cinema. Além disso, durante duas vezes na semana, a autora abre espaço para a publicação de convidados na seção “Guest Post”, geralmente é composta por relatos anônimos de leitoras que comentam a respeito de alguma questão relacionada ao cotidiano e à vida pessoal que envolvam, mesmo que indiretamente, algum tópico pautado pelo feminismo (PRÓSPERO, 2017).

O blog busca também pautar assuntos atuais que compõem a agenda de discussão de seu público, como também alimenta a discussão a respeito dos diversos tipos de opressão, dialogando com outros movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento LGBTQIA+ (RIZZOTTO, 2014).

Rizzotto (2014), ao analisar uma amostra de 102 textos que compunham blog, chegou a uma sistematização temática que revela que a violência é o tema mais frequentemente tratado pelo blog. Nessa categoria, enquadram-se os textos que buscavam questionar a naturalização da violência contra a mulher e discutir aquilo que conceitua como “cultura do estupro”. Na categoria “estereótipos”, a autora coloca os textos que tinham como objetivo apontar para a reprodução de estereótipos de gênero em anúncios publicitários, programas de televisão e notícias jornalísticas.

Em “padrão de beleza”, estão os textos que denunciam a criação de padrões de beleza inalcançáveis principalmente através da publicidade. Já em “invisibilidade” estão catalogados os textos que versam sobre a invisibilização das mulheres na mídia, na política e nos esportes, reivindicando representatividade. Por fim, na categoria “movimento feminista” enquadram-se os textos sobre a definição do movimento feminista e sobre como a grande mídia deturpa sua

imagem. Através do gráfico abaixo, de elaboração da autora (RIZOTTO, 2014, p. 257) é possível ter um panorama geral da frequência temática presente no blog:

Imagem X: Levantamento temático Escreva Lola Escreva. Elaboração de Rizotto (2014, p. 257)

Em termos gerais, a produção discursiva do blog é caracterizada pela utilização de “títulos atrativos”, a partir de textos marcados por uma linguagem emocional e coloquial que “sensibiliza e auxilia a criação de laços afetivos com o público” ao mesmo tempo em que utiliza a ironia e o humor como estratégias de aproximação (Ibid, p. 256).

Além de adotar uma linguagem informal, ao analisar a condição de finalidade dos contratos comunicacionais estabelecidos através do blog e espaço de locução ali presente, Rizzotto (Ibid, p. 255) conclui que a maioria dos textos do blog que faziam parte de sua amostra (88,23%) tinham como finalidade “fazer sentir”, compondo a estratégia de sensibilização e engajamento que caracteriza o blog.

Com seus leitores, a relação que Lola é de intimidade e proximidade, se valendo de elementos de linguagem que demarcam contato direto com o público, além da exposição de experiências pessoais e da utilização de questionamentos que incentivam a participação dos leitores através da caixa de comentários disponível no blog (RIZOTTO, 2014, p. 256).

Em virtude de sua estratégia discursiva, pautada pela utilização de linguagem informal e pelo público sendo convidado a participar, tanto através dos comentários quanto pela possibilidade dos “Guest Posts”, outra característica fundamental do blog é o engajamento dos seus leitores com o conteúdo publicado. Em uma publicação⁴ onde faz um balanço de oito anos da existência do blog, datada de 28 de janeiro de 2016, Lola afirma que

⁴ “Oito anos de bloguinho!”. Disponível em: <[Escreva Lola Escreva: OITO ANOS DE BLOGUINHO!](#)>. Acesso em 05/04/2021.

somente no ano de 2015, o blog contou com 41.600 comentários em 346 post, tendo cada post em média 120 comentários, demonstrando o alcance do blog e o alto índice de interação dos seus leitores.

A respeito dessa dinâmica e da importância da caixa de comentários para o formato dos blogs, Primo (2008) afirma:

A interface de comentários associada a cada post permite o debate pontual de textos. O link que indica o número de comentários do post funciona também como um convite para o debate. Essa interface é fundamental para o desenvolvimento de interações mútuas. Os debates no espaço de comentários ocorrem não apenas com o blogueiro, mas também entre os comentaristas. Nesse sentido, insiste-se aqui que um blog com comentários é um processo de escrita coletiva. Ou seja, um blog/texto é a somatória dos posts do blogueiro com as interações com e entre comentaristas no blog/espço. [...] Com o tempo, e mediante a participação continuada na janela de comentários, um sentimento de grupo pode emergir a tal ponto de formar-se uma comunidade virtual que reúne-se naquele blog/espço. (p. 3).

Maia et al (2016), por sua vez, sobre a dinâmica de interação proporcionada através deles, postulam que

A estrutura da ferramenta – postagens seguidas de comentários – e a relação entre autor e leitores – que também pode ser aferida a partir da forma como os leitores são convidados a participar – tornam esse ambiente propício à troca de argumentos justificados e à presença de respeito entre os interlocutores. Isso porque: (a) participações desrespeitosas podem ser censuradas; (b) blogs reúnem leitores assíduos que, ao longo do tempo, podem estabelecer relações sociais, tanto com o autor como com os demais leitores (p.478-9).

A dinâmica descrita pelos autores é facilmente percebida no blog *Escreva Lola Escreva*, onde são frequentes os comentários de leitores assíduos e de longa data, além da postura adotada por Lola de excluir os comentários ofensivos. Em entrevista divulgada em seu blog, Lola afirma que:

(...) desde junho deste ano [2012], passei a moderar comentários, porque não dava mais. Os trolls estavam matando a caixa de comentários. Tinha muita ofensa, muito comentário repetido de propósito, muito lixo. Agora que eu modero e deletei dúzias de comentários de trolls a cada hora, a situação melhorou. Há uma diferença enorme entre fazer um comentário crítico, contra o que eu digo no post, mas fazê-lo de uma maneira que não insulte

ninguém, e simplesmente entrar pra xingar e perturbar, que é o que 99% dos comentários deletados faz. Então eu lido com essas ofensas deletando-as.

Além dos comentários ofensivos, Lola há mais de dez anos tem sido alvo de diversas ameaças e ataques de um grupo social conhecido por ela como “masculinistas”. Sobre o perfil dos integrantes desses grupos conservadores, a própria Lola, em entrevista para o portal Uol, afirma que

São pessoas com perfil muito parecido, pelo menos os meus sempre foram iguais: homens brancos héteros, de extrema direita, muito preconceituosos com tudo e, em geral, não gostam de mulheres. Quer dizer, apreciam sexualmente... e só. São regidos pelo ódio (...)

A ativista afirma, ainda, que chegou a fazer onze boletins de ocorrência relacionados às ameaças sofridas por ela, além de ter mandado diversas capturas de tela dos fóruns digitais nos quais esses grupos se organizavam como prova das ameaças para a Polícia Federal. Os ataques sofridos por ela foram responsáveis pela criação da lei 13.642/18, sancionada em abril de 2018. De autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), a lei ficou conhecida como Lei Lola e atribui à Polícia Federal a responsabilidade pela investigação de crimes cibernéticos de misoginia.

Os grupos masculinistas se organizam em blogs e fóruns digitais, conhecidos como “chans”. Um dos principais domínios relacionados a eles foi alvo da Operação Intolerância, da Polícia Federal, em março de 2012. Na área destinada à descrição do site, os autores o caracterizavam como "um blog para chutar a cara das feministas...massacrar toda a escória esquerdista e politicamente correta". Nesse sentido, sobre o posicionamento ideológico e as visões de mundo desses grupos masculinistas, Lola comenta:

Por exemplo, eles acham que vivemos um matriarcado que escraviza homens, onde 20% dos homens têm acesso a 80% das mulheres. A verdadeira vítima do mundo (e das mulheres, que, para eles, são super interesseiras) seria o homem branco e hétero, que eles dividem entre "alfa" e "beta". Os alfas se dão bem, e os betas são os "virjões" ou "incels" (celibatários involuntários). Como eles.

Nesse sentido, se com os leitores, a relação que se estabelece é a de proximidade e de intimidade, o antagonista das suas publicações tem sua representação “na figura do ‘machista’, do ‘conservador’, do ‘politicamente incorreto’ e do ‘preconceituoso’”. (RIZOTTO, 2014, p. 256). A presença do antagonismo e da dimensão conflitiva diante do campo conservador, já fortemente presente no blog Escreva Lola Escreva e na experiência de

Lola Aronovich, se mostrará como uma das características marcantes do campo discursivo feminista nas ambiências digitais.

Voltando ao perfil de seus leitores, vemos que ele é pautado pela forte presença feminina e jovem. O blog, em 2014, contava com 260 mil acessos mensais (KOERTE, 2014) e segundo um questionário realizado pela própria autora do blog⁵, mais de 70% dos seus leitores são jovens mulheres, de faixa etária abaixo dos 30 anos, de classe média, frequentando a escola ou a universidade e que partilham das opiniões publicadas no blog (RIZOTTO, 2014, p. 255). Os resultados da pesquisa etária realizada pela própria autora do blog estão disponíveis abaixo e através deles, podemos perceber que a maior parte dos leitores do blog se encontrava na faixa entre os 20 e 24 anos:

Imagem 5: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Em entrevista para Paes (2011, online), Dolores afirma que:

O meu blog é o maior blog feminista do Brasil, pelo menos em número de visitas. Tenho leitores muito jovens: 73% dos meus leitores têm menos de 30 anos, até uma menina com menos de 12 anos. (...) Para muita gente o primeiro contato com o feminismo é através do meu blog, gente que nunca tinha pensado ou se assumido feminista, tanto homens quanto mulheres.

⁵ Informações obtidas por meio de questionário elaborado por Lola Aronovich em outubro de 2013.

Nesse sentido, além da forte presença da juventude entre seus leitores, é interessante observar outro fenômeno: o de leitoras que se descobriram feministas ou tiveram seus primeiros contatos com o movimento feminista através do blog. Foi este o caso de uma das nossas interlocutoras, que entrou em contato com o blog *Escreva Lola Escreva* muito cedo, quando tinha apenas 12 anos, através de um hiperlink com um outro blog, em um texto que discorria sobre o Dia Internacional da Mulher, em um tom bastante irônico e crítico. Segundo ela, foi a partir daí que passou a tomar conhecimento sobre os processos de socialização feminina e do significado político da data:

Eu acho que foi quando eu tinha uns 11, 12 anos, 13 no máximo, mas acho que foi com 12. Eu estava lendo um blog sobre moda, não sei, de uma moça lá qualquer também, desses blogzinhos, né? Que aparecem uma vez na vida e outra na morte, né? Ela tinha postado um texto de uma outra mulher sobre o oito de março, do dia mulher, e era um texto do tipo “ah, você nasceu menina então fecha a perna para sentar, porque garotas têm que ser assim assim assado.” Tipo um texto crítico, mas mostrando todos esses pequenos absurdos, né? Falando dessa nossa socialização feminina desde que a gente nasce até quando a gente vira uma mulher, aí terminava assim: “óh, mas feliz Dia da Mulher, viu?”. Era alguma coisa assim. E aí eu cliquei nesse blog que tava linkado, porque eu tinha gostado daquele texto, queria saber mais. E era um blog que hoje em dia é histórico. Eu não sei se existe mais direito, mas é o Blog da Lola, o “Escreva Lola Escreva”. Pô, faz tempo, né?! E foi a partir desse blog que eu comecei a me inteirar mais sobre o assunto (E1, 06/2020).

Além dela, outras duas interlocutoras comentam que tiveram seus primeiros contatos com o movimento feminista estabelecidos também por meio dos conteúdos publicados no Blog da Lola:

Eu lembro, eu lembro exatamente quando é que foi na verdade [o meu primeiro contato com o feminismo]. É óbvio, né? Que a gente sabe... Todo mundo sabe o que é feminismo. A gente imagina que sabe, na verdade. Eu não tinha noção de que era uma coisa tão grande. Quando eu era mais nova, eu achava que feminismo era uma guerra de sexos, né? Briga entre homens e mulheres. Mas aí o que aconteceu comigo? Em 2011, eu fiz uma cirurgia bariátrica e aí eu lembro que caiu, assim, o link do blog da Lola, da Lola Aronovich. Caiu, para mim, né? E eu entrei no blog dela. E eu comecei a ler o blog inteiro dela, sabe? Numa sentada e eu não conseguia sair de lá. E isso

foi antes de eu... Eu já estava aprovada para fazer a cirurgia. Eu fiz a cirurgia no dia 30 de novembro de 2011 e isso foi no início de novembro.

Eu tinha 29 anos. 30, eu acho que 30 anos. Bom, a internet, né? Tinha uma mulher que tava no meu Facebook e ela sempre publicava coisas da Lola e eu comecei a ler o Blog da Lola através das publicações dela. E foi o meu primeiro contato com o feminismo (E14, 06/2020).

Além das minhas interlocutoras de pesquisa, através dos comentários no blog, também é possível perceber esse movimento de aproximação com o movimento feminista por meio das publicações do site. Abaixo, algumas capturas de telas contendo comentários nesse sentido:

Imagem 6: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Imagem 7: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Sylvia disse...

Há mais ou menos 2 anos passei por um assédio (dentro inúmeros, a vida toda) que me marcou muito e, desde então comecei desesperadamente a procurar respostas. Cheguei primeiro em um outro blog, que adorei, me identifiquei e até fiz amizade com a dona do blog. Ela tinha sido sua guest post, e foi aí que conheci o seu blog e o feminismo. Passei a ler o seu blog com mais frequência mesmo há um ano e meio. E me esclareceu muitas dúvidas, comecei a enxergar e entender muitas coisas, muitas vezes sofri com as histórias de guest posts por me identificar, muitas vezes senti vergonha por perceber o quanto eu mesma era/fui machista, muitas vezes me lamentei por ter demorado tanto tempo p/ me dar conta de tantos preconceitos que me foi imposto, principalmente dentro de casa, e lamentei ter aceitado calada muitas coisas que no fundo eu sabia que estavam erradas... Com a ajuda do seu blog consegui sair do cercado, parece que finalmente me despertei de um grande pesadelo e hoje consigo gostar do que sou e me sinto autoconfiante, coisa que nem em 15 anos de terapia me trouxe tanto autoconhecimento. Por isso, muito obrigada e parabéns pelo blog, Lola!! E obrigada por ter me incentivado a publicar um texto meu neste espaço!

Um grande beijo

28 DE JANEIRO DE 2016 22:12

Imagem 8: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Imagem 9: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Imagem 10: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Imagem 11: captura de tela do blog Escreva Lola Escreva.

Vemos as leitoras do blog relatando como as publicações do blog às apresentaram o feminismo, muitas vezes a partir do diálogo com questões próprias do seu cotidiano: padrão de beleza, a desigualdade na divisão das tarefas domésticas com os irmãos, os episódios de assédio, violência, relacionamentos abusivos entre outras situações de sofrimento que não são explicitadas nos textos. Além dos temas comuns, as publicações também denotam as emoções sentidas e partilhadas: paixão, alegria, sofrimento, identificação com as histórias, solidariedade.

“Me descobri feminista por meio da leitura dos seus posts”; “seu blog ajudou muito na minha formação e me fez descobrir feminista”; “me apresentaste ao feminismo”; “sempre fui feminista, mas com você me descobri feminista” e “vc foi minha porta de entrada pro

feminismo” são algumas citações que deixam claro a importância do blog para o início do processo de identificação com o feminismo que suas leitoras relatam.

O último comentário, especialmente, de autoria de uma leitora que se intitula como “a mesma”, é bastante sintomático a respeito da profundidade dessa identificação e os desdobramentos subjetivos que dela decorrem: “fiquei com aquela sensação de ‘este é o meu lugar, é disso que eu estava falando!’”. Relato semelhante foi encontrado através de nossa interlocutora: “E aí foi exatamente nesse momento que eu me apaixonei. Eu falei: opa! Isso aí faz sentido. Quero entrar nesse processo”. (E12, 06/2020).

A identificação com o feminismo pode ser explicada ao olhar para o conteúdo publicado por Dolores em seu blog. Frequentemente eram publicados textos que buscavam desmistificar o feminismo e aproximá-lo da realidade de suas leitoras. Com essa intenção, Lola buscava romper, em seus textos, o estereótipo que recai sobre as feministas pelo senso comum. Essa estratégia é facilmente identificada em algumas publicações específicas.

Em uma das delas, intitulada, “Roxane Gay, uma feminista má”, datada de 21 de setembro de 2015, Lola cita um ensaio de 2012 da feminista afro-americana Roxane Gay onde Roxane defende que, se culturalmente existe uma pressão sobre as mulheres para se adequarem às performances de gênero, no feminismo operaria uma lógica semelhante e haveria jeitos certos de ser feminista:

Existe um feminismo essencial, maneiras certas e erradas de ser uma feminista, e consequências por “fazer” errado. O “feminismo essencial” sugere raiva, falta de humor, militância, detestar pornografia, combater a objetificação das mulheres, odiar homens e sexo, focar na carreira, não se depilar (ESCREVA, LOLA, ESCREVA. 2015, online).

Buscando se contrapor ao estereótipo, Lola, então, dá a definição de Roxane sobre feminismo. Deixando claro o tom irônico que acompanha o ensaio, ela afirma que “sua definição preferida de feminismo é a de uma australiana, Su: ‘mulheres que não querem ser tratadas como merda’” (online, Ibid). Dolores continua:

E eu sei que inúmeras discussões são necessárias porque um tipo de email que recebo frequentemente é "Posso ser isso / fazer aquilo (insira aqui tudo que você puder imaginar) e ser feminista?" Eu sempre respondo que yes you can (online, Ibid).

A publicação de Lola, como de costume, é ainda repleta de referências visuais, entre capas de livros, quadrinhos, fotos de cartazes em manifestações feministas, *memes*,

pichações, citações e imagens bem humoradas com mensagens relacionadas ao tema da postagem. Abaixo, algumas das imagens que compõem a publicação:

Imagens 13, 14, 15 e 16: extraídas de publicações do blog Escreva Lola Escreva.

Outra publicação bastante ilustrativa dessa estratégia discursiva é a intitulada “11 mentiras batidas sobre feminismo que precisam ser deletadas”. Nela, Dolores reproduz uma reportagem da revista M de Mulher de 2015, na qual foi uma das entrevistadas. Em linhas gerais, a matéria busca rebater algumas afirmações do senso comum a respeito do feminismo e de suas adeptas, as quais estão listadas abaixo:

1. O feminismo é uma ditadura.
2. Feminismo é o contrário de machismo.
3. O feminismo só é bom para as mulheres.
4. Feminismo tem apenas um significado.
5. Toda feminista odeia os homens.
6. Homens não podem ser feministas.
7. Para ser feminista é preciso ser ativista.
8. Passar make e usar roupas sensuais faz de você menos feminista.
9. Donas de casa não podem ser feministas.
10. Para ser feminista você não pode deixar o homem pagar a conta ou abrir a porta do carro.
11. O feminismo divide as mulheres.

Para isso, a matéria se utiliza de declarações de personalidades da cultura pop, como cantoras ou atrizes conhecidas, escritoras e blogueiras como Dolores Aronovich e Bia Cardoso, coordenadora do Blogueiras Feministas, que figuram como referências sobre o movimento feminista. Ao longo de toda a reportagem, Dolores e Bia buscam se utilizar de uma linguagem informal e de questionamentos para rebater tais afirmações e conduzir o leitor para uma reflexão acerca do movimento.

Por exemplo, para contrapor a primeira afirmação, que coloca o feminismo como uma ditadura, a reportagem declara que:

Uma feminista é uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica, como definiu a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche. Mas mais do que isso, como explica Lola: “Hoje em dia, o feminismo é o combate a todas as opressões, não só de gênero, mas também de raça, orientação sexual, classe...” Você concorda com isso? Se a resposta é sim, bem, você é uma feminista.

Sobre a sétima afirmação, a de que para ser feminista é preciso ser ativista, a reportagem conta com uma declaração de Lola:

Claro que não! Para ser feminista você não precisa estar nas ruas. Só o fato de você concordar com os ideais da causa e tentar praticá-los no seu dia a dia já faz de você uma. “A Beyoncé obviamente nunca participou de uma Marcha das Vadias, mas isso não a impediu de colocar, por exemplo, a palavra 'feminista' no palco do VMA. Marketing ou não, quanto mais se falar de feminismo melhor”, explica Bia. O que Lola completa: “Você pode

definir ativismo como orientar e educar outras pessoas. Logo, se você mudar a cabeça de alguém, você pode estar fazendo ativismo”.

Ao final da publicação, Lola acrescenta a seguinte imagem:

Imagem 17: charge reproduzida pelo blog Escreva Lola Escreva.

Tanto através da reportagem, com as 11 afirmações sobre o feminismo que devem ser combatidas, como por meio das imagens reproduzidas ao longo da publicação, Dolores procura fazer com que suas leitoras se aproximem do feminismo, trazendo reflexões com base no cotidiano e se valendo de um humor irônico e de referências populares para questionar a opressão de gênero. Com isso, procura contrapor os estereótipos sobre o feminismo frequentemente alimentados pelo senso comum.

Além da identificação com o feminismo que o blog proporcionou inicialmente, os comentários aqui expostos também demonstram o apreço afetivo que têm pelo blog e pela autora: “você é a mulher que eu mais admiro”; “me aconselhaste quando eu estava só”; “eu sou Lola, sempre vou ser Lola”; “tantos e-mails, tanto bons textos, tantas coisas que revolucionaram a minha vida. Eu te devo muito”.

Através dos relatos das leitoras nos comentários e das entrevistas com nossas interlocutoras, é possível perceber que Lola sempre se mostrou muito acessível aos seus leitores, mantendo seus canais de comunicação abertos a quem a procurasse. Nesse sentido, podemos perceber que sua produção era também caracterizada por um esforço quase que terapêutico, ainda que não intencional. Lola não só publicava em seu blog como também aconselhava aqueles que a procuravam, oferecendo um certo suporte emocional a partir da relação que estabelecia com suas leitoras. Como alguns comentários explicitam, muitas vezes seus leitores acompanhavam o blog há anos e viam em Lola uma referência a qual poderiam buscar em caso de dúvidas, as quais frequentemente pautavam o conteúdo que Lola publicava no blog.

Feita esta breve exposição a respeito do blog *Escreva Lola Escreva*, é possível verificar que o blog já apresenta características e indicadores que consideramos serem fundamentais para a composição da estratégia discursiva que balizou a popularização do discurso feminista a partir dos meios digitais durante o período aqui analisado (2011-2018), o processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022), percebido pelas escolhas discursivas da autora e que reverberam nos relatos tanto das nossas interlocutoras quanto pelos comentários das leitoras do blog. Como mencionado acima, o letramento de gênero é a forma pela qual ocorre o enquadramento interpretativo, onde são nomeadas e identificadas as injustiças bem como as possíveis soluções (TARROW, 1992)

Entre as muitas leitoras do blog de Lola estava Nádia Lapa, que também é autora de um blog feminista, conhecido como *Cem Homens*. O caso de Nádia e seu blog é outra referência representativa do processo de "letramento de gênero" (LOYOLA, 2022) presente no campo feminista, e que será explorado na próxima seção deste texto. Assim com o blog da Lola este também foi mencionado pelas minhas interlocutoras entrevistadas. Ela mesma foi uma das entrevistadas para esta pesquisa. Analisaremos as estratégias discursivas utilizadas por Nádia para abordar questões de gênero em seu blog e também as conexões estabelecidas entre esses dois blogs, a fim de entender como eles se relacionam na construção de um discurso feminista na esfera digital.

Cem Homens

O blog “*Cem Homens*”, intitulado originalmente “*Cem Homens Em Um Ano*”, foi criado em fevereiro de 2011 pela advogada e jornalista Nádia Lapa. Antes de apresentarmos o blog, entretanto, precisamos pontuar alguns acontecimentos da trajetória da autora para que,

assim, possamos compreender de que maneira Nádía passou a se identificar com o movimento feminista e quais são as relações que podemos traçar entre sua experiência e as estratégias discursivas que descrevemos aqui.

Nádía nasceu em Manaus, no início da década de 1980 e desde que seus pais se divorciaram, ainda na sua infância, ela passou a perceber que o tratamento recebido por sua mãe foi completamente diferente daquele recebido por seu pai. Ela passa, então, a se perguntar "por que estão fazendo isso com a minha mãe? Ela só está usando o direito dela de ser dona da própria vida, de ser dona do próprio corpo e de ir atrás de uma felicidade". Já naquele momento, relata uma inquietação vinda a partir dessa percepção da desigualdade de gênero, mas que ainda não sabia nomear propriamente.

Durante a adolescência e no início da sua vida adulta, ela relata que

eu tinha um jeito assim meio considerado de homem digamos. E eu também era sacaneada por isso. Altamente sacaneada. Eu não gostava de usar saia, eu não usava maquiagem, eu gostava de brincar de bola e ali também colocavam a minha feminilidade à prova. Como se eu fosse menos mulher por causa disso e eu também não entendia de novo eu falava meu Deus o que que essas pessoas quem eu sou? E eu olhava aquelas capas de revista das mulheres maravilhosas, lindas, perfeitas e cabelo perfeito e as minissaias pra pegar o gato da balada e eu falava quem é essa mulher também? Então, eu não sou mulher. A ideia que me veio é que eu não era mulher. Porque eu não podia aceitar que ser mulher era ser aquilo. Então eu pensei: eu sou homem. Não no sentido de transexualidade. Não é isso. Mas no sentido de assim ser homem é ser legal, se fazer essas coisas é ser legal, se ser mandona é aceitável pra homens e não é aceitável pra mulher, se ser uma pessoa despachada é melhor pra homem do que pra mulheres, se mulheres tem que ser dóceis e tem que ser fofas e carinhosas e meigas e eu não era nada daquilo (...), então só podia ser homem! E isso me fez me descolar das outras mulheres, me fez pensar que aquelas mulheres... "Ah, não! Essas aí? Essas fúteis? Eu não tenho nada a ver com elas. Eu sou outra mulher completamente diferente, porque eu não sou mulher. Eu sou outra coisa". Isso não era bom. Eu estou falando de um jeito que parece arrogante e tal, mas isso não é bom, porque você fica no meio de campo sem saber de que lado você está jogando. Isso é horrível pra autoestima, isso é horrível pra você descobrir qual é o seu lugar no mundo. E quando você é adolescente (...) tem essa coisa de onde eu estou? Quem eu sou? Pra onde eu vou? Como

eu vou e com quem eu vou? Eu tinha certeza que com mulheres eu não ia, porque elas eram bobas e elas competiam comigo por causa da atenção dos homens. E aí aquela ligação que deveria existir entre mim e ela simplesmente não existia. (E17, maio de 2021).

Através do relato acima, vemos que Nádia, antes de se aproximar do movimento feminista, diz sentir uma espécie de descolamento da sua própria identidade em função da sua inconformidade aos estereótipos de gênero. Consequentemente, tal descolamento fez com que Nádia não se identificasse com as outras mulheres. Em entrevista, Nádia menciona que

Eu, realmente, não conhecia nada sobre feminismo. Realmente, assim, se você me perguntasse, eu ia falar pra você as coisas mais absurdas. Eu ia ter aquele aquele discurso absolutamente... de que a gente ouve muitas mulheres falando hoje. Eu não culpo ninguém, não, não é porque eu passei por isso, eu não culpo porque existe uma demonização mesmo do do que é ser feminista. E aí, eu, eu falaria várias coisas, tipo assim, ah,. Sei lá, eu acho que, ai... Sei lá, talvez eu, eu, eu me achasse muito livre, o que não é verdade, mas você acha. Eu não tinha consciência, talvez... Aliás, não tinha consciência das estatísticas de violência contra a mulher, não tinha. E algumas coisas que eram do meu dia a dia, eu já achava que eram dadas, né? (...) Você já toma como dado, você não pensa que isso é errado. (...) Entende? Incomoda, mas “ah, é assim que as coisas são”. Eh então eu talvez não conseguisse identificar isso. Então houve essa descoberta, né? (E17, maio de 2021).

As falas acima são bastante sintomáticas e interessantes do ponto de vista da importância do processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021) pelo qual passou a autora a partir do momento que criou o blog, tendo em vista que antes disso, Nádia admite que não só reproduzia um certo discurso antifeminista, sob a égide da ilusão da liberdade que considerava ter na época, como também não via certas situações como passíveis de mudança, o que, novamente, para um movimento social certamente é um entrave a ser superado para a mobilização.

O que intriga neste caso é que ela mesma não se percebia como mulher, muito menos como feminista. Como alguém com este perfil cria um blog que será referência no campo feminista? Como alguém que está descobrindo o feminismo também passa a ser referência para outras mulheres? Que processo é este? Que papel a publicação do blog e a conexão com outras mulheres por meio do blog têm nesse processo?

Por meio dessas falas, podemos ter acesso à experiência da autora antes da tomada de consciência que ela relata ter tido a partir da fundação do seu blog, Cem Homens, que aconteceu quando ela tinha 31 anos e cursava jornalismo. Intitulado originalmente “Cem Homens Em Um Ano”, o blog era escrito em formato de diário pessoal, no qual a autora publicava crônicas bem humoradas de sua vida sexual, inicialmente sob o pseudônimo de Letícia F.

Imagem 18: captura de tela da página inicial do blog Cem Homens, feita em novembro de 2014 por Antunes (2014).

Na ocasião da fundação do blog, a autora comenta que “ele (o blog) não tinha intenção absolutamente nenhuma, além de me divertir e dar risada com os meus amigos” (E17, maio de 2021). Entretanto, através do contato de uma amiga que trabalhava para a revista feminina Nova, hoje já fora de circulação, a autora é convidada para hospedar o blog da página da revista, ainda sob o pseudônimo de Letícia F.

Sem se aproximar mais explicitamente das pautas feministas, a temática do blog girava unicamente em torno da vida sexual da autora: “Era só sobre sexo que eu falava mesmo. E sexo, realmente, as pessoas clicam”. (E17, maio de 2021). O blog ficou hospedado

no site da revista por aproximadamente três meses, o suficiente para a autora decidir retornar para o seu domínio original, buscando recuperar sua liberdade editorial. A partir desse momento, o blog alcançou grande visibilidade: “explodiu”, segundo Nádia. A visibilidade foi acompanhada por uma série de comentários hostis:

[...] eu recebia muitas mensagens muito cruéis e falando como é que iam me estuprar. Falando, desejando que eu morresse falando que eu era, que eu ia morrer solitária, que um dia ainda iam me ver, esse eu me lembro perfeitamente que um dia ainda iam me ver numa cama de hospital, sozinha e abandonada, cheia de sarcomas no rosto. (E17, maio de 2021).

A autora comenta que ficou surpresa com tais ataques e tinha dificuldade em compreendê-los, uma vez que no círculo social onde estava inserida, não recebia esse tipo de tratamento:

[...] a gente vive num ambiente em que permite que a gente faça certas coisas, a gente acha que isso é meio que o normal. Então, como eu tinha amigos que me apoiavam, que não me julgavam, (...) eu falei, por que as pessoas estão fazendo isso? (E17, maio de 2021).

Embora soubesse da existência de posições conservadoras, não pensou que fossem tão numerosas, considerando a quantidade de comentários ofensivos que recebeu. Uma “avalanche”, como a própria autora caracterizou. Entretanto, “outras pessoas vieram, estenderam a mão e tal, e aí as coisas mudaram. Houve uma guinada aí no blog, de entendimento... isso foi mais ou menos nessa época.” (E17, maio de 2021). Nesse sentido, foi buscando compreender as motivações dos ataques que recebeu que a autora passou a se aproximar do campo discursivo feminista:

E aí, foi a partir daí, com aquelas coisas todas, aqueles xingamentos, aquelas coisas horríveis que aconteceram comigo, aí que eu fui atrás de entender os motivos pelos quais aquilo tava acontecendo e como acontece que eu acho que com toda mulher que existe esse momento em que se sente muito sozinha e aí expõe o que tá acontecendo, recebe apoio de uma mulher aqui, de outra mulher ali e quando vê tem apoio de um monte de outras mulheres, de um monte de outras mulheres falando que isso também acontece com elas, e aí você pode ou não buscar um aparato acadêmico para entender o que tá acontecendo e foi o que eu fiz (E17, maio de 2021).

Além dos comentários ofensivos que recebeu quando o blog entrou em ascensão, Nádia durante a entrevista também nos relatou que

(...) teve uma história específica do blog que foi um dos caras com quem eu saí, que ele me chamou de vadia, disse que eu tinha diabo no meu corpo, que eu tinha que ir pra igreja tomar... não era passe, era pra tipo, tirar o diabo do corpo mesmo, assim. Várias coisas assim, ele falou várias coisas horríveis e eu fiquei tentando agradar ele ainda, sabe? Tentando contornar a situação. Meu Deus, que pessoa ridícula! E eu me lembro que quando eu finalmente escrevi sobre isso no blog, várias mulheres entraram em contato e **eu acho que o processo vem daí, sabe também?** (...) porque **a gente entrou meio num numa espiral meio doida de compartilhar essas coisas**. Eu acho que todo, todas, a gente sempre passa por essas coisas, **a gente passa por essa descoberta**, passa por um sofrimento de entender que a sua... Porque seria muito mais fácil pra mim imaginar que aquelas coisas aconteciam comigo, que só comigo vinha um cara na minha casa e dizia, “vai na igreja”, sabe? “Sua puta, sua vaca, sua galinha, você merece tudo que está acontecendo com você”? Se eu fosse a única mulher do mundo ao passar por isso, gente, o problema tava resolvido. E aí, quando você percebe que são muitas outras mulheres, e aí, essas mulheres vão, começam a conversar com você, cê fala, um “uai, que que tá rolando?”. (E17, maio de 2021, grifos meus).

A partir dessa troca de experiências entre ela e suas leitoras, seja através da caixa de comentários disponível do blog ou por e-mail, Nádia passou a tomar consciência da dimensão coletiva das violências sofridas por ela. Durante uma palestra, ela comenta sobre esse processo:

(...) mas naquele momento em vez de eu ficar muito triste me deu um estalo e aquela inquietação, aquela angústia que eu sentia antes que eu não conseguia entender o que que era, ela virou inspiração. Naquele momento, eu descobri que, assim como eu, existiam mais milhões de mulheres não livres. (LAPA, 2019, online).

É exatamente esse “estalo” que nos interessa aqui. Nádia poderia ter tido uma série de outras reações perante aos ataques que sofreu. Poderia ter simplesmente deletado o blog, desistido de escrever, ter sido tomada pela culpa ou vergonha comuns a tantas outras mulheres que são vítimas de algum tipo de violência sexual e passado a tolher a sua própria liberdade buscando evitar reviver aquela situação. Ao invés disso, porém, foi acolhida por aquela comunidade formada ao redor do blog, tendo recebido tanto o apoio de outras autoras, como a própria Lola Aronovich, citada na seção anterior, quanto outros relatos de mulheres com vivências semelhantes.

Destaca-se como a exposição pública nos dois blogs - no começo dos anos 2010 - é marcada por uma reação violenta de grupos masculinistas, o que alguns autores têm apontado como parte do backlash cultural no qual o ativismo de extrema direita se amplifica (CHAGAS e MASSUCHIN, 2022). Este confronto amplificado por si só não explica a forma pela qual os blogs se popularizaram, mas fica evidente como os confrontos públicos - que enredam alianças e estratégias nas redes por parte das mulheres - serão fundamentais para o que veremos no capítulo a seguir, quando estas dinâmicas confrontacionistas e de alianças se desenham no Facebook.

Ao final da palestra citada acima, ela faz o convite que dá nome ao título do registro em vídeo: “se aproximem do feminismo” e encerra sua fala dizendo que, com isso, gostaria de ver “mais mulheres transformando essa inquietação em luta, em movimento”. O canalizador desse processo de transformação é o que chamamos aqui de “trabalho emocional” e compõe, em conjunto com o “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021), a segunda estratégia discursiva presente na popularização do discurso feminista nas redes sociais durante o período aqui analisado.

O trabalho emocional do movimento feminista, de maneira semelhante a outros movimentos, consiste geralmente na transformação de emoções passivas, que inibem a ação coletiva, em emoções politicamente ativas. Dentro da literatura sobre o movimento feminista, vários são os casos empíricos nos quais o trabalho emocional foi necessário para a ação coletiva. Jo Reger (2004), ao estudar os grupos de conscientização feminista em Nova York, chega a conclusão de que os grupos servem como o processo organizacional que ajuda a

transformar emoções pessoais em um senso de injustiça coletiva. Segundo a autora, o processo de transformação de uma emoção individual para ação coletiva ocorre pelas seguintes etapas:

finding space in which to respond to moral shocks related to anger and alienation; engaging in organizationally focused emotion work to create shared emotions that eliminate feelings of hopelessness or frustration; and, if reciprocal emotions are fostered and everyday life obstacles are overcome, moving into collective action (REGER, 2004, p. 208).

Verta Taylor (1996) relata um processo semelhante ao estudar os grupos de apoio às mulheres em depressão pós-parto. A autora argumenta que é fundamental que a organização dos grupos consiga ajudar suas integrantes a transformar emoções inicialmente destrutivas, como vergonha e medo em raiva, para que, assim, as mulheres possam direcionar tal sentimento para as práticas culturais sexistas que cercam a maternidade. Skye Fraser (1996), ao trabalhar com vítimas de violência sexual, destaca o papel mobilizador da raiva se ela for adequadamente direcionada para os perpetradores da violência sexual e para a cultura que molda a formação dos perpetradores (FRASER, 1996, p. 167).

Isto posto, temos que tanto o esforço pela construção do “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021) quanto o trabalho emocional envolvido na transformação de emoções como tristeza e frustração em indignação são fundamentais para que as mulheres que vivenciam tais processos possam tomar consciência da dimensão coletiva envolvida nas experiências individuais de desigualdade de gênero.

Como já podemos ver através da descrição desses dois casos, tanto o do blog *Escreva Lola Escreva*, e o do blog *Cem Homens*, aliada aos relatos de nossas interlocutoras, ambas as estratégias discursivas já estavam presentes nesse que consideramos ser o embrião do processo de popularização do discurso feminista por meio da apropriação das mídias digitais.

Embora a utilização de blogs feministas não seja exatamente uma novidade na literatura, sendo amplamente explorada por autoras como Modelli (2014); Ferreira (2015); Antunes (2016); Scapini e Rita (2017); Próspero (2017); Gomes e Pires (2016), defendemos que a partir do surgimento do blog *Escreva Lola Escreva*, as estratégias discursivas que colocamos aqui como “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021) e trabalho emocional passaram a se destacar e foram chaves para que o discurso feminista se popularizasse nas mídias digitais desde então.

Com a ascensão das plataformas de redes sociais, a partir de 2011, o que vemos é a continuação desses esforços tendo como base a apropriação das novas ferramentas disponibilizadas por tais plataformas. Se os blogs já alcançaram números impressionantes de acesso, as redes sociais levaram o discurso à outra escala. O que apresentamos a seguir busca explicitar qual foi o impacto desta nova escala da ação feminista amplificada no Facebook, a partir da análise do papel fanpages presentes nesta plataforma na construção do campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014).

Capítulo 3: Análise das práticas discursivas em páginas feministas no Facebook

O Facebook é uma rede social online criada em 2004 por Mark Zuckerberg e seus colegas da Universidade de Harvard. De acordo com dados da empresa, o Facebook possui atualmente mais de 2,8 bilhões de usuários ativos mensais em todo o mundo, o que o torna uma das maiores plataformas sociais do mundo (FACEBOOK, 2023).

A plataforma oferece diversas funcionalidades, incluindo a criação de um perfil pessoal, compartilhamento de fotos e vídeos, conexão com amigos e familiares, criação de grupos, eventos e páginas. O Facebook é objeto de diversos estudos na área de comunicação e tecnologia, como o de Boyd e Ellison (2007), que destacam a importância da plataforma para a construção de identidades sociais e a manutenção de relacionamentos.

Dentre as diversas ferramentas oferecidas pela plataforma, encontra-se a possibilidade de criação de uma fanpage, objeto de análise empírica deste capítulo. Uma fanpage no Facebook pode ser definida como uma página pública criada por um usuário do Facebook para representar uma marca, negócio, organização ou pessoa pública, com o objetivo de construir uma comunidade de fãs e envolvê-los em suas atividades.

Diversas autoras, como Santos (2019), Biondo (2019), Almeida (2018) e Margarites e Rodrigues (2018), já se dedicaram a analisar as páginas feministas no Facebook. As pesquisas destacam a importância dessas fanpages como ferramenta de comunicação e organização de protestos, além de serem espaços de socialização, discussão e difusão de ideias e informações sobre o feminismo. Essas páginas questionam a divisão entre o público e o privado, denunciando comportamentos sociais naturalizados e a desigualdade de gênero.

Almeida (2018) realizou um mapeamento das páginas feministas no Facebook e identificou cerca de cem páginas feministas de diferentes tipos e modalidades. Segundo a autora, as páginas são bastante diversas, incluindo aquelas declaradamente de militância e luta feminista, das diferentes vertentes do movimento, além de páginas de artistas que apresentam discurso feminista, como de maternidade, poesia, grafite, música, entre outras artes. O ponto em comum entre todas essas páginas é a presença de postagens com discurso feminista.

Deste modo, as páginas feministas podem ser consideradas espaços digitais privilegiados para a disseminação de ideias e informações sobre o feminismo, além de serem espaços importantes de mobilização e organização. O próximo passo, portanto, será o de investigar quem são as mulheres responsáveis pela fundação e manutenção dessas páginas e como elas se tornaram feministas.

A seguir, analisarei quem são as mulheres por trás dessas páginas feministas no Facebook. Serão investigadas questões relacionadas à socialização política das autoras, como elas se tornaram feministas e quais as conexões e desconexões entre as ativistas responsáveis pelas páginas e o feminismo “*mainstreaming*” (ALVAREZ, 2014). Além disso, serão levantadas reflexões sobre o papel dessas mulheres como produtoras de conteúdo e ativistas digitais, bem como as possibilidades e limitações que a plataforma oferece para a articulação do ativismo feminista online.

Quem eram as mulheres responsáveis pela fundação e manutenção das páginas? Como elas se tornaram feministas?

Entre nossas interlocutoras, temos três que participaram diretamente da construção desses espaços: Olívia, Brenda e Luciana, responsáveis ou colaboradoras das páginas “Feminismo Sem Demagogia”, “Moça, Você é Machista” e “Nós Denunciamos”, respectivamente.

Olívia, na ocasião da criação da página Feminismo Sem Demagogia, tinha 32 anos, era casada e era filiada a um partido de esquerda do qual seu marido também fazia parte, embora estivesse afastada do partido em função do casamento. Brenda, por sua vez, tinha 28 anos quando foi colaboradora da página Moça, Você é Machista e também era filiada a um partido de esquerda. Luciana, aos 34 era colaboradora da página “Nós Denunciamos” e embora não fosse filiada, era militante feminista autônoma, transitando entre o campo anarquista e partidos de esquerda.

Com isso, semelhança no percurso das colaboradoras das páginas é o fato de que todas já eram mais velhas quando realizaram este trabalho, se comparadas com a idade de nossas demais interlocutoras. Quando estavam à frente das páginas feministas, todas elas já haviam passado dos 25 anos.

Além disso, podemos ver como a socialização política dessas ativistas se mostrou semelhante àquela já encontrada nos feminismos anteriores e, mais especificamente, no próprio campo democrático-popular no Brasil. Alguns trechos das entrevistas são bastante sintomáticos dessas semelhanças:

Desde que eu me entendo por gente, eu sempre me envolvi com política. Minha mãe é assistente social e ela era militante mesmo. Ela militou na época de implantação da Lei Orgânica de Assistência Social. A gente vem de uma família... Meu avô era de direita, mas o melhor amigo dele era do PCB e ele escondeu o melhor amigo dela na época que perseguiam ele. O

fruto nunca cai longe do pé, né? E meu irmão do meio foi da Executiva do PSOL aqui na Bahia. (E9, 06/2020)

E eu sempre fui muito ligada à política. (...) Eu sou filiada desde 2002, mas perderam a minha filiação, naquela loucura da eleição do Lula e tudo mais, e eu descobri depois. E depois eu refiliei em 2006. Eu fui petista a vida toda, porque a minha mãe é petista, minha família é petista, então é difícil separar a minha vida do PT. (E12, 06/2020).

Portanto, o que vemos a partir da trajetória das ativistas entrevistadas que estiveram ligadas de maneira mais próxima com as páginas feministas entre 2011 e 2012, seja como fundadoras propriamente ou colaboradoras, é, de certa forma, uma continuidade com as gerações políticas anteriores, muito pautadas pela atuação política “tradicional”, associada a partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais ou organizações semelhantes. Entretanto, por meio das entrevistas, foi possível levantar um dado relevante: o fato de que todas essas interlocutoras tiveram seus primeiros contatos com o feminismo fora de organizações, tanto de organizações partidárias quanto das organizações feministas características do momento “*mainstreaming*” (ALVAREZ, 2014). Foram os contatos com grupos culturais, blogs e outras meninas e mulheres nas redes sociais que lhes apresentaram o feminismo.

Luciana comenta que se aproximou do feminismo quando ainda era adolescente, em função da cena punk hardcore que frequentava, mais especificamente através do movimento cultural Riot Grrrl, de maneira semelhante às descrições de Fachini (2011). Segundo ela,

Então, nessa época, eu tava totalmente inserida nesse contexto. Eu toquei em banda. Eu não me considerava feminista, mas eu lia zine feminista, entendeu? Sempre foi um... E essa troca, de muita informação sobre feminismo dentro do punk, do hardcore, nessas bandas tipo TPM, Dominatrix. Foi o primeiro contato que eu lembro mesmo.

A figura de Elisa Gargiulo, vocalista da banda Dominatrix, citada acima, aponta um elo importante. Pesquisando a biografia de Elisa, é possível perceber uma aproximação entre o feminismo dos anos 1990, marcado pela produção de zines (CAMARGO, 2011), pela cultura punk hardcore e pelo movimento cultural Riot Girl (PEDRO e MARQUES, 2012), e a Marcha das Vadias.

Brenda, por sua vez, teve sua primeira incursão no campo feminista anos mais tarde, em 2011, a partir de uma publicação do blog *Escreva Lola Escreva*, citado anteriormente. Ela comenta que quando era mais nova, acreditava que feminismo era, em suas palavras, “uma guerra de sexos, né? Briga entre homens e mulheres.”

Sua opinião mudou a partir da leitura do blog, onde teve acesso ao debate sobre padrões de beleza depois que já tinha marcado uma cirurgia bariátrica. Com isso, ela nos relatou que passou a se questionar acerca da cirurgia: “me bateu um peso na consciência. Eu pensava: meu Deus! Será que eu estou traindo o movimento?”.

Para contornar a situação, decidiu escrever diretamente para Lola, como boa parte das leitoras o fazem, perguntando sua opinião. Lola, sempre muito acessível, responde ao seu e-mail, a tranquilizando: “olha, o problema com a não aceitação dos corpos não é você, é o sistema. Não se sinta culpada se você for fazer”. A partir de então, e já tendo lido praticamente o blog todo, Brenda finaliza dizendo:

(...) mas aí abriu a minha cabeça para um monte de questões que eu nunca tinha parado para pensar de uma maneira mais profunda com um olhar feminista. E aí foi **exatamente nesse momento que eu me apaixonei. Eu falei: opa! Isso aí faz sentido. Quero entrar nesse processo.** (E12, junho de 2020, grifos meus).

Momento semelhante foi descrito por Nádia Lapa, já mencionado anteriormente, quando ela comenta do “estalo” que teve quando passou a enxergar suas vivências sob o ponto de vista feminista. Mais uma vez, são precisamente estes momentos que nos interessam aqui. Estes estalos, estas “viradas de chave”, como são popularmente conhecidas, que embora passem a ilusão de serem dotadas de uma certa espontaneidade quando citadas assim, são frutos de um intenso “trabalho emocional” (TAYLOR, 1995; TARROW, 2009, p. 145) e de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021), como defendemos nesta pesquisa.

O blog *Escreva Lola Escreva* também desempenhou uma função central no processo de letramento de gênero vivido por Olívia, fundadora da página *Feminismo Sem Demagogia*. Embora fosse filiada a um partido do campo progressista, ela relata que, dentro do partido, nunca teve contato com pautas feministas, tendo-o feito somente a partir de uma publicação do blog *Escreva Lola Escreva*.

A publicação em questão, que versava sobre as características de um relacionamento abusivo, foi compartilhada por uma amiga de Olívia no Facebook, o que permitiu que ela tivesse acesso ao blog, o qual passou a acompanhar com frequência. Em suas palavras:

Eu tinha 29 anos. 30, eu acho que 30 anos. Bom, a internet, né? Tinha uma mulher que tava no meu Facebook e ela sempre publicava coisas da Lola e eu comecei a ler o Blog da Lola através das coisas que ela publicava. E foi o meu primeiro contato com o feminismo. Eu já militava anteriormente em partido político, mas por incrível que pareça, dentro do partido eu não tive

nenhum contato com o feminismo, com a questão das mulheres. Foi só através do Blog da Lola. Eu já tinha parado com a militância. Eu tinha casado. E aí quando eu casei ficou muito difícil eu manter a militância, né? Conciliar. E aí eu peguei e deixei a militância no partido. Naquele momento, eu não tava fazendo nada. Eu tava só trabalhando e estudando, fazendo minhas coisas de rotina mesmo, vivenciando o casamento. E acabou pulando na minha timeline um texto da Lola sobre relacionamento abusivo e me interessou. E eu comecei a ler a partir dali as coisas que ela postava.

Na fala acima, além da importância do blog *Escreva Lola Escreva*, duas outras questões também merecem destaque: com a popularização do Facebook, a rede social passou a ser outro canal de divulgação do blog, demonstrando o entrelaçamento das duas tecnologias de comunicação. Desde o início da popularização do discurso feminista nas redes parece haver esse trânsito dentro da arena digital - entre o blog e o Facebook-, entre plataformas diferentes. Hoje em dia este processo está mais evidente pois o ativismo digital em torno a causas contenciosas combina atuações em várias mídias digitais simultaneamente, cada uma delas sendo acionada de forma complementar: Twitter, Instagram, Facebook, e até o Tik Tok. Neste momento inicial, o que vemos é a imbricação entre essas duas tecnologias: os blogs e a ação nas páginas do Facebook.

Além disso, o acionamento da categoria “relacionamento abusivo” no relato de Olívia foi um importante fator para que ela viesse a seguir o percurso trilhado por Lola Aronovich e criasse uma das páginas feministas de maior alcance nacional, como veremos a seguir. Encontrar a expressão, nomear, descrever, traduzir “relacionamento abusivo” foi fundamental para a conexão de Olívia com o feminismo.

Como as páginas eram apropriadas pelo campo discursivo feminista?

Relacionamentos abusivos e a violência contada em primeira pessoa

No blog *Escreva Lola Escreva*, uma das práticas da autora era a publicação de relatos em primeira pessoa que eram enviados a ela por suas leitoras, aos quais eram acrescentados comentários da blogueira. Dentre eles, diversos eram os relatos do que Lola frequentemente classificava enquanto “relacionamentos abusivos”.

Foi através dessas publicações que Olívia passou a identificar as vivências do relacionamento que tinha na época com aquelas relatadas nas publicações enquanto abusivas, passando a perceber a violência existente naquela relação: “então, eu comecei a ler os textos

e ver os debates das mulheres nos posts da Lola no blog dela. E comecei a perceber que as histórias eram muito parecidas com o que eu estava vivendo.”

Ao tentar trazer à tona as violências que sofria para o seu círculo social, muito marcado pela militância, Olívia encontra resistência inclusive de outras mulheres e decide, então, criar uma página no Facebook intitulada Feminismo Sem Demagogia. Em suas palavras:

E quando eu criei a página eu criei ela no sentido de discutir o feminismo sem demagogia, porque as mulheres elas tinham isso, né? De dizerem-se feministas, mas na hora que uma mulher aparecia com uma denúncia e era um homem que elas consideravam, que elas tinham como um exemplo, elas se voltavam contra essa mulher e faziam o mesmo esmagamento que um homem super machista faria, né? Inclusive, as situações são muito parecidas. Não tem muita diferença das acusações de um homem machista do que de uma mulher que reproduz machismo quando uma mulher denuncia um homem que elas gostam, que elas têm apreço. A ideia inicial era essa. E eu ainda tava casada com ele nesse momento. Foi um jeito de desabafar, de encontrar outras mulheres na mesma situação. De me empoderar mesmo. A princípio, a ideia da página era essa. (Olívia, 41)

Olívia não era uma feminista já articulada em movimentos feministas consolidados, nem havia estudado sobre o tema como acadêmica ou universitária. Ela cria o blog para “desabafar”, para falar de situações comuns, corriqueiras, vivenciadas por outras mulheres, para encontrar outras iguais a ela. Significativo pensar que a popularização do discurso feminista nas redes foi feita por “mulheres comuns”, com alguma trajetória organizativa mas não com um passado consolidado no movimento feminista.

Passados alguns meses da criação da página, Olívia foi vítima de violência doméstica: “conforme eu fui me empoderando e tomando consciência do que estava acontecendo comigo, ele ia ficando cada vez mais agressivo, porque ele estava perdendo o controle da situação, né? E chegou a vias de fato dele me agredir”.

Ela, então, pede o divórcio e passa a usar a página que tinha criado como um mecanismo de denúncia para mulheres em situação de violência, além de uma ferramenta para que pudessem identificar as características de um relacionamento abusivo: “no primeiro período, era só uma questão de alertar as mulheres sobre a questão da violência machista, delas identificarem o que era uma violência machista, um relacionamento abusivo”. Assim, Olívia e sua equipe passaram a receber e publicar na página depoimentos nesse sentido.

A partir dessa iniciativa da página, duas questões ganham destaque e são fundamentais para a compreensão das estratégias discursivas do campo feminista nas redes sociais: I-) a publicação de relatos em primeira pessoa; II-) a utilização da categoria “relacionamento abusivo” enquanto constitutiva de uma gramática política relacionada às noções de violência (SOUSA, 2017).

Em primeiro lugar, a publicação de relatos em primeira pessoa, tal como Bortolon e Malini (2016) colocam, cumprem o papel de "performances catárticas", que consistem em um “método narrativo cujo objetivo é a descarga de emoções" (Ibid, p. 5).

As autoras destacam que a publicação de um relato desencadeia um efeito dominó, uma vez que cada vítima que torna pública sua vivência de violência incentiva outras mulheres a fazerem o mesmo: “observa-se um ciclo de sentimentos: ao performar catarses e expurgar sentimentos, as vítimas desencadeiam respostas igualmente sentimentais, respostas estas que se mostram como um incentivo à expurgação de novos sentimentos (BORTOLON e MALINI,p. 7).

A publicação de relatos em primeira pessoa, de acordo com Facchini e Ferreira (2016), funciona na lógica de alçar as situações vividas pelas mulheres em um campo da não excepcionalidade. Com a publicização de numerosos relatos, as mulheres percebem que suas vivências se enquadram em uma estrutura social mais ampla do que suas trajetórias individuais. Politicamente, este é um movimento fundamental para a construção da ação coletiva.

Em segundo lugar, o acionamento da categoria “relacionamento abusivo” enquanto uma forma de violência é vista com frequência nos materiais empíricos levantados durante essa pesquisa. Na página Feminismo Sem Demagogia não é diferente, sendo a violência sofrida por Olívia em seu relacionamento um fator determinante inclusive para a fundação da página.

Sousa (2017), ao investigar a construção da categoria “relacionamento abusivo”, busca inseri-la em um contexto de transformação das percepções acerca das classificações do que pode ou não ser considerado como violência. Segundo a autora,

Tal cenário de mudanças está relacionado a um maior espraiamento do feminismo e a uma nova relação entre a internet e o ativismo político (ALVAREZ, 2014; FERREIRA, 2015, 2016; CARVALHO & CARRARA, 2015), indicando a alteração dos regimes de visibilidade dos feminismos e da violência de gênero, o que possibilita a criação de novas classificações e/ou categorias para pensar violência (Ibid).

Em seu trabalho, a autora articula sua participação em grupos de discussão on-line e off-line sobre relacionamentos abusivos e apresenta resultados parciais que dialogam com aqueles obtidos através da presente pesquisa. Para Sousa (2017, p. 7):

(...) a dinâmica de discussão sobre os relacionamentos abusivos tem um fluxo contínuo entre a internet e outros ambientes de atuação política. A circulação de informações, relatos e significados entre um e outro parece ser produtora de uma espécie de fazer política, ampliando o alcance de suas discussões para diferentes grupos on-line e off-line.

Até aqui, a categoria “relacionamento abusivo” foi acionada em todos os espaços analisados: nos blogs Escreva Lola Escreva, Cem Homens e agora através da página Feminismo Sem Demagogia, demonstrando a intensa circulação dessa categoria no campo discursivo feminista.

Durante o momento em que estava se desvincilhando dessa relação, Olívia comentou também acerca da importância da rede de apoio que encontrou em meio à militância feminista, especialmente levando em consideração que quando sofreu o episódio de agressão, estava em meio à organização do I Encontro Feminista de São Paulo.

Deste modo, apesar de estar enfrentando um momento muito turbulento e doloroso, Olívia se mantém na organização do evento, que foi realizado no dia 13 de abril de 2013 no Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Assistência e Previdência Social no estado de São Paulo (SINSPREV).

O crescimento do campo: o I Encontro Feminista de São Paulo

O I Encontro Feminista de São Paulo reuniu representantes e seguidoras de diversas páginas e blogs relacionados à temática feminista no Brasil. Dentre elas, Feminismo sem demagogia; Feminista Cansada, Uma Outra Opinião, Feminismo na Rede e Transexualismo da Depressão. O evento é um importante indicativo do fenômeno de proliferação de páginas relacionadas ao tema e ao próprio processo de construção do campo. É interessante observar que as organizadoras não tem qualquer pudor em autodenominar o encontro como o I Encontro Feminista. Obviamente que o feminismo é bem mais antigo que este encontro de 2013. Elas estão falando do primeiro encontro do feminismo feito nas mídias digitais, o que denota também uma certa desconexão com o feminismo vivenciado em organizações feministas.

Imagem 19: Cartaz do evento. Crédito: acervo pessoal E12 publicado com autorização.

Segundo Olívia, o evento tinha como objetivo geral “apresentar as militantes e fazer o debate geral mesmo, da opressão, da violência contra a mulher, inclusive falar sobre o

machismo e como ele violenta as mulheres.“ (Olívia, 41). Durante a mesa de abertura do evento, ela diz que

O encontro surgiu na página Feminismo Sem Demagogia. Eu fiz uma proposta de que a página fizesse um encontro, mas acabou que saiu um pouco do controle, outras páginas começaram a divulgar também e muita gente começou a se inscrever. Na verdade, a ideia do encontro era se encontrar no Centro Cultural, bater um papo, ir no boteco tomar uma cerveja e ir embora. Bom, mas aí quando começaram a se inscrever 200, 300 pessoas... A inscrição oficial tem 400 pessoas inscritas. (...) A gente teve que arrumar um lugar.

Na decoração do evento, cartazes com fotos de mulheres como Frida Kahlo, Patrícia Galvão, Angela Davis, a blogueira Lola Aronovich, Maria da Penha, Clara Zetkin, bell hooks e Shirley Chisholm. Mais uma vez chama a atenção como não há referências a movimentos, organizações e feministas históricas brasileiras, denotando certa desconexão com a história feminista no Brasil. Nas faixas penduradas nas paredes do sindicato estavam presentes as seguintes frases: “contra o machismo, o racismo e a homofobia, a nossa luta é todo dia” e “nem virgens, nem santas, nem putas. Somos livres. Somos mulheres de luta”.

Sobre a organização e financiamento do evento, Verinha Dias comenta:

o tempo era escasso. Tivemos poucas doações, a maior parte nós mesmas financiamos. Tivemos a colaboração de uma seguidora da página, que fez a arte dos banners e faixas, ajudando a diminuir os gastos. (CORTEZ, 2013, online).

O encontro contou com a presença das escritoras Clara Averbuck e Nadia Lapa, do blog Cem Homens, além de Djamila Ribeiro, Denise Laizo, Maria Luiza Rodrigues, Samantha Pistor e Luana Balbino, Kátia da Costa e Daniela Andrade, que vieram representando as páginas das quais eram colaboradoras.

Através das falas das convidadas na abertura do evento, é possível obter algumas informações a respeito de suas motivações ao criarem ou colaborarem com as páginas. Djamila Ribeiro, a primeira a falar, representando a página “Moço, Você é Racista”, começa comentando a respeito da sua trajetória enquanto militante:

Na verdade, essa questão de ciberativismo para mim é muito novo, porque eu sou militante mesmo do Movimento de Mulheres Negras desde sempre. Eu sou filha de militante de esquerda, filha de militante do movimento negro lá de Santos. Então, esse contato com a militância é desde a infância, de estar nos movimentos, de estar nos espaços. E aí hoje eu também faço parte

do MAPÔ, que é o Núcleo de Estudos de Raça, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de São Paulo.

Djamila, nesse sentido, assim como nossas interlocutoras deste primeiro grupo, também possui uma trajetória familiar com a política e o ativismo. Prossegue dizendo a respeito da sua relação entre universidade e militância em sua trajetória:

(...) a gente acha que é importante discutir esses assuntos, de criar realmente uma cultura de debates desses assuntos dentro da universidade, porque é muito difícil, né? Ainda mais eu que sou da Filosofia, por exemplo, ainda tem muita resistência para se discutir gênero, para se discutir raça. Atualmente eu faço mestrado em Simone de Beauvoir e Butler. Eu apanho muito lá, no Departamento de Filosofia, porque eu acho importante fazer a militância também dentro da academia, né? Às vezes as pessoas ficam com essa impressão de que: “a academia e a militância são coisas separadas”. Eu acho que dá para fazer as coisas junto.

E, por fim, comenta sobre os motivos que levaram à criação da página:

E a ideia da página agora, mais uma coisa que a gente inventou... Na verdade, foi um amigo meu que criou essa página, que também é do MAPÔ, mas foi em resposta mesmo a uma agressão que eu sofri na internet, porque eu fui reclamar do post de uma página, considerado racista, uma página feminista... E eu fui lá reclamar que eles colocaram que um pastor estava falando mal do candomblé e eles se posicionaram o seguinte: o que esses negros têm na cabeça para criticar a própria cultura? E eu aí eu achei aquilo um absurdo sem tamanho uma página feminista postar algo como aquilo. É a mesma coisa de dizer “o que as mulheres têm na cabeça para não irem embora quando apanham”. Essa lógica de culpabilizar o oprimido pela opressão. E eu fui lá, numa boa, falar “olha, a sua visão está equivocada por isso, por isso e por isso”. E eles me xingaram de analfabeta funcional, que eu não entendi o que eles quiseram dizer e começaram a me xingar e me excluíram da página, porque segundo eles, eles excluíam trolls e haters, como se eu fosse troll, né? E aí uns amigos revoltados com isso foram até a página reclamar e eles também foram excluídos e xingados, não adiantou nada. Aí em resposta a isso, o meu amigo criou a página Moçe, Você é Racista, para que a gente pudesse discutir nossos assuntos também, a gente discute homofobia, discute gênero, discute tudo, porque é muito triste a militância não querer incluir outras militâncias, porque falar de feminismo sem falar de mulher negra para mim não está falando de feminismo.

A próxima convidada é Daniela Andrade, fundadora da página Transexualismo da Depressão:

(...) eu criei essa página porque eu procurei no Face, aliás eu procurei na Internet e eu acho que muitas pessoas procuram sobre esse assunto e eu acho que é um assunto extremamente deixado para escanteio. As pessoas falam muito pouco. O grosso do material que a gente tem sobre o assunto está em inglês, basicamente é a militância dos Estados Unidos e no Brasil a gente não tem quase nada. (...) Eu acho que a única página de relevância dentro desse assunto é o Transfeminismo, que muitas pessoas devem conhecer, que é um grupo de milita para o interseccionamento do feminismo com o transfeminismo, mas por eu não concordar com algumas coisas dentro desse grupo, eu acabei montando a página com a Aline Freitas, eu acho que muitas pessoas conhecem, uma militante também tanto dentro do movimento feminista, porque eu acho que na verdade nem existe transfeminismo. Na minha opinião, eu acho que o feminismo ele tem que abarcar todo mundo, as pessoas negras, as pessoas trans, porque para mim não existe feminismo... A pessoa que diz para mim: olha, eu sou feminista, mas eu não creio que você seja mulher, para mim essa pessoa tem que rever os seus conceitos do que vem a ser o feminismo. Eu acho que feminismo, para mim, automaticamente abarca tudo isso.

Por fim, Kátia da Costa, colaboradora da página Feminismo na Rede, assume o microfone:

A Feminismo na Rede surgiu há pouco mais de um ano atrás quando praticamente não existiam páginas que tratassem da questão feminista no Facebook em português, né? E a fundadora queria uma página que falasse sobre feminismo para as brasileiras, mas que fizesse isso sem agredir a nenhum partido ou religião em particular, porque havia alguma coisa com relação a partidos de esquerda que tratavam minimamente da questão feminista, mas ainda tinha uma prática de atacar outros partidos e isso era um negócio que a gente não tinha acordo. Depois, quando o número de pessoas que curtiam a página foi crescendo exponencialmente, ela chamou outras pessoas para compor... Somos a favor da legalização do aborto, do feminismo interseccionar com as questões da transexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade e do movimento negro. (...) mas você

é a favor de um feminismo só para as mulheres brancas? Não tem nem como, né? Porque as maiores vítimas da violência doméstica, da desigualdade salarial são as mulheres negras (...).

Feitas as apresentações, houve também grupos de discussão e palestras. Padrões de beleza e liberdade sexual foi a temática pautada pelas escritoras Clara Averbuck e Nadia Lapa. Djamila Ribeiro trouxe como pauta “A importância de enegrecer o feminismo”, Kátia da Costa, por sua vez, discorreu sobre a divisão sexual do trabalho, enquanto Daniela Andrade intitulou sua fala como “Por um feminismo que pense na mulher transexual” e Nema Cecília, da página Feminismo Sem Demagogia, falou sobre a violência emocional contra a mulher (CORTÊZ, 2013, online)

Assim, considerando tanto as temáticas presentes nas falas acima expostas quanto o discurso de apresentação das convidadas, foi possível perceber duas questões que se sobressaem: a diversificação dos sujeitos do feminismo, como Alvarez (2014) também aponta, através das demandas das mulheres negras e transexuais e a necessidade de produção de conteúdo relacionado ao tema, principal motivo apontado pelas convidadas para o surgimento das páginas representadas por elas.

O público do evento era composto majoritariamente por jovens mulheres, mas contou também com a presença de leitores dos blogs e páginas feministas convidadas, que foram recebidos com otimismo pelas organizadoras (CORTEZ, 2013, online).

O evento é um importante registro acerca do surgimento de figuras que, embora não possam ser caracterizadas como lideranças em um sentido mais estrito do termo, são hoje referências no campo feminista, como Clara Averbuck e Djamila Ribeiro. A escritora Clara Averbuck mais tarde foi a responsável pelo lançamento da hashtag #MeuMotoristaAbusador, enquanto Djamila Ribeiro lançou uma coleção de livros intitulada Feminismos Plurais, na qual escreve a respeito do conceito de “lugar de fala”, bastante mobilizado no campo (MENESES, 2017).

Deste modo, o evento corrobora com o argumento de Gerbaudo (2012), quando o autor defende que ao invés de eliminar completamente a liderança, o uso da internet e das redes sociais por meio dos movimentos sociais faz com surjam novas formas de liderança, que operam de maneira mais distribuída, mas que nem por isso deixam de ter relevância no campo (Ibid, p.266).

Além disso, o episódio descrito neste relato nos convida a refletir sobre as conexões e desconexões do feminismo "*sidestreaming*" (ALVAREZ, 2014) com os movimentos anteriores do campo. Essas reflexões trazem à tona questionamentos relevantes sobre as

formas de liderança e organização emergentes nesse terceiro momento do feminismo e como elas irão se articular com os feminismos que vieram antes, considerando a noção de "feminismos em movimento" de Alvarez (2014).

Tais relações merecem atenção em trabalhos futuros e devem ser consideradas na construção de uma agenda de pesquisa sobre o tema, mas por hora, o que o caso nos mostrou foi a maior presença de desconexões com os feminismos anteriores. Embora as interlocutoras reconheçam a herança dos outros momentos, organizações tão características do feminismo "*mainstreaming*" (ALVAREZ, 2014) raramente são citadas e vistas como espaços de articulação. Sob esse aspecto, podemos dizer que não foi através das organizações que o feminismo as alcançou. Se não por elas, por onde?

Partindo deste questionamento, na próxima seção, iremos explorar especificamente o papel das páginas feministas no Facebook no processo de letramento de gênero” (LOYOLA, 2022), analisando as estratégias discursivas utilizadas para disseminar informações e discutir questões de gênero de forma acessível e engajada.

O papel das páginas no processo de letramento de gênero

Assim como os blogs foram importantes ferramentas no esforço do que chamamos aqui de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021), os espaços das fanpages na plataforma Facebook também foram apropriados em favor dessa estratégia discursiva. Tendo em vista tal objetivo, as páginas apostavam em uma estratégia de

tradução de termos, ideais e lutas, apostando na eficácia dessa atuação sem considerar os feminismos como consequência de uma consciência prévia e com a finalidade de atrair mais pessoas, ou ainda deixar mais claro o uso de determinados conceitos, temas e/ou “palavras de ordem” (FERREIRA, 2015, p. 211).

A literatura tem indicado que a estratégia discursiva adotada pelo ativismo feminista nas redes sociais de privilegiar a mudança de mentalidades ao invés da participação institucional (FALCÃO, 2017), é compartilhada por outros movimentos, como o movimento LGBT e o ciberativismo trans (CARVALHO, 2015; LIMA, 2016; DANILIAUSKAS, 2016; FALCÃO, 2017, CARMO, 2018), também compostos em sua maioria por jovens ativistas. Deste modo, aponta para um processo de diversificação dos modelos de participação política potencializado pelo surgimento da internet e, principalmente, das redes sociais e marcado também por clivagens geracionais.

Von Bulow e autores (2022, po. 312) destacam recentemente que é preciso ficar atento para evitar a lógica binária que a o ativismo institucional. As pesquisas têm demonstrado que as redes de ativistas digitais cruzam as fronteiras entre Estado, partidos políticos e movimentos sociais em torno de causas comuns. Entretanto, há evidências entre as minhas interlocutoras de que há sim um gap geracional, não só por causa do uso da tecnologia, mas também de distância (não sabemos se intencional, ocasional ou acidental) com o feminismo vivenciado anteriormente em muitas organizações feministas.

Regina Facchini (2011), em sua pesquisa acompanhando a participação feminina no cenário do punk rock apontou para a propensão das jovens ativistas em adotar estratégias políticas “baseadas no lúdico e no cultural e no diálogo direto e prático com as questões cotidianas” (p. 135), em contraposição à atuação mais institucionalizada das gerações anteriores.

Sendo assim, os conteúdos publicados pelas páginas se valiam da denúncia dos machismos cotidianos, frequentemente mascarados por aspectos culturais e, por meio de suas publicações, buscavam mostrar como muitas práticas cotidianas, embora aparentemente banais, carregam uma carga simbólica de opressão e acabam servindo para a manutenção da desigualdade de gênero. Através das publicações abaixo, é possível verificar como essa prática operava:

Imagem 20: Extraída da página Moça, Você é Machista e publicada em 22 de março de 2013.

Imagem 21: republicada da página Não Aguento Quando pela página Moça, Você é Machista em 3 de abril de 2013

Imagem 22: extraída da página Feminismo Sem Demagogia e publicada em 25 de janeiro de 2016.

Imagem 23: publicação de 20 de fevereiro de 2017 extraída da página Moça, Você É Machista

Imagem 24: publicação de 8 de junho de 2016 extraída da página Moça, Você É Machista

Frequentemente, as páginas compartilhavam textos de blogs feministas que questionavam a indústria pornográfica, os padrões estéticos, a naturalização da violência contra as mulheres e a representação das mulheres na mídia. Apesar da complexidade dos temas e do fato deles serem permeados por diversas questões sensíveis, as publicações

buscavam trazer as pautas do movimento feministas com uma linguagem lúdica e informal, trazendo elementos cotidianos para a reflexão acerca das relações de gênero e acionando frases curtas, memes, músicas e personalidades:

Imagem 25: extraída da página Feminismo Sem Demagogia, 15 de janeiro de 2016

Dentre essas personalidades acionadas através das publicações nos anos iniciais das páginas feministas, destaca-se a mobilização da figura da cantora de funk Valesca Popozuda que apareceu recorrentemente enquanto símbolo de liberdade, autonomia e poder sobre o próprio corpo:

Imagem 26: foto de perfil de 2012 da página Como Assim Não é Feminista?

Para Caetano (2015, p. 151), “a forma com que as funkeiras negociam sua feminilidade envolve a agressividade e um jogo humorístico próprio, em que todas sabem o

que está em jogo e compreendem que faz parte de uma atuação”. Nesse sentido, a performance das funkeiras, marcada pelo humor e pela expressão de uma feminilidade abjeta (MOREIRA, 2014) e confrontadora. O acionamento da figura da cantora pelas páginas feministas enquanto uma referência da cultura popular se relaciona à ideia de “meme político”, a partir do conceito trazido por Chagas (2020). Segundo o autor, memes políticos são

fórmulas discursivas ou artefatos culturais que, a partir de uma interação com seus congêneres, e através de um processo de circulação em diferentes redes sociais, são capazes de despertar ou demonstrar o engajamento político do sujeito, ou ainda socializa-lo com debate público, através de uma linguagem metafórica e orientada à construção de um enredo ou enquadramentos próprios que fizeram uso, muitas vezes, de referências à cultura popular (CHAGAS, 2020, p. 263-264).

A utilização de memes políticos compõe parte das estratégias discursivas das páginas feministas, que se empenhavam na produção de conteúdos que apresentavam uma certa dimensão pedagógica, operando na lógica do “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021). A dimensão pedagógica presente nas páginas feministas foi reconhecida pelas interlocutoras, quando me relataram que:

(...) assim, em 2014, 2013 eu ainda tinha muitos pensamentos machistas, eu reproduzia muitos pensamentos machistas, de achar que menina que ficava no funk era puta, de achar que “ah, engravidou porque quer” e essas páginas, com os conteúdos que elas postavam, com os conteúdos, elas me ajudaram muito a desconstruir várias coisas que eu tinha enraizado sabe? Na mente. Eu consegui. Então, eu acho que eles (os conteúdos das páginas) ajudaram bastante (Manuela, 21 anos).

As páginas são de extrema importância com certeza, porque foram as páginas as primeiras coisas que eu tive acesso. (...) foi o que me educou para eu ter condições de entrar no grupo. Teve páginas que foram de extrema importância, que elas postavam coisas fundamentais, materiais de pesquisa que eu nunca teria acesso, eu nunca imaginaria no mundo se eu não tivesse entrado nessas páginas (...) Eu acho que as páginas tinham um papel fundamental, porque era pelas páginas que a maioria das meninas conheceu o feminismo mesmo (Yasmin, 32 anos).

Elas (as páginas) falavam muito sobre temas que estavam acontecendo na verdade. (...) Notícias, tudo o que estava acontecendo atualmente com as mulheres, pautas iguais, relatos, esse tipo de coisa. As páginas feministas eram mais para a gente procurar saber o que estava acontecendo, procurar matérias, esse tipo de coisa. E eles divulgavam muitas matérias, muitos artigos também didáticos, para a gente entender o que era o feminismo, porque naquela época tinha mais isso, porque **a gente meio que estava aprendendo o que era o feminismo**. (Cecília, 23, grifos nossos).

Bom, em primeiro lugar eu acho que a internet é completamente responsável pela forma com que as mulheres, as meninas entram em contato... Principalmente o pessoal da nossa geração, as meninas mais jovens, né? É a porta de entrada, o lugar por onde as meninas conhecem o “feminismo”. Eu coloco assim entre aspas, porque você sabe, né? Mas então o Instagram, Facebook, YouTube, Tik Tok, eu acho que por onde as meninas entram em contato, né? E comigo não foi diferente. Então, vamos colocar aí sete anos atrás (2013), eu lembro que uma das primeiras páginas que eu vi de conteúdo, de **criação de uma consciência feminista** foi uma página “Moça, Seu Namorado É Machista” e “Moça. Você É Machista”. que eram uns conteúdos... Eu não vou dizer, assim, nem que era liberal, porque até era um **conteúdo bacana, de conscientização**, principalmente essa “Moça, Seu Namorado é Machista”. Então, **não era discussão de teoria, era umas coisas bem voltadas para a prática do dia a dia e isso me ajudava a repensar as nossas relações pessoais, as nossas práticas cotidianas** e isso mudou bem a forma como eu ia... Ia puxando, né? Você ia conhecendo uma página e através dessa página, você ia conhecendo outras, né? E bem especificamente, foi bem através da internet que eu cheguei ao feminismo que eu pratico, que eu sigo hoje, que é o feminismo radical, porque foi através da internet que eu conheci uma amiga que me mostrou, que me indicou teorias, que me indicou obras para conhecer o feminismo que eu sigo hoje. A gente brinca muito: “ah, se você quer conhecer o feminismo radical, tó uns PDF, né?”. Então é uma grande ferramenta de difusão, né? A internet é uma grande ferramenta de difusão muito poderosa. Você tem um milhão de sites e de blogs, de repositório de conteúdo. Então, a internet é muito isso. Tem muito blog, dita muito a forma como a gente consome esse conteúdo, né? Eu acho que tem tudo a ver, a forma como eu

entrei no feminismo tem tudo a ver. As redes sociais meio que moldaram o caminho que eu segui, sabe? (Larissa, junho de 2020).

Embora esse reconhecimento do processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021) pelo o qual passaram nossas interlocutoras seja bastante relevante a respeito do fenômeno, é importante destacar que o conceito, longe de fazer referência a um aprendizado “passivo” ou “bancário” (FREIRE, 1996), se refere a um processo dinâmico. Mais do que “aprendendo o que era o feminismo”, as ativistas estavam construindo e moldando o próprio campo discursivo feminista e maneira de fazer política através da apropriação dos espaços das redes sociais.

Nesse sentido, foi possível verificar também que os processos de identificação coletiva feministas envolvem um processo de aprendizado pautado pela experimentação e “pela articulação entre o conhecimento feminista formal e as práticas, vivências e experiências cotidianas” (MARTINEZ, 2019, p. 30).

Dentre as formas de apreender tal articulação, Martinez (2019) aponta para a construção de uma “teoria política nativa” do campo, marcada pela existência de “vertentes feministas” e também verificada através do material empírico aqui levantado. Compreender tal segmentação do campo, portanto, é fundamental para caracterizar as práticas discursivas feministas nas redes sociais.

A segmentação do campo em vertentes e a construção de uma teoria política nativa

Além do esforço de tradução envolvido no processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2021), outro aspecto característico da página e também da circulação dos feminismos na internet é a segmentação do campo em “vertentes (liberal, interseccional, marxista, queer e radical⁶), que competem entre si, sobretudo no que tange à busca de entendimento por uma ontologia de gênero” (MARTINEZ, 2019, p. 5).

Martinez (Ibid), ao fazer um levantamento da maneira como as vertentes feministas se apresentavam na internet, afirma que as vertentes enquanto categorias acionadas no campo formam a “gramática por excelência do feminismo cibernético” (p. 30) e que

Embora não seja nenhuma novidade no pensamento feminista, os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que essa demarcação parece agora reemergir como um aspecto fundamental dessa nova epistemologia do conhecimento, um importante significante político a circular no jogo das identidades feministas nesse campo. (MARTINEZ, 2019, p. 30)

⁶ A definição dessas vertentes pode ser encontrada em Martinez (2019).

Corroborando com o argumento de Martinez (Ibid), a importância de tal demarcação também foi verificada através das entrevistas com nossas interlocutoras, sendo citada por todas elas. Nas páginas feministas, tema desta seção, as moderadoras nos relataram que, conforme as páginas foram ganhando notoriedade e os debates foram se intensificando, sentiram a necessidade de assumir o posicionamento das respectivas páginas que administravam de acordo com alguma determinada vertente feminista.

Olívia, fundadora da página Feminismo Sem Demagogia, por exemplo, nos relatou que, se no início a função da página era a de conscientizar as mulheres a respeito das características de um relacionamento abusivo e oferecê-las um espaço de denúncia e acolhimento, com o passar do tempo esse objetivo foi se alterando e a página, tal como a equipe que a geria, passou por uma série de mudanças, notadamente influenciadas pelas próprias dinâmicas e debates que pautavam o campo. Ela nos relata que a escolha de uma vertente se deu a partir da formação coletiva da equipe:

a gente começou a estudar as vertentes, para a gente entender onde a gente se enquadrava. Fizemos várias reuniões e, dentre essas reuniões, a gente convidou várias pessoas para debater com a gente as várias vertentes (...) A gente tinha uma questão: todas nós éramos marxistas e mais, nós éramos trotskistas também, então nós tínhamos que encontrar uma vertente que se adequasse ao nosso discurso. E a gente estudou várias vertentes. A maior parte delas com material norte-americano, porque aqui no Brasil não tinha praticamente esse tipo de debate. O feminismo era muito novo aqui no Brasil naquela época. Tinha o feminismo radical, o interseccional e o liberal. E todos eles se misturavam muito. Um pegava o discurso do outro e a gente não ficava entendendo nada. E a gente ficava: mano, o que será isso, né? (...) A gente nem entende o que é mesmo cada vertente. E aí a gente estudou o feminismo materialista, que é o das radfem, não concordamos. Estudamos o feminismo socialista, não concordamos. E aí estudamos o feminismo marxista, que era realmente o que se enquadrava com a gente. E decidimos por esse. E começamos a escrever, inclusive, textos já baseados nessa vertente.

Alguns pontos são relevantes a partir desta fala. Em primeiro lugar, o fato de que o “feminismo” ao qual a ativista se refere é ao campo discursivo feminista presente nas redes sociais: “o feminismo era muito novo no Brasil naquela época”. Sendo assim, com ela percebemos que o campo de ativistas feministas que começam a atuar no feminismo via redes sociais apresenta configurações muito específicas que ora se aproximam - se utilizando de

referências e recursos - e ora se afastam do campo dos movimentos sociais mais tradicionais. Essa fala denota um desconhecimento do que veio antes ou uma falta de conexão como passado das militantes feministas. A partir do momento no qual a página assume publicamente a identificação com um determinado segmento do campo - o feminismo marxista -, Olívia relata uma série de conflitos com outras vertentes, principalmente com figuras relacionadas ao Feminismo Interseccional.

Segundo ela, tais conflitos se davam em função de divergências teóricas, sobretudo no que se refere ao que Olívia colocou enquanto “teoria do empoderamento” e à sua crença de que a ocupação de espaços de poder por indivíduos pertencentes aos setores sociais minorizados seria por si só capaz de reduzir a desigualdade. Na imagem o abaixo, a publicação que oficializa o posicionamento da página:

Imagem 27: captura de tela da página Feminismo Sem Demagogia - Original.

Sobre a recepção desse posicionamento, Olívia comenta que

(...) foi um barulho do inferno! Nós quase apanhamos, porque nós fomos explicar que o feminismo interseccional que, na sua origem, ele não faz recorte de classe e ele trabalha com algumas teorias de empoderamento que é uma das teorias, por exemplo, que nós não concordamos, porque a teoria do empoderamento, ela traz que se você colocar muitas pessoas oprimidas

num lugar de poder, você diminui a desigualdade. (...) a gente tem pessoas negras que são de grupos oprimidos, gays, grupos oprimidos, que estão lá em cima e eles não diminuem a desigualdade, porque eles não têm um recorte de classe. A partir do momento que eles adentram os espaços de poder, eles assumem uma postura elitista e compram o discurso da direita. E às vezes eles mesmos são grandes reprodutores do machismo, do racismo e da homofobia. Fora quando eles pregam a meritocracia. Então, uma pessoa dessas em um lugar de poder, ela não diminui nada a desigualdade. Então, não é exatamente um discurso que nós compraríamos para nós. Nós acreditamos que para que seja alguém que nos represente de verdade, tem que ter recorte de gênero, raça e classe. Se for uma pessoa que esteja com isso desalinhado, não vai mudar nada. E as pessoas não estavam preparadas para essa crítica ao movimento interseccional, especialmente as mulheres negras, elas ficaram bastante irritadas. Em parte, eu entendo a irritação, porque dá uma impressão de que você está criticando o feminismo que é a parte que acolhe as mulheres negras, mas na verdade é uma crítica pontual, né? Ao fato de que nós não escolhemos o feminismo interseccional, porque existem coisas dentro dele que nós não concordamos. E eu acho que é um direito nosso. A Djamila Ribeiro chegou a ir no meu inbox, me ameaçar, dizendo que se eu não retirasse aquele texto, que ela ia se posicionar contra mim e ela ia juntar as mulheres negras contra a página, contra o coletivo. E, na época, eu tinha muito respeito pela Djamila.

A despeito do conflito propriamente, a fala acima nos informa a respeito da presença da importância de determinadas personalidades no campo que, embora não possam ser classificadas enquanto lideranças tradicionais de movimentos sociais, são reconhecidas enquanto autoridades e mediadoras do debate. Nesse sentido, tanto Olívia e sua equipe de moderadoras da página quanto Djamila Ribeiro figuram enquanto lideranças em um contexto no qual o discurso é mediado por escalas de reconhecimento e poder.

Sendo assim, embora a prática de segmentação do campo em “vertentes feministas” demonstre o resultado do acesso direto aos textos teóricos e a apropriação dos mesmos pelo campo, ela pode ser também fruto das arquiteturas de programação das redes sociais que buscam estratificar ao máximo seus públicos para maximizar o tempo que os usuários passam em suas plataformas, favorecendo a visualização dos anúncios presentes no site.

O fenômeno já é amplamente conhecido e denominado como “filtro bolha”, termo criado por Eli Pariser em 2011 e que se refere aos resultados dos algoritmos que ditam o

conteúdo que chega até nós pela “web”. A presença dessa dinâmica nos mostraria, mais uma vez, como as tecnologias e suas apropriações por movimentos sociais se influenciam mutuamente. Entretanto, evidentemente, tal afirmação demanda futuras investigações para ser analisada com o devido rigor científico.

Além das divergências internas presentes no campo, as páginas também foram palco para uma série de conflitos envolvendo setores da extrema-direita.

Trincheiras digitais

Por fim mas não menos importante, outro aspecto relevante acerca da atuação das páginas é dimensão conflitiva entre o campo feminista e os grupos da extrema-direita “masculinista”⁷, já presente também nos ataques recebidos por Lola Aronovich, Nádia Lapa e verbalizada por todas as interlocutoras aqui entrevistadas.

Sendo assim, considerar a relação dialógica entre esses grupos e o campo discursivos feministas nas redes sociais é fundamental para compreender como se dá a formação de processos de identificação feministas, uma vez que a identidade sempre opera também em torno do conflito entre os adversários, com a demarcação de um “nós” e um “outros”.

Nas páginas, tais conflitos apresentavam-se de acordo com diferentes estratégias, desde as práticas de denúncias em massa das páginas, o que muitas vezes era o suficiente para que as páginas feministas fossem retiradas do ar por determinados períodos de tempo, passando por comentários contrários às publicações, frequentemente com tom ofensivo, até práticas de perseguição e ameaças às moderadoras das páginas.

Dentre esses casos, um episódio é bastante sintomático a respeito da formação dessas “trincheiras digitais”. Em novembro de 2015, diversas páginas que publicavam conteúdos próximos ao feminismo foram alvos de massivas denúncias ao Facebook. Dentre elas estavam as páginas Feminismo Sem Demagogia e Jout Jout Prazer, da jornalista Júlia Tolezano.

Embora não seja possível afirmar com certeza, há suspeitas de que as denúncias às páginas sejam uma espécie de retaliação em função da queda da página Orgulho de Ser Hétero. A página, na época, era conhecida por postar conteúdos machistas e LGBTQIA+fóbicos e saiu do ar em 1º de novembro de 2015, dias antes das quedas das páginas feministas.

⁷ A denominação “masculinista” já era usada por Lola Aronovich, em seu blog, e se manteve presente no vocabulário das interlocutoras responsáveis pela administração das páginas feministas. O termo se refere a um grupo que defende o resgate da virilidade e do comportamento violento, considerados por eles como características natas da masculinidade. O termo também aparece como “tribalismo masculino”.

Em entrevista, Júlia Tolezano afirma que “o que eu sei é que rolou uma série de retaliações nas páginas feministas e esquerdistas desde que a Orgulho de ser hétero saiu do ar e acabou sobrando pra mim” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015, online⁸). Em pronunciamento em sua própria página, recuperada após a jornalista entrar em contato com o Facebook, Júlia revelou ainda que a queda da página, segundo o suporte da plataforma, se deu em função de uma série de denúncias de que a sua página era falsa. “E isso tudo ocorreu numa suposta "guerra" entre páginas aqui no Facebook”, diz ela⁹.

Além desse episódio conflituoso envolvendo o campo discursivo feminista e o campo masculinista, outra estratégia utilizada contra as páginas feministas era a invasão das páginas por hackers do campo de oposição, que se apropriavam da visibilidade conquistada pelas páginas feministas para publicarem conteúdos masculinistas.

A página Feminismo Sem Demagogia foi vítima desses ataques em janeiro de 2014, chegando a perder completamente o acesso à página original, como expressa a publicação abaixo:

Imagem 28: captura de tela da página Feminismo Sem Demagogia - Original.

Além de terem perdido o acesso à página original em função de invasões masculinistas, Olívia e a equipe da página Feminismo Sem Demagogia passaram a sofrer ameaças dos mesmos masculinistas que perseguiram Lola Aronovich. O grupo masculinista fundou uma página no Facebook e utilizaram da estratégia de doxxing, uma forma de assédio digital que consiste na divulgação de dados pessoais da vítima na internet, para incentivarem seus seguidores a praticarem atos de violência com Olívia e a equipe da página Feminismo

⁸“Após queda da 'Orgulho de ser hétero', Jout Jout é deletada do Facebook”. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/mexerico/2015/11/03/noticias-mexerico.173665/apos-queda-da-orgulho-de-ser-hetero-jout-jout-e-deletada-do-facebook.shtml>>. Acesso em 02/09/2022.

⁹ “Retirada do ar após denúncias, Jout Jout Prazer volta ao Facebook: 'não vão me calar!'.” Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/mexerico/2015/11/05/noticias-mexerico.173718/retirada-do-ar-apos-denuncias-jout-jout-prazer-volta-ao-facebook-na.shtml>>. Acesso em 02/09/2022.

Sem Demagogia, chegando a oferecer dez mil reais para aquele que jogar ácido sulfúrico no rosto das militantes feministas.

Na página, foram divulgados nomes completos, documentos pessoais, números de telefone e até mesmo os endereços pessoais e comerciais, além de uma fatura de cartão de crédito. As ameaças foram noticiadas na revista Carta Capital e no Portal Geledés, datando de janeiro de 2018. Segundo o portal,

O autor da postagem nomeia a agressão com o uso de ácido sulfúrico como “a cura para o feminismo”. A partir do exemplo indiano, ele elogia a antiga prática do uso da substância química como forma de punição para as mulheres que são suspeitas de envolvimento com homens fora do laço matrimonial (DAMASCENO, 2018, online).

Além disso, “na postagem, o autor afirma ser ‘fundamental’ que o ácido toque os olhos, e adiciona que dará um bônus ‘para quem acertar no couro cabeludo e deixar a vagabunda careca’” (Ibid), escancarando a misoginia presente na incitação ao crime de ódio.

É preciso considerar também a dificuldade das instituições especializadas na prevenção e no combate de crimes digitais e de casos de violência contra a mulher. O atendimento recebido por Olívia quando se dirigiu à delegacia é exemplar da gravidade desse cenário:

A polícia disse simplesmente que não tinha o que fazer. Que eles iam aceitar a nossa denúncia e tal, mas que não tinha muito o que fazer, porque a própria delegada deles estava sendo ameaçada e eles não conseguiam encontrar o cara. E foi ali que eu comecei que o partido não poderia me defender e que eu estava sozinha, por mais que eles quisessem ser uma retaguarda, por mais que eles quisessem me dar apoio, o único jeito foi ficar escondida, foi parar a minha vida, deixar de estudar, deixar de trabalhar, deixar de viver, por causa da militância e das ameaças (Olívia, 41).

Sendo assim, embora as redes sociais tenham tornado o ativismo menos custoso sob alguns aspectos, como a facilidade do acesso à informação e a diminuição das barreiras geográficas, o aumento da visibilidade e escala das mobilizações que acompanhou a ascensão das redes sociais faz com que as ativistas que de alguma forma se destaquem ou sejam lideranças do campo seguem vulneráveis a atos de violência dos mais variados tipos.

Em suma, é possível dizer que as páginas feministas compunham a face pública do campo, sendo espaços apropriados pelas ativistas de diferentes formas. Em primeiro lugar, parte das estratégias discursivas utilizadas pelas páginas feministas no Facebook

apresentavam continuidade em relação às práticas dos blogs feministas, dentre elas a publicação de relatos em primeira pessoa.

De maneira análoga aos blogs feministas, as páginas feministas no Facebook exerciam um importante papel no processo de “letramento de gênero” (LOYOLA, 2022) do seu público, compartilhando publicações que questionavam os papéis de gênero no cotidiano. Para isso, se valiam de um vocabulário acessível, acionando práticas próprias da circulação dos debates na internet, como memes, “textões” (FALCÃO, 2017), personalidades e trechos de produtos culturais populares.

Aliado a esse repertório de práticas discursivas, estava também a incorporação da produção teórica de autoras feministas como Angela Davis, Simone de Beauvoir e bell hooks, demonstrando a frequente apropriação dos saberes acadêmicos pelo campo discursivo feminista presente nas redes sociais, facilitada pela digitalização e disponibilização dos arquivos na internet, permitindo o acesso direto e imediato a debates e textos (MEDEIROS, 2017; VALENTE e NERIS, 2018).

Além disso, em função do seu caráter público, as páginas feministas no Facebook eram também o locus privilegiado de conflitos entre o campo discursivo feminista e os setores da extrema-direita presentes na rede social em questão, conhecidos como “masculinistas”. Frequentemente, as páginas eram alvos de ataques desse setor, assim como suas administradoras.

Como reação aos ataques, as ativistas adotavam três estratégias: I-) denunciavam as publicações ou os usuários responsáveis para a plataforma, que caso aceitassem a denúncia, retiravam o conteúdo do ar, o que tinha pouca eficácia, porque em seguida eram criadas novas publicações com a mesma intenção; II-) recorriam às delegacias especializadas em crimes digitais, as quais relataram ter pouco preparo para o recebimento e encaminhamento das denúncias; III-) se uniam em uma espécie de “contra-ataque”, no qual acionaram suas redes e diversas feministas eram convocadas para que respondessem negativamente à publicação ou ao usuário.

Por fim, embora as páginas compusessem a face pública do campo discursivo feminista no Facebook, existem outras formas de apropriação dos espaços da plataforma que foram igualmente importantes para a construção da subjetividade feminista que miramos aqui. Entretanto, o que distingue a utilização desses espaços das páginas feministas é a dimensão oculta dos mesmos, fazendo com que eles sejam perceptíveis apenas para aqueles que estejam inseridos em determinadas redes. É a eles que direcionaremos nossa análise no próximo capítulo.

Capítulo 4: as “redes submersas” do campo discursivo feminista nas redes sociais

Para que possamos compreender de maneira mais profunda o significado simbólico das ferramentas digitais para o campo feminista, especialmente a formação do que chamamos aqui de “redes submersas” (MELUCCI, 1989), é preciso que nos debruçemos sobre o significado da categoria “sororidade”, de uso frequente no campo e que pautava tanto a formação de laços quanto uma espécie de ética que os regia neste contexto.

“Sororidade” vem do latim, *soror*, que significa irmã. Nesse sentido, em uma prática de disputa pela linguagem, frequente entre os movimentos sociais, busca oferecer um contraponto feminino ao vocábulo “fraternidade”, originário do latim “*frater*” (irmão). Embora a palavra ainda não tenha sido enquadrada nos dicionários tradicionais da língua portuguesa, já é possível encontrar algumas tentativas de definição do vocábulo em dicionários digitais. Segundo o Dicionário Online de Português

Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs. (...) União de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista, sendo caracterizada pelo apoio mútuo evidenciado entre essas mulheres.

De acordo com o Dicionário Informal, por sua vez, sororidade seria o estabelecimento de um “pacto entre as mulheres que são reconhecidas irmãs, sendo uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo”.

Historicamente, ao investigar as origens da noção de irmandade no movimento feminista, Zaytoun e Ezekiel (2016) concluíram que as precursoras da primeira onda feminista nos Estados Unidos empregaram o termo “sisterhood” como uma extensão do vocabulário religioso, herdeiro da tradição protestante do país, e do movimento abolicionista.

Já na história recente, as autoras afirmam que a noção de irmandade feminina foi crucial para o movimento Women's Liberation nos Estados Unidos durante a década de 1960, tanto em termos de conscientização quanto de práticas ativistas (Ibid, p. 5). Tanto o é que o mote do grupo fazia uma defesa do termo, afirmando que “Sisterhood is Powerful!”.

Entre a década de 1930 e 1980, os grupos de reflexão feministas se constituíam enquanto lugares-chaves para a criação de uma solidariedade feminina, fenômeno ainda pouco estudado. Tais grupos funcionavam como células de organização em que o pessoal se tornava coletivo e político.

Nesse sentido, a atividade dos grupos envolvia a tomada de consciência a respeito da opressão feminina e, com isso, a identificação das integrantes com o grupo das mulheres, por mais diverso que ele seja, além da construção de estratégias de transformação social. Com isso, a atuação dos grupos de reflexão feministas daquela época estava entre uma tomada de consciência, a formação de laços de solidariedade entre mulheres e uma visão de futuro, tanto individual quanto coletivo (Ibid).

Para além da amizade propriamente, o conceito de *sisterhood*, tão presente nas práticas dos grupos de reflexão, envolvia o “desaprendizado” de modelos de sociabilidade que foram impostos às mulheres e naturalizados socialmente, frequentemente relacionados a uma noção de rivalidade feminina. Sobre isso, bell hooks (1984) afirma:

(...) nos ensinaram que mulheres são inimigas naturais, que a solidariedade nunca vai existir entre nós porque nós não podemos, não devemos e não nos conectamos umas às outras. Nós aprendemos muito bem essa lição. Nós precisamos desaprendê-la se quisermos construir um movimento feminista sustentável. Nós devemos aprender o verdadeiro valor da irmandade (tradução livre, p. 43).

As práticas dos grupos de reflexão extrapolavam suas reuniões informais, geralmente nas casas das próprias participantes, e incluíam também iniciativas concretas de suporte a outras mulheres, como ajuda financeira e psicológica para vítimas de estupro ou em processo de divórcio. Além disso, os grupos também formavam redes ocultas para viabilizar o aborto para aquelas que precisassem e ofereciam apoio para as greves de trabalhadoras (ZAYTOUN e EZEKIEL, 2016).

Leal (2019, p, 92) pontua ainda que frequentemente “o senso de coletividade se formava a partir da leitura de publicações escritas pelas mulheres, formando uma espécie de irmandade feminina intertextual, em que era possível entrar em contato com uma pluralidade e diversidade de vozes”.

Além dos Estados Unidos, o termo também esteve bastante presente entre as feministas francesas, que o traduziram como *sororité*, mas rejeitaram a semântica religiosa e familiar que a palavra carregava originalmente (Ibid). De maneira muito diferente, o termo na França surge em meio à efervescência da revolução sexual e política da década de 1960 (FRAISSE, 2012).

No Brasil, por sua vez, embora o termo tenha raramente aparecido na teoria feminista, os grupos de reflexão, formados entre a década de 1970 e 1980, carregavam a solidariedade e ajuda mútua entre mulheres como princípios fundamentais. Segundo Leal (2019, p. 94), no

Brasil, a socialização e a criação de laços de solidariedade entre mulheres se dava em função do compartilhamento de experiências decorrentes do curso de vida, pautadas por aspectos do corpo, como a maternidade.

Nesse sentido, vemos como o conceito de irmandade feminina foi apropriado das mais diversas maneiras, variando de acordo com seus respectivos locais. Além disso, vemos também que o conceito foi empregado historicamente pelo movimento feminista buscando se contrapor à ideia de que mulheres seriam naturalmente rivais.

Por fim, é fundamental retomar a contribuição e a crítica à noção de sororidade estabelecido por autoras como Vilma Piedade (2018), que cunhou o conceito de “dororidade” em resposta:

Sororidade parece não dar conta da nossa pretitude. Foi a partir dessa percepção que pensei em outra direção, um novo conceito que, apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor – mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor (PIEIDADE, 2018, p. 17).

Assim, esse conceito se baseia na ideia de que as mulheres experimentam uma dor compartilhada devido às opressões e violências a que estão submetidas na sociedade patriarcal. No entanto, as mulheres negras são ainda mais vulneráveis a essas formas de opressão, uma vez que experimentam não apenas o sexismo, mas também o racismo e outras formas de violência e discriminação. Em “dororidade”, a autora chama atenção para o fato de que “a dor que atinge as mulheres em geral é potencializada nas mulheres pretas - para usar da terminação da autora - pelo racismo” (COSTA, 2021, p. 94).

O conceito cunhado por Piedade (2018) não aparece enquanto oposição à noção de “sororidade”, mas o complementa. Para ela:

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar de outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a Dor causada pelo Racismo. E essa dor é Preta (PIEIDADE, 2018, p. 16).

Assim, exposto o histórico e as contribuições de teóricas como Piedade (2018) a respeito da utilização do conceito de “sororidade”, vemos que embora o termo hoje não seja uma novidade (LEAL, 2019), as estatísticas de acesso nos mostram concretamente a profusão da palavra nas redes: em 2017, “o que é sororidade” ocupou o quinto lugar no ranking de

palavras mais pesquisadas pelo Google no Brasil e obteve mais de 290 mil resultados na plataforma de buscas online. Entre as pesquisas relacionadas de acordo com a plataforma estão ainda “como praticar sororidade?”; “exemplos de sororidade”; “sororidade no Brasil” e “movimentos de sororidade”, demonstrando que, para além das definições conceituais, o vocábulo está intrinsecamente relacionado à prática. No dia 12 de dezembro de 2012, a página O Machismo Nosso de Cada Dia publicou a seguinte imagem, seguida de um texto, dando a definição da palavra “sororidade”:

Imagem 29: extraída de publicação da página Feminismo Sem Demagogia - Original.

O texto que acompanha a publicação carrega a definição da palavra e faz a sua defesa enquanto uma prática do feminismo contemporâneo, partilhando de um vocabulário comum ao movimento, como quando utiliza a expressão “patriarcado”. Além disso, cita o texto da jurista venezuelana Elida Aponte Sánchez (1954), especialista em direitos das mulheres, e conhecida por suas pesquisas sobre violência de gênero na Venezuela e feminismo lésbico.

Dito isso, vamos ao texto na íntegra:

O feminismo promove a Sororidade. Sororidade vem do latim, sororis irmã e idad, relativa a qualidade. Se o pacto entre os homens é conhecido como fraternidade e reconhece parceiros e sujeitos políticos excluindo as mulheres, a Sororidade é o pacto entre as mulheres que são reconhecidas irmãs, sendo uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo.

Patriarcado é uma cultura, um sistema, uma civilização, um sistema econômico, um sistema político, um sistema legal, um sistema religioso, um

sistema científico, e assim por diante. Mas acima de tudo, o patriarcado é um PODER. Um poder que se manifesta em todos os lugares, instituições, pessoas, hábitos, culturas, religiões, ideologias, mesmo entre mulheres. Isto porque o patriarcado socializa com os papéis e as hierarquias de gênero que existem entre homens e mulheres. O patriarcado existe há tanto tempo pois promove a sociabilidade entre homens, que se tratam como irmãos (fraternidade), atribuindo-lhes poder. Enquanto isso, obriga as mulheres a reproduzirem e sustentar materialmente os homens, socializadas entre si como inimigas, servindo aos interesses do desejo masculino.

Texto adaptado de: “O que é feminismo” de Dra. Elida Aponte Sánchez

Por isso não concordamos em ridicularizar ou expor negativamente outras mulheres. Devemos nos apoiar, nos fortalecer e estabelecer críticas construtivas, abrindo sempre o diálogo de forma respeitosa. Quando brigamos, estamos caindo na própria armadilha do patriarcado. Vamos promover a sororidade entre nós!

A publicação obteve bastante repercussão, sendo compartilhada 1292 vezes, além de ter gerado pouco mais de 80 comentários, que se dividiam entre mensagens de apoio e reflexão de mulheres que se identificaram com o conceito e manifestações de repúdio, vindas em sua maioria de perfis masculinos: “bando de despeitada !!!Vão lavar roupa , lava louça , arruma outro ..tem louco pra tudo !”, diz um deles.

No ano seguinte, 2013, as publicações sobre o tema saltaram de 4 para 38 e o termo passou a circular em diversas páginas e também em grupos, compondo inclusive o título de alguns deles. A maior parte das publicações girava em torno da definição da categoria e da sua importância enquanto prática feminista.

Em uma delas, publicada em dos principais grupos da época, divulgava-se um texto originalmente hospedado em um blog feminista já desativado, segundo o qual "a sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia e é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres.”

No trabalho de campo, a dimensão da sororidade apareceu como um contraponto ao que as interlocutoras colocam como “o mito da rivalidade feminina”. Segundo a filósofa Márcia Tiburi, “trata-se de um mito próprio da ideologia da dominação masculina, que se

sustenta em mil invenções sobre uma suposta natureza feminina avessa à condição das mulheres como seres capazes de apoiar e ajudar umas às outras” (2016, p.?).

Para Leal (2018), podemos compreender a sororidade como um

sentimento que responde a um conjunto de necessidades do contemporâneo, engendrando uma série de práticas que participam da construção das realidades que se articulam ao conceito como uma experiência vivida (p. 4).

Em 2014, a palavra passou a ser mobilizada principalmente nos grupos de mulheres, frequentemente associada a publicações de desabafos ou pedidos de ajuda quanto a determinadas situações ligadas às questões práticas do cotidiano. Assim, naquele ano, percebi que a definição de sororidade já estava praticamente posta ao campo e a maior parte das publicações passou a girar em torno da aplicação da categoria em suas relações.

Em minhas pesquisas de iniciação científica, já havia verificado a existência de diversos grupos no Facebook exclusivamente de mulheres, e também que eles discutiam os mais variados assuntos, de relacionamentos abusivos à autonomia financeira.

Verifiquei também que sendo exclusivamente femininos, suas integrantes sentem-se protegidas para expor situações por elas vivenciadas, revivendo o slogan de que “o pessoal é político”. Evidenciam, assim, o companheirismo presente no movimento de mulheres, dimensão levantada por Castells (2013) como sendo característica dos movimentos sociais na contemporaneidade.

É também através desses grupos nas redes sociais que as mulheres compartilham material de cunho teórico sobre o movimento feminista, explicitando suas variadas vertentes e instrumentalizando categorias clássicas, tais como o debate sobre o “lugar de fala” (MENESES, 2017) e “cultura do estupro” (PISCITELLI, 2017).

Grupos exclusivos de mulheres no Facebook como espaços livres

Os grupos no Facebook são espaços mais privativos da plataforma que são acessados a partir de diferentes políticas de privacidade: existem os grupos abertos, em que o grupo, seu conteúdo e suas integrantes são acessíveis para qualquer usuário do Facebook; os fechados, em que o grupo pode ser encontrado através da ferramenta de busca da plataforma, mas seu conteúdo é exclusivo para seus participantes e, por fim; os grupos secretos, em que o acesso é dado somente a partir de um convite de outro usuário, já integrante.

Os grupos funcionam de maneira semelhante a um fórum de discussão. Nele, seus integrantes podem publicar textos, vídeos, imagens e arquivos e receberem comentários de outros integrantes a respeito da publicação. Além disso, como acontece de maneira análoga

em outros espaços da plataforma, o Facebook permite que os integrantes reajam à publicação a partir da opção de “curtir”, que funciona como uma moeda simbólica de prestígio e autoridade.

A seguir, iremos examinar como os grupos privados da plataforma se transformaram em um espaço significativo de articulação e mobilização das feministas na internet. Através do mapeamento desses grupos, será possível compreender como as redes submersas feministas emergem e se organizam no ambiente digital, permitindo a construção de novas práticas e modos de atuação político-comunicacionais.

Além disso, analisaremos como as características específicas desses grupos, como as políticas de privacidade, afetam a dinâmica das interações e a maneira como as relações são construídas e vivenciadas pelas integrantes. A compreensão desses aspectos é essencial para uma análise mais completa sobre como as jovens ativistas se apropriam das diversas plataformas digitais, e quais papéis essas arenas digitais desempenharam no envolvimento das ativistas com o feminismo.

Mapeamento dos grupos de mulheres no Facebook

Em julho de 2020, realizei um levantamento de todos os grupos feministas ou relacionados à temática aos quais o meu perfil estava inserido. Todos os grupos foram catalogados em uma planilha do tipo Excel, que continha as seguintes entradas: nome do grupo, data de criação, número de integrantes, política de privacidade, número de conexões em comum com o meu perfil, data de início da minha participação. Além disso, a planilha continha também duas colunas destinadas para o registro da data de arquivamento do grupo, se fosse o caso, e de observações possíveis, utilizada para apontar se o grupo tinha alguma ligação explícita com alguma fanpage, por exemplo.

Deste levantamento, foram encontrados 286 grupos desse tipo e a partir das variáveis acima descritas, foi possível traçar algumas medidas descritivas dessas comunidades: 103 deles contêm a palavra “mina”, em suas variações “minas”, “das mina”, “das minas” no título da comunidade, correspondendo a 36% do total e se referindo às “meninas”, deixando claro o recorte etário e sua intenção de se comunicar preferencialmente com jovens mulheres. 12% dos grupos contêm a palavra “mulher” ou “mulheres” e 21% dos grupos apresentam seu posicionamento ideológico logo no título da comunidade, contendo a palavra “feminismo”, “feminismos”, “feminista” ou “feministas”.

Em termos cronológicos, a maior parte dos grupos (41%) foi criada em 2015, como podemos verificar pelo gráfico abaixo:

Gráfico 2: Quantidade de grupos criados por ano. Formulação própria.

As primeiras comunidades deste tipo foram criadas em 2012 e eram relacionadas a arte e cultura, Direito e justiça ou ligados a coletivos feministas de partidos políticos ou universidades. É nesses primeiros grupos que estão concentrados os grupos de tipo misto, que aceitam perfis de homens e mulheres como integrantes. A imensa maioria das comunidades, porém, é composta exclusivamente por mulheres e em sua descrição, deixa claro que não aceita perfis masculinos ou perfis de casal, por questões de segurança e privacidade. Existem somente 10 grupos mistos, criados majoritariamente entre 2012 e 2013.

Os grupos têm em média 14.081 integrantes e 41 conexões em comum com o meu perfil. O maior grupo contém 2.373.670 participantes - sendo 743 delas conexões comuns - e foi criado em 2018 para demonstrar oposição à candidatura do atual presidente da república Jair Bolsonaro. O menor grupo, por sua vez, contém 42 integrantes, sendo só uma conexão comum, e tinha a participação de mulheres no cenário musical como seu eixo temático. A partir do gráfico abaixo, é possível acompanhar a média de integrantes por grupo em cada ano:

Gráfico 3: Média de integrantes por grupos versus Ano. Formulação própria.

Embora o grupo de Mulheres Contra o Bolsonaro seja claramente um *outlier* que eleva a média de integrantes por grupos em 2018, é interessante perceber como, mesmo depois de alguns anos do auge da Primavera Feminista, em 2015, a mobilização das mulheres em torno da oposição à candidatura do atual presidente foi muito presente nas redes, demonstrando como a questão institucional era uma preocupação para o campo feminista na época.

Por fim, é importante destacar que, no catálogo, a variável “conexões em comum” nos confirma o surgimento de uma espécie de rede paralela compostas por mulheres que se identificavam com o movimento feminista, citado no início desta sessão. Por meio das entrevistas, foi possível verificar de que maneira essa rede era formada e quais características apresentava.

Profusão de um vocabulário e cultura comuns e acesso direto aos textos

Um dos usos das ferramentas disponibilizadas pela plataforma do Facebook é a utilização dos grupos de discussão tanto para a profusão de um vocabulário comum como para disponibilização direta de textos que de alguma maneira abordam ou tangenciam temáticas feministas, sejam eles textos teóricos ou da literatura.

Para isso, uma das estratégias discursivas utilizadas era a publicação de uma espécie de glossário de termos frequentemente acionados nas publicações do grupo. Dentre seus verbetes, vocábulos tradicionais do movimento feminista, como “patriarcado” e “misoginia”

se mesclam com expressões em inglês e neologismos: “trigger warning”, “bodyshaming”, “slutshaming”, “sororidade”. A captura de tela abaixo ilustra a prática comum a diversos grupos.

Imagem 30: Captura de tela feita em 05 de maio de 2017.

Nela, vemos a presença dos seguintes verbetes: “apropriação cultural, aviso de gatilho, feminismo liberal/libfem, lugar de fala/sororidade/empatia, gordofobia, misandria (haha), misoginia, feminismo interseccional, feminismo radical/radfem, feminismo negro, dor de barriga, vegetarianismo/veganismo, direita política, esquerda política”.

Todos os verbetes têm caráter colaborativo, o que significa que para cada tópico é aberta uma publicação no grupo, acompanhada de uma imagem com o título do verbete, na qual as integrantes que tenham dúvidas ou queiram colaborar com algum comentário são incentivadas a fazê-lo. As publicações são reunidas em um álbum disponível na aba de “mídia” dos grupos.

Além da publicação do glossário, o espaço dos álbuns multimídias era utilizado também para a compilação de “memes” que ironizavam comportamentos e discursos anti-feministas, como nos exemplos abaixo:

Imagens 31, 32 e 33: exemplos de memes

Nesse sentido, podemos encarar as imagens acima como “memes políticos”. Segundo Chagas (2020, p. 261), “os memes favorecem a familiarização do indivíduo com a política (BÖRZEI, 2013) a partir da propagação de mensagens persuasivas em um contexto de política viral”. Essa propagação acontece por meio de diferentes redes sociais, permitindo que essas mensagens circulem rapidamente e atinjam um grande número de pessoas. Os memes políticos se caracterizam por serem uma forma de discurso político que utiliza elementos da cultura popular para transmitir uma mensagem de forma bem-humorada e acessível. Dessa forma, os memes políticos são capazes de engajar e mobilizar as pessoas em torno de determinadas questões políticas, ao mesmo tempo em que tornam essas questões mais próximas e compreensíveis para um público amplo.

Além de espaços privilegiados para a construção de circulação de memes, os grupos também eram utilizados como uma espécie de biblioteca digital colaborativa em que as integrantes do grupo compartilhavam artigos, livros, vídeos, teses e outros tipos de material que consideravam relevantes para a discussão e aprofundamento das temáticas abordadas no campo feminista. Essa prática de compartilhamento de conhecimento e informação é uma das formas pelas quais os grupos do Facebook se consolidaram como importantes espaços de formação política e educacional para as mulheres que participavam dessas comunidades virtuais.

Essa biblioteca digital colaborativa era acessada por meio de publicações no grupo, nos quais as integrantes compartilhavam links para arquivos armazenados em plataformas de hospedagem de conteúdo, como Google Drive e Dropbox, ou mesmo disponibilizavam diretamente arquivos em formato de texto, imagem ou vídeo. Essa dinâmica de compartilhamento de conteúdo foi fundamental para o desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem mútua e troca de experiências, além de ampliar o acesso a informações e conhecimentos que, muitas vezes, ficavam restritos aos ambientes universitários e às organizações políticas institucionais.

De maneira geral, os arquivos compartilhados se tratavam de obras de teóricas e feministas como Joan Scott e Heleieth Saffioti, ou ainda de escritoras como Conceição Evaristo e Virginia Woolf. Frequentemente também estavam presentes textos menores que versavam sobre algum tópico que era recorrente nas discussões, como as variadas “vertentes” feministas, questões sobre aborto, relacionamentos abusivos, sexualidade e maternidade.

Uma das interlocutoras comenta a respeito desse processo de disseminação de conhecimento, vivido por ela através das redes sociais:

Então, eu entrei em contato com as obras da Simone, mas o que, assim, mas a que mais me ajudou foi da raça negra, né? Que foi a Angela Davis, que ela era do Panteras Negras. Foram as obras que mais, assim... Porque as outras obras feministas da época eu não tinha muito acesso, porque eram poucas que tinham em PDF. Agora eu acho que tem muito mais, porque tem aplicativos que convertem em livro e tal. Mas na época de 2014, 2015 era muito difícil achar PDF dessas obras. Até porque eram obras que até 2010 ninguém procurava, eram mais pessoas que cursavam o curso que pediam as obras, mas a gente ler por ler eu acho que era bem difícil. Então eu acho que foi mais essa que eu tive a oportunidade de ler alguma obra que eu gostei, mas o resto eu não tinha acesso. Hoje em dia eu acho que é mais fácil o acesso. (E2, 06/2020)

Por meio das diversas falas aqui expostas, vemos que “é importante não tomar de antemão que exista uma posição crítica da academia e uma posição pragmática esperada do engajamento político, mas um quadro amplo, complexo e diverso” (FALCÃO, 2017, p. 131). Muitas interlocutoras comentaram a respeito da legitimidade que a produção acadêmica tinha entre o campo feminista e, frequentemente, nos grupos de discussão havia um espaço destinado ao catálogo de diversos materiais teóricos, disponibilizados através de uma pasta na plataforma Google Drive.

(...) hoje em dia tá muito mais acessível. Antigamente, pra eu achar um PDF eu tinha que ir lá no site da universidade, colocar na palavra chave, olhar um por um e hoje em dia tem arquivos de PDF, tem *drivers* cheio de PDFs sobre questão de gênero, é muito mais fácil de encontrar (E3, 06/2020).

Assim, através dos ativismos feministas nas redes sociais, percebemos como

“As relações entre ciência e política são evidentemente muito mais complexas do que o dilema que opõe crítica, de um lado, e engajamento, de outro. É importante considerar a heterogeneidade desses dois universos e o modo como diferentes perspectivas situadas em cada um deles aproximam-se e se separam, às vezes apoiando-se e legitimando-se mutuamente, às vezes entrando em ferozes disputas. Diferentes estilos de militância e de pensamento estão em constante interação, disputando o poder de dizer o que é a realidade social e quais são, portanto, os melhores meios para transformá-la.” (CARRARA, 2016, p. 33).

Isto posto, vemos como as produções acadêmicas são apropriadas pelo campo feminista nas redes sociais por meio de constantes trocas políticoacadêmicas (CARVALHO, 2017), através das quais seus “usos e sentidos são produzidos, reproduzidos e transformados” (FALCÃO, 2017, p. 131). Assim, um dos aspectos que caracteriza as práticas feministas nas redes sociais é o

o acesso direto e imediato a debates e textos, de forma a substituir o que, em ciclo anterior do feminismo brasileiro, identificado como o de feminismo institucional, teria sido a característica central: a mediação por assessoria técnica feminista ‘externa’, como ONGs especializadas.” (NERIS e VALENTE, 2018, p. 108, grifo meu).

Assim, vemos como os grupos mostraram-se fundamentais tanto para a construção de uma rede de sociabilidade e acolhimento pautada por interesses partilhados, quanto para a formulação e difusão de um vocabulário comum do movimento, a partir de práticas como a

publicação de um glossário, um álbum de memes feministas ou ainda pastas que davam acesso a textos feministas.

As práticas de identificação: “addedaços” (ou ”addaços”) e filtros nos avatares das fotos de perfil

Ao longo das entrevistas, a prática de addedaços, ou addaços, foram frequentemente citadas. Em que consistia tal prática? Em “adicionar”, ou seja, massivamente estabelecer conexões entre aquelas que se identificavam como feministas e que, de alguma maneira, estavam presentes no campo feminista do Facebook. A conexão geralmente era feita por duas maneiras: I-) por um post de convocação em algum grupo feminista no Facebook, como ilustra a captura de tela abaixo:

Imagem 34: Exemplo de publicação de “addaço”. Fonte: captura de tela de 30 de outubro de 2014.

Ou II-) através de mecanismos de identificação como a utilização de filtros nas fotos de perfil, muitas vezes atrelados à alguma data marcante para o movimento feminista, como (...) ou à alguma campanha em andamento, como é o caso da campanha Eu Luto Contra a Cultura do Estupro, lançada em reação ao caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro em maio de 2016.

Imagem 35: foto do perfil de Dilma Rousseff utilizando o filtro “Eu Luto Pelo Fim da Cultura do Estupro”.

Sobre a prática dos addedaços, ou addaços, uma das interlocutoras comenta que eles geralmente começavam

(...) em algum grupo onde tinha muitas feministas. (...) tinha addedaços gerais. Então era o quê? Era 500 minas se adicionando e você olhava e você criava uma bolha. Isso de bolha, eu tava pensando esses dias. Como o addedaço feminista moldou muito a minha bolha social. A gente criou uma bolha e... é um pouco ruim até, porque a gente acaba ficando cega ao que está acontecendo, ao que as outras pessoas pensam, porque a gente cria uma bolha de pessoas que pensam iguais, que se posicionam da mesma maneira, então é todo mundo concordando. Isso é ruim, porque às vezes é bom você ter um debate, é bom você ver outras opiniões. Mas é bom, porque não tinha espaço para bolsominion no Face, né? Então era só a galera... Mas é engraçado, porque onde eu moro eu tenho pouquíssimas pessoas no Face. Eu moro numa rua que tem dez mil pessoas, eu acho que eu tenho 20 pessoas adicionadas, mas em compensação eu tenho umas mil feministas adicionadas, que eu nunca vi na vida. Então, às vezes a gente fica discutindo no Face e o pessoal que eu conheço na vida real fica “o que tá acontecendo no seu Face que eu não tô entendendo?”, mas era porque as feministas tavam tretando, mas era legal os addedaços. (E2, 06/2020).

Por meio dessa fala, é interessante notar que através dos “addedaços”, um espaço digital singular era fundado e compartilhado apenas entre aquelas inseridas naquela rede de feministas, com seus acontecimentos e debates. A respeito dos filtros, uma delas comenta a respeito da função deles na exposição dos seus posicionamentos enquanto feminista no Facebook:

Quem entra no meu Facebook, sabe que eu sou feminista, porque tá lá eu com o filtro Mulheres Contra Bolsonaro, ou o filtro Eu Luto Contra a Cultura do Estupro, enfim, e eu lembro de uma época que teve o addedaço e eu lembro que a gente saía addedando todo mundo que tinha o mesmo filtro, né? (E3, 06/2020).

Em um dado momento da pesquisa, por volta de 2017, ainda na iniciação, acreditei que a atividade dos grupos tivesse arrefecido e que, por isso, talvez os debates sobre feminismo não estivessem mais tão efervescentes e tão presentes nas redes como costumavam estar. Entretanto, com as práticas dos addedaços, vieram também as listas de conteúdo personalizado no Facebook, as quais as mulheres que haviam adicionado muitas feministas montavam para poderem compartilhar conteúdos específicos com essas conexões, sem que as suas outras conexões, sejam elas da família ou do trabalho, tivessem acesso. “Então o nosso Facebook já era um grupo”, comenta uma delas comigo (E2, 06/2020). Quais eram os usos que as suas participantes davam a esses grupos ou listas restritas?

O papel das redes enquanto circuitos de solidariedade e apoio mútuo

Imagem 35: captura de tela de relato de Débora Nisenbaum sobre grupos feministas. Crédito: Débora Fonseca.

De modo semelhante ao relato produzido por Débora Nisenbaum (FONSECA, 2017, online), ao longo das entrevistas, muitas das interlocutoras deram ênfase para a função de redes de apoio que cumpriam os grupos e as listas restritas no Facebook. Uma delas descreve

o motivo que a levou a criar uma lista restrita de compartilhamento de conteúdo e em que momentos buscava apoio através dos contatos contidos ali:

Como eu tinha muita feminista dos grupos adicionada, eu criei uma lista restrita no meu próprio Facebook. Então, era um lugar que quando eu buscava apoio na internet, eu geralmente corria pra essa lista restrita, fazia os posts ali, e sempre as pessoas que chegavam eram ali desses grupos. Não era diretamente dos grupos, mas foi uma ferramenta que eu criei para criar essa rede de apoio (E6, 06/2020)

Ela prossegue comentando também a respeito das vezes em que se mobilizou junto às outras integrantes do grupo para conseguir ajudar outras mulheres:

Eu lembro de uma situação específica, de um amiga minha lá de São Paulo tava, ela tinha ido morar em outra cidade e a mãe dela tava na cidade onde ela nasceu e a mãe dela trabalhava com lavanderia, por exemplo, e a mãe dela tava correndo o risco de cortarem a água e a energia da casa dela. E aí a gente conseguiu fazer uma vaquinha pra poder ajudar. Então, pra mim, uma das coisas que mais funcionava, de verdade, para além das discussões em si, eram essas redes de apoio realmente para quem precisava, que eu vi acontecer várias e várias vezes na verdade. Tanto questão de apoio financeiro, apoio jurídico, de sei lá, foi expulsa de casa e precisa de um lugar para ficar. Sempre acontecia esse tipo de coisa. Eu lembro de uma vez específica, por exemplo, eu acho que isso foi em 2015. Eu tava em casa, era umas onze e pouco da noite, do nada recebo uma ligação de São Paulo, de uma pessoa que eu não conhecia: “oi, (...) Fulana de tal me passou seu número, porque eu vi que tem uma menina daí de Recife, que é de tal grupo que a gente tá, que ela postou tal coisa no Twitter e eu tô com medo que ela tava muito mal, eu tô com medo que ela tente se matar ou fazer alguma coisa contra si e tal”. E é uma menina de Recife que eu também conhecia de vista, mas eu sabia que a gente tinha uma amiga em comum. E aí eu liguei pra essa amiga dela, pra ela conseguir falar com a família dela, pra poder dar essa assistência. Então, essas situações eram bem recorrentes na verdade, e eu sinto que foi uma coisa que surtiu resultado, tanto para mim quando eu precisei como para amigas minhas de Recife e de vários outros lugares. (E6, 06/2020).

Outras interlocutoras apresentaram relatos semelhantes:

As pessoas se mobilizavam de verdade lá dentro [dos grupos]. Eu lembro que eu participei de várias campanhas. Eu lembro que teve aquela campanha

de arrecadação de absorventes para mulheres presidiárias, que eu participei. Eu fazia coleta aqui na minha cidade. Eu lembro que teve uma moça desse grupo que ela começou a fazer marmitinhas para mães solas que precisavam trabalhar e as marmitas eram para as crianças. Eu lembro que até saiu notícia dela em jornal, essas coisas, e ela era lá do grupo. Eu lembro de ter ações do tipo fazer vaquinha online para mães que estavam com dificuldade financeira, ou fazer arrecadação de roupa, alimento. Incontáveis vezes eu já encontrei meninas no metrô pra poder entregar comida ou entregar roupa para arrecadar pra essas mães ou essas mulheres em vulnerabilidade. Direto, eu lembro até hoje de eu ir lá, na catraca do metrô e as meninas e tal. E até hoje eu tenho contato delas. Hoje, eu não vejo tanto essa coisa de arrecadar, de vaquinha e tal, mas naquela época, era muito! A gente vivia fazendo isso, principalmente nesses grupos. (E3, 06/2020).

E até hoje: eu sempre fui uma pessoa que gosta de viajar e aí até hoje quando eu penso nas pessoas, nos lugares que eu fui ou pretendo ir, são mulheres que eu conheci nessa época. Tanto aqui em Natal, mesmo bem antes de eu me mudar, das primeiras vezes que eu vim aqui visitar, eu vim pra ficar na casa de amigas que eu conheci nessa época. Em João Pessoa, metade das minhas amigas são dessa época também. Enfim, é isso. (...) (E6, 06/2020).

A utilização da rede para conectar mulheres turistas, com o intuito de proteção entre elas, aparece também no catálogo de grupos feministas, uma vez que diversos dos maiores grupos tinham essa função. A hashtag #QueroViajarSozinhaSemMedo, criada como reação à morte de duas turistas argentinas no Equador, é uma das expressões da maneira como o tema da violência de gênero e turismo foram abordadas nas redes sociais. Segundo Piscitelli (2017) “essas reações (...) são inusuais em um país no qual se até agora se prestou pouca atenção a casos de violência contra mulheres turistas” (p. 1).

Muitas relataram que por diversas vezes conseguiram ajuda através desses espaços:

(...) em várias situações que eu precisei de ajuda, moças que nunca nem me viu na vida se dispôs a ajudar por justamente me seguir no face, por ter curtido algum texto meu alguma vez. E só por isso já criou um vínculo a ponto de ajudar uma pessoa sem nem conhecer direito. Isso foi essencial. (...) eu já fui muito ajudada, muito muito. Eu posso não estar mais no meio feminista, mas eu falar que não me ajudou seria muita hipocrisia, porque já me ajudou muito e diversas vezes. Eu lembro que da última vez, eu tive uma

situação em casa que eu ia ser expulsa de casa por conta de religião e aí várias meninas do Face se juntaram, ofereceram casa, abrigo. Já teve vez que teve menina que pagou o ENEM pra mim. Já teve menina que passou horas e horas comigo no Face conversando porque eu estava em crise. Já teve menina que já mandou pizza pra minha casa, porque eu tava de TPM e queria comer pizza e elas mandaram. Então, assim, já me ajudaram muito. Muito, muito, muito! Eu sou muito grata. Eu sei que hoje a maioria não concorda comigo em algumas posições, mas aquela época foi uma época que foi essencial pra mim. Elas me ajudaram muito, porque foi uma época muito difícil pra mim. Eu passei por depressão, eu passei por brigas em casa e elas sempre me apoiaram, sempre me ajudaram muito. Então, eu sou muito grata por tudo o que aconteceu e às pessoas que eu conheci através do feminismo nessa época. (E2, 06/2020)

Já aconteceu também de eu ter brigas em casa com a minha mãe, querer sair de casa e não ter pra onde ir e eu procurar ajuda lá e várias meninas me oferecerem lugar para ficar: “ah, fica em casa uns dias e tal”. Já aconteceu de eu pedir ajuda também em relação a passar por alguma situação e ficar em dúvida: “putz, será que meu namorado foi abusivo comigo? Será que é coisa da minha cabeça? Será que isso que meu amigo me falou é assédio?” e aí eu ia lá e conversava com as meninas e elas: “ah, não, isso aí é assédio. Isso aí não é coisa da sua cabeça, você realmente tá certa”. Então, assim, várias vezes, incontáveis vezes. (E3, 06/2020).

(...) quando a pessoa tem um problema, assim, relacionado a suicídio, essas coisas, eu sempre procuro conversar, chamo para mim, aí a gente acaba criando um vínculo. (...) Também já tive, quando a minha depressão estava bem ativa, já tive pessoas que me deram muita força, me deram muito apoio, né? Que eu esperava de outras pessoas e acabou que veio das pessoas que eu menos esperei. Então, poxa, sororidade é isso: apoio. Feminismo é isso. (E16, 07/2020).

Então, dependendo de até onde você foi no seu feminismo, você tinha acesso a certos tipos de grupos, que eram bem restritos, assim. Eu acho que quanto mais restrito, mais as mulheres se abriam e falavam sobre coisas que elas não fariam em grupos grandes, como aborto e abusos que elas sofreram, esse tipo de coisa. Foram grupos de extrema importância. Eu

estive em grupos bem pequenos e que eu vi que ajudaram muita gente. Muitas meninas que foram expulsas, que fugiram de casa, que precisavam de um aborto, de algum auxílio, de algum medicamento e tal. Então, o Facebook ajudou muita gente, esses grupos foram de extrema importância para muita gente (E8, junho de 2020).

Através dessas falas, podemos perceber a intensidade dos laços criados a partir das redes sociais, considerando que até abrigo era oferecido entre mulheres que frequentemente só se conheciam através delas. Além disso, por meio do depoimento da terceira entrevistada, vemos como os grupos revelam outra dimensão fundamental para a compreensão do momento “sidestreaming” do feminismo (ALVAREZ, 2014): as práticas em torno daquilo que Ferreira (2016) conceitua enquanto uma “cultura terapêutica”. Em suas pesquisas, a autora analisou a relação entre as culturas terapêuticas produzidas em grupos anônimos de ajuda mútua entre mulheres e as “novas táticas e maneiras de atuação feministas como instâncias pedagógicas do aprendizado emocional e do controle emotivo, bem como na (re)organização social do sofrimento” (p. 5).

Para ela, os processos de comunicação estabelecidos pelas teias político comunicacionais feministas na internet possibilitam a extensão e vinculação de estados emocionais, fornecendo o contexto através do qual as culturas terapêuticas e os feminismos se entrelaçaram (FERREIRA, 2016, p. 36). Assim, o encontro entre essas práticas produz “uma sociedade civil emocionada a partir do processo imaginativo e de identificação dos sujeitos ao redor de uma experiência de sofrimento comum e da noção de representação pública que isso cria” (Ibid, p. 9).

Diante disso, podemos concluir que as redes sociais e as ferramentas digitais têm desempenhado um papel fundamental na construção e fortalecimento do campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014). As páginas públicas no Facebook foram importantes para a divulgação de ideias e mobilização de pessoas, enquanto as redes submersas, compostas por grupos exclusivamente de mulheres, mostraram-se significativas para a formação de laços de sororidade e o compartilhamento de vivências e estratégias de resistência. Sendo assim, as práticas discursivas que emergem desses espaços digitais também revelam como a internet tem sido um campo fértil para a criação de novas formas de organização social e produção de reconhecimento emocional e subjetividades políticas.

Essa interseção entre comunicação política e práticas terapêuticas cria um espaço para a elaboração de experiências de sofrimento compartilhadas e para o fortalecimento de laços

de solidariedade e empatia. Isso possibilita a criação de uma rede de apoio mútuo entre mulheres, que contribui para a construção de processos de identificação (TATAGIBA e ZANINI, 2018) e para a transformação das relações de poder.

Considerações finais

Em artigo de revisão da literatura sobre como a literatura brasileira das ciências sociais tratavam os temas das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais, Ruskowski et al (2020), apontaram entre outros problemas, o desafio de compreender o impacto nos movimentos sociais da escala alcançada com a introdução de tecnologias. Apontavam ainda os impactos das redes no processo de formação de identidade dos movimentos (RUSKOWSKI et. al., 2020, p. 76). Procurando dialogar com estes dois grandes desafios, procurei cotejar o caso empírico da entrada de novas mulheres no feminismo via as redes digitais com as literaturas sobre movimentos sociais, ativismo digital e ativismo digital feminista, busquei contribuir para a compreensão de como as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação modificam, de um lado, a escala dos movimentos sociais feministas, e de outro, os processos de construção e reconstrução das identidades feministas.

Para tal, no primeiro capítulo, busquei apresentar as principais ferramentas conceituais utilizadas na análise do material empírico, relacionando conceitos de estudos de movimentos sociais com a apropriação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação pelos movimentos e seus impactos na ação coletiva. Considerando as contribuições da teoria, os dados empíricos foram analisados a partir do capítulo dois, no qual parti da importância das múltiplas arenas digitais para começar a investigar a importância dos blogs no processo de construção e difusão do campo discursivo feminista (ALVAREZ, 2014).

No capítulo três, busquei explicitar o impacto da nova escala da ação feminista amplificada no Facebook, a partir da análise do papel fanpages presentes nesta plataforma na construção do campo discursivo feminista (Ibid). Por fim, no capítulo quatro, investiguei a construção e o papel das “redes submersas” do campo discursivo feminista nas redes sociais.

Assim, retomando o objetivo mais geral da pesquisa - que foi compreender como mulheres e meninas se conectaram ao feminismo utilizando-se das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, ou seja, como se deram os processos de apropriação das plataformas digitais pelas ativistas feministas, quais plataformas estão envolvidas nesse processo e quais papéis elas desempenham - o que o trabalho empírico revelou foi que nem

sempre as meninas e mulheres organizadores de blogs e fanpages já eram previamente feministas.

Ao invés disso, a maior parte dos blogs e as fanpages do Facebook foram criadas por mulheres que se descobriram feministas ao longo do processo, o que revela que há um processo de identificação por meio das redes (TATAGIBA e ZANINI, 2018). Nos anos 2010-2015, as tecnologias ampliaram a escala de circulação do discurso feminista, permitindo a pluralização do campo e novas formas de ação coletiva: nos blogs, nas fanpages do Facebook e nos grupos fechados da mesma plataforma.

As mídias digitais têm sido um meio fundamental para a amplificação do feminismo e o engajamento de novas mulheres nas causas feministas. Isso ocorre por meio do que eu chamo de "letramento de gênero" (LOYOLA, 2022) e "trabalho emocional", conceitos intermediários dos quais me apropriei que permitem compreender melhor como essas meninas e mulheres se tornam feministas e fazem o feminismo nas mídias digitais. Nesse processo, as mulheres nomeiam suas opressões e trabalham coletivamente na busca por soluções para problemas que antes eram considerados "privados". A força motriz desse processo é a emoção, que tem um papel vital nos enquadramentos interpretativos. Isso é parte da tradição feminista, onde o pessoal se torna político e as emoções são utilizadas como um motor propulsor da ação.

A inovação do ponto de vista comunicacional, nesse sentido, se dá com a amplificação que as redes produzem destes discursos feministas, via os relatos pessoais, bem como com a simplificação por memes e brincadeiras que facilitam a tradução e popularização do feminismo. O interessante é que o processo de produção e circulação do feminismo nas redes envolve não apenas pessoas já "letradas", mas principalmente aquelas em processo de letramento, que descobrem, quase no mesmo instante em que traduzem, o feminismo para outras, facilitando a identificação entre elas.

Além disso, embora as redes sociais sejam ferramentas públicas, muitas mulheres subverteram a lógica mercadológica desses ambientes digitais para a criação de grupos privados e exclusivos para mulheres, os quais, por sua vez, foram fundamentais para a construção de circuitos de solidariedade e apoio mútuo assim como para a profusão de um vocabulário e cultura comuns e acesso direto a textos que antes ficavam restritos aos ambientes universitários.

Por fim, foi possível perceber que a dimensão digital também impactou o feminismo de outra maneira. Se por um lado o feminismo ganha escala, por outro este ganho teve consequências: houve também um aumento de embates tanto internos no campo, com a

proliferação e contraposição pública e acirrada entre diversas correntes feministas, quanto externos, com o contato mais próximo com os campos antagonistas masculinistas, facilitado pelas plataformas digitais.

Referências bibliográficas

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através de fronteira Estado e sociedade. *Sociologias* 13, 28 (set./dez.): 52-84. 2
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra and TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados* [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.325-357. ISSN 0011-5258.
<http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 2009, n.76, pp. 49-86.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.
- ANDUIZA, Eva; CANTIJOCH, Marta; GALLEGO, Aina. Political Participation and the Internet. *Information, Communication & Society*, 12:6, p.860-878, 2009.
- ANTOUN, H.; MALINI, F. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes
- ARONOVICH, Lola. Lola Aronovich: blogueira do Escreva Lola escreva fala sobre feminismo na era
- ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeito político. In: SILVA, Carmen, ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. *Mulher e Trabalho*. Recife: Edições SOS CORPO, 2005.
- BARINGHORST, S. The political empowerment of citizen consumers – opportunities and problems of anti-corporate campaigning on the net. In T. Häyhtiö & J. Rinne (Eds.), *Net working/networking: Citizen initiated Internet politics* (pp. 281–309). Tampere: Tampere University Press, 2008.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15:5, p.739-768, 2012.
- BENNETT, W.L. Communicating global activism: strengths and vulnerabilities of networked politics. *Information, Communication & Society*, vol. 6, n. 2, p. 43-68, 2003
- BIANCARELLI, Aureliano. *Assassinatos de mulheres em Pernambuco. Violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo*. São Paulo: Publisher, Instituto Patrícia Galvão, 2006.
- BLOOD, R. *The Weblog Handbook: Practical Advice on Creating and Maintaining Your Blog*. Cambridge, MA: Perseus Publishing, 2002.

- BORTOLON, Bianca; MALINI, Marianne. Catarse e sororidade: o relato enquanto motor essencial da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook. In: XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2016, São Paulo. Anais INTERCOM. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. p. 1 - 16.
- BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History and Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Vol. 13, n° 01, article 11.2007.
- BRITO, Priscilla Caroline de Sousa. “PRIMAVERA DAS MULHERES”: INTERNET E DIN MICAS DE PROTESTO NAS MANIFESTAÇÕES FEMINISTAS NO RIO DE JANEIRO EM 2015. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- BRUM, A. JUVENTUDE CATÓLICA E A JORNADA MUNDIAL DE 2013: CONFLITOS, CORPORALIDADES E PERFORMANCES DE RUA. *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 17, p. 41-53, 8 ago. 2016.
- BUITONI, Dulcília. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- CAETANO, Mariana Gomes. MY PUSSY É O PODER Representação feminina através do funk: identidade, feminismo e indústria cultural. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arte e Comunicação Social, Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- CAMARGO, Michelle Alcântara. "Manifeste-se, faça um zine!": uma etnografia sobre "zines de papel" feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). *Cad. Pagu* [online]. 2011, n.36, pp.155-186. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000100007>.
- CARMO, Iris Nery do. O ROLÊ FEMINISTA: AUTONOMIA, HORIZONTALIDADE E PRODUÇÃO DE SUJEITO NO CAMPO FEMINISTA CONTEMPORNEO. 2018. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. “Aliança de Parentesco”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alianca-de-parentesco/>. Acesso em 14/09/2020.
- CARONE, Renata Rodrigues. A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NO LEGISLATIVO FEDERAL: CASO DA LEI MARIA DA PENHA. *Lua Nova* [online]. 2018, n.105, pp.181-216. ISSN 1807-0175.

- CARVALHO, M. F. L. “Muito Prazer, Eu Existo!”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CARVALHO, M. F. L. Is Our Hope Cyborg? Subalternity, Recognition and “Tretas” on the Internet. In: CARVALHO, M. F. L.; CARRARA, S. Ciberativismo Trans: Considerações sobre uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHRISTENSEN, H. S. Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means? *First Monday*, 16(2), 2011. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/3336/2767#p3>>. Acesso em 15/09/2020.
- CORTÊZ, Natasha. Da Internet Para a Ação. 2013. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/da-internet-para-a-acao>. Acesso em: 19 set. 2020.
- COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação -. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 66, n. 1, p. 63-69, ago. 1988.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. : dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 1-20, 19 fev. 2013. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/rg.v5i2.380>.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- COSTANZA-CHOCK, S. Mapping the repertoire of electronic contention. *Representing Resistance: Media, Civil Disobedience and the Global Justice Movement*, n. March, p. 350, 2003.
- DANILIAUSKAS, M. Não se nasce militante, torna-se: processo de engajamento de jovens LGBT - Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. 2016. 332 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- DELLA PORTA, D.; MOSCA, L. Global-net for Global Movements? A Network of Networks for a Movement of Movements. *Journal of Public Policy*, v. 25, n. 1, p. 165–190, 2005.
- DIANI, M. SOCIAL MOVEMENT NETWORKS VIRTUAL AND REAL. *Information, Communication & Society*, v. 3, n. 3, p. 386–401, jan. 2000.

- DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. *The Sociological Review*, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 1-25, fev. 1992. SAGE Publications.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-954x.1992.tb02943.x>.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: contexto e formação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-48.
- ELIZALDE, Silvia. Hijas, hermanas, nietas: genealogías políticas en el activismo de género de las jóvenes. *Revista Ensamblés En Sociedad, Política y Cultura*, Si, v. 8, n. 4, p. 86-93, jan. 2018.
- ELLISON, Nicole B.; STEINFELD, Charles; LAMPE, Cliff. The Benefits of Facebook “Friends: social capital and college students' use of online social network sites. *Journal Of Computer-Mediated Communication*, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 1143-1168, jul. 2007. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00367.x>.
- EVANS, Sara, *Personal Politics*. Nova Iorque: Vintage Books, 1979.
- FACCHINI, R. “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.36, 2011.
- FACCHINI, Regina. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 36, p. 117-153, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332011000100006>.
- FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro, “Feminismo e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate”, in: *Ciência e Cultura*, vol. 68, n.3, pp. 04-05, 2016.
- FALCÃO, Thiago H. de Oliveira. *Memes, textões e problematizações : sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- FARRELL, H. The Consequences of the Internet for Politics. *Annual Review of Political Science*, v. 15, n. 1, p. 35–52, 2012.
- FERREIRA, Carolina Branco. “Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo”. In: *Cadernos Pagu*, pp. 199-228, 2015.
- FERREIRA, Carolina Branco. O gênero do amor: cultura terapêutica e feminismos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 47, p.1-44, 2016.
- FIGUEIREDO, Mariza. A evolução do feminismo no Brasil. In: *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.

- FRAGOSO, S. Eu odeio quem odeia... Considerações sobre o comportamento dos usuários brasileiros na 'tomada' do Orkut. *E-Compós*, v. 6, 26 jun. 2006.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". In: CALHOUN, C. (ed.) *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- GASPARETTO, Vera Fátima. O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 1-16, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n168326>.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- geração militante. *Contemporânea, comunicação e cultura*, v.13, n.02, 2015.
- GLADWELL, Malcolm. Why the revolution will not be tweeted. 2010. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>>. Acesso em: 15/09/2020.
- GOBBI, Daniel. *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Mulheres em movimento, movimento de mulheres*. In: GOHN, M. G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola. 2008.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 1997.
- GOMES, Carla; SORJ, Bila. 2014. "Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil." *Revista Sociedade e Estado* 29 (2): 433-447.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American journal of Sociology*, 78, 1973.
- HERRING, S. C. et al. *Bridging the Gap: A Genre Analysis of Weblogs*. Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2004.
- HINDMAN, M. *The myth of digital democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
- HINE, C. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. Bloomsbury, London, 2015.
- Internet. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.25, n.01, 2017.
- JAQUETTE, Jane S. *Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América*

- JASPER, James M. Protesto: uma introdução aos movimentos sociais. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- KOPYTOFF, Verne. Google's Orkut Puzzles Experts / Internet Watchers Ponder Reason for
- KORTE, Júlia. A nova luta das mulheres. 2014. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- LEAL, Tatiane. “Chega de fiu fiu”: feminismo, emoções e mobilização política por meio de práticas de compartilhamento de si. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI Jr., Jeder; ROXO, Marco (Orgs.). Reinvenção comunicacional da política: modos de habitar e desabitar o século XXI. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, p. 97-112, 2016.
- LEON, Magdalena. Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. In: LEON, LIMA, S. As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.
- LOBO, Elizabeth Souza. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.
- LOYOLA, Valeska Maria Zanella de. A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações. Sd: Appris Editora, 2022. 144 p.
- MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. Cadernos pagu, v. 42, p. 13-46, jan. /jun 2014.011.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo em Movimento. São Paulo, Editora Francis, 2010.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. Cadernos Pagu, [S.L.], n. 47, p. 1-36, 2016. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470001>.
- Magdalena (Org.). Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.
- Magdalena (Org.). Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.
- MARGETTS; John; HALE; Yasser. Political Turbulence: How Social Media Shape Collective Action, 2015
- MARIANO, R.; BIROLI, F. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. Cadernos Pagu, n. 50, 17 out. 2017.

- MARQUES, G. M. ; Pedro, Joana Maria . O feminismo Riot: geração e violência. Labrys (Edição em Português. Online), v. 22, p. 32-48, 2012.
- MARQUES, Gabriela. (Re) Invenção do anarcofeminismo: anarcofeministas na cena punk (1990-2012). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço*. Cadernos Pagu, [S.L.], n. 56, p. 1-34, 2019. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201900560012>.
- MARTINO, Luís M. Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes. 2.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se tornaram um campo novo de estudos para as ciências. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 333 a 357.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dynamics of contention. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 411 p.
- MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabíola. Recent Changes in the Brazilian Feminist Movement: The Emergence of New Collective Actors. In: FERRERO, Juan Pablo; NATALUCCI, Ana; TATAGIBA, Luciana (ed.). Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left: Argentina and Brazil. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2019. p. 324.
- MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge University Press, 1996.
- MENESES, Larissa. Lugar de fala – as hierarquias de reconhecimento político e o feminismo negro nas redes sociais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 11, 2017. Florianópolis. Anais Eletrônicos. 2017, p. 1-12.
- MODELLI, Lais. Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na Internet. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Comunicação, Unesp de Bauru, 2016.
- MOLYNEUX, Maxine. Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado. Madrid. Catedra: Universidad de Valencia. 2003.
- MONTARDO, Sandra P.; ARAÚJO, Willian F.; FREITAS, Ernani C. Ciberativismo como cultura de mobilização imanente à internet. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy

Assmann. (Orgs.). Processos culturais e suas manifestações. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p. 162-189.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 17, n. 32, p. 107-121, jan. 2012.

MOREIRA, Raquel. Bitches Unleashed: Women in Rio's Funk Movement, Performances of Heterosexual Femininity, and Possibilities of Resistance. Dissertation presented to the Faculty of the Social Sciences, University of Denver, 2014.

MOROZOV, E. The net delusion: The dark side of Internet freedom. New York: Public Affairs, 2011.

MOROZOV, Evgeny. Iran: downside to the. Dissent, [S.L.], v. 56, n. 4, p. 10-14, 2009. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/dss.0.0092>.

NÃO ME KAHLO, #Meu amigo secreto: feminismo além das redes. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

O'REILLY, Timothy. What Is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software. 2005. Disponível em: <http://oreillynet.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>. Acesso em 14/09/2020.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. O elogio da diferença: o feminino emergente. 2 a . ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

OROZCO, Marcelo. Três décadas de "faça você mesmo". S.I.. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/tres-decadas-de-faca-voce-mesmo/>. Acesso em: 19 set. 2020.

PAIVA, F.P. “A Revolução das minas: as “redes submersas” da Primavera Feminista”. Relatório de Pesquisa, Unicamp, 2017.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, [S.L.], v. 26, n. 52, p. 249-272, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882006000200011>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A; ALGANTI, I; GOLDANI, A.M. A prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos, nº 48. Campinas-SP: IFCH - UNICAMP, 2002.

PISCITELLI, Adriana. #queroviajarsozinhasemmedo: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil. Cadernos Pagu (50), 2017.

PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares. POSFÁCIO - ADPF 442: diálogos entre história e momentos. In: ANGOLA, Catarina de (ed.). Trajetórias e argumentos feministas pelo direito ao aborto no Brasil. S.I.: Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2018. p. 72-83.

POLLETTA, Francesca. "Free Spaces" in Collective Action. Theory and Society. Vol. 28, n. 01, fev. 1999, p. 1-28.

RAINIE, L.; WELLMAN, B. The battle of freedom and control in a networked world . New scientist, v. 2012, n. 25 Jan, 2012.

REGER, Jo. "Organizational 'Emotion Work' through Consciousness-Raising: An Analysis of a Feminist Organization." Qualitative Sociology, 27:2: 2004. p. 205-222.

ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. O contrapúblico bolsonarista e o negacionismo da pandemia. 2020. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/o-contrapublico-bolsonarista-e-o-negacionismo-da-pandemia/> . Acesso em: 19 set. 2020.

RUCHT, D. The Quadruple 'A': Media strategies of protest movements since the 1960, In: W. Van de Donk, B.D. Loader, P.G. Nixon e D. Rucht (eds.) New Media, Citizens and Social Movements. New York and London: Routledge, 2003.

RUSKOWSKI, Bianca e al. "Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais". Revista Compolítica. 2020, vol. 10(2), pp. 43-84.

SALTER, L. Democracy, new social movements and the Internet: a Habermasian analysis, in M. McCaughey and M.D. Ayers (eds.) Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice, 117-44. New York and London: Routledge, 2003.

SARTI, Cynthia A.. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu, Campinas, v. 16, n. 1, p. 31-48, jan. 2001.

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. Anais... Chicago: Illinois, set. 1998.

- SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney; BRADY, Henry E.. *Weapon of the Strong? Participatory Inequality and the Internet. Perspectives On Politics*, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 487-509, jun. 2010. Cambridge University Press (CUP).
<http://dx.doi.org/10.1017/s1537592710001210>.
- SCHMINK, Marianne. *Women in Brazilian Abertura Politics. Journal Of Women In Culture And Society*, Chicago, v. 1, n. 7, p. 115-134, jan. 1981.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES (SPM) – Presidência da República – Brasil. *Plano nacional de Políticas para as mulheres*. Brasília, 2004
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. *Movimento de Mulheres, Movimentos Feministas e a Participação de Mulheres Populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular*. 2016. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. Revista Usp*, [S.L.], n. 86, p. 28-39, 1 ago. 2010. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i86p28-39>.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.
- Social Network Site. *San Francisco Chronicle*, 29 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.sfgate.com/business/article/Google-s-Orkut-puzzles-experts-Internet-2633049.php>>. Acesso em: 14/09/2020.
- TEIXEIRA, Ana Claudia; ZANINI, Débora; MENESES, Larissa. *O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede*. In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. *Anais... Caxambu: -, 2017. v. 2017, p. 1 - 25*.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- THORSEN, Einar; SREEDHARAN, Chindu. *#EndMaleGuardianship: women's rights, social media and the arab public sphere. New Media & Society*, [S.L.], v. 21, n. 5, p. 1121-1140, maio 2019. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1461444818821376>.
- TOMAZETTI, Tainan; BRIGNOL, Liliane. *A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. Redes*, n. 11, p.27-54, 2015.

VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. Elas vão feminizar a internet? O papel e o impacto do ativismo online para os feminismos no Brasil. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 15, n. 27, 2018.

VAN DETH, J. W. Is creative participation creative democracy? In: MICHELETTI, M.; McFARLAND, A.S (eds.), *Creative participation: Responsibility-taking in the political world* (pp. 146–170). Boulder, CO: Paradigm, 2010.

VEGH, S. Classifying forms of online activism. In: M. McCaughey and M.D. Ayers (eds.) *Cyberactivism. Online Activism in Theory and Practice*, 7-96. New York and Practice, 7-96, 2003.

virtual e polêmicas com CQC. *Revista TPM*, 2011. Entrevista concedida à Marcela Paes. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/entrevistas/lola-aronovich.html>>. Acesso em: 19/09/2020.

VISSERS, S.; STOLLE, D. The Internet and new modes of political participation: online versus offline participation. *Information, Communication & Society*, v. 17, n. 8, p. 937–955, 2014.

ZANINI, Débora. A CONSTRUÇÃO DO ANTIPETISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS: DA AÇÃO ENGAJADA PARA A RUA E AS DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA DAS MÍDIAS SOCIAIS. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Anexos

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Revolução das “minas”: juventude e a ascensão do “feminismo comunicacional”

Fernanda Polidoro Paiva

Número do CAAE: 30648020.8.0000.8142

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Nos últimos anos, temos acompanhado uma série de mobilizações feministas. Desde 2013, hashtags como #ChegaDeFiuFiu, #NãoMereçoSerEstuprada, #MeuAmigoSecreto e #MeuPrimeiroAssédio tem sido usadas pelas mulheres como ferramentas de denúncia das violências que sofrem cotidianamente.

Com a rápida viralização da hashtag, podemos verificar um fenômeno interessante: a mobilização de meninas e mulheres que, embora nunca estivessem engajadas em organizações ou coletivos de movimentos sociais, redefiniram a dimensão e o alcance das pautas feministas. O feminismo parece ter quase virado um “consenso” entre mulheres mais jovens. Como isso foi acontecer?

Além disso, mesmo quando o “movimento” parecia ter desaparecido dos holofotes, algum caso polêmico ganhava a cena e a mobilização feminista nas redes reaparecia tão forte quanto antes. Na literatura de movimentos sociais, chamamos esse fenômeno de “latência”. Assim, quando a oportunidade surgia, por meio da publicização de algum conflito ou episódio pontual, as redes feministas eram ativadas, seja para denunciar o caso ou para compartilharem experiências em comum.

As redes feministas ativadas nas campanhas eram articuladas de maneira praticamente submersa em meio às redes sociais. Por meio de grupos secretos no Facebook, era muito comum que as mulheres comessem a se adicionar para formarem uma “timeline feminista” ou usarem os grupos como lugar de acolhimento de denúncias ou experiências pessoais.

Esse compartilhamento de experiências em comum já é prática corrente do movimento feminista há muitos anos. Na década de 1960, por exemplo, os grupos de conscientização feminista reuniam mulheres para falarem a respeito dos mais diversos temas envolvidos na sua vida cotidiana. Os temas não eram necessariamente relacionados com política diretamente, mas a discussão em grupo politizava a dimensão cotidiana. Não à toa um dos lemas naquela época era o de “o pessoal é político”.

Nesse sentido, as práticas feministas nas mídias sociais trazem rupturas e continuidades com as práticas anteriores. Talvez a maior ruptura tenha sido a dimensão de popularização do discurso: hoje, o feminismo não está restrito aos meios universitários ou às militantes em organizações. Ele tomou as conversas nas escolas, ruas, metrô, ônibus, bares. Adquiriu uma “nova cara”, sendo agora reivindicado por meninas cada vez mais jovens.

O que me interessa na pesquisa é desvendar de maneira esse processo aconteceu: como meninas e mulheres tão jovens passaram a se reivindicar feministas? O que mudou na subjetividade dessas mulheres para que essa identidade fosse reivindicada? Qual é o papel das mídias sociais nesse processo?

Como objetivos específicos, busco 1-) contribuir de forma empírica com as discussões acerca da relação entre mídias sociais e mobilização, a partir do ativismo feminista online; 2-) traçar um panorama acerca da ascensão do fenômeno que, segundo Tainan Tomazetti e Liliane Dutra Brignol, foi conceituado como “feminismo comunicacional”.

Em termos teóricos, a pesquisa se justifica pelo fato de que as recentes mobilizações feministas se constituem enquanto um desafio para os estudos de movimentos sociais, já que parte da literatura coloca as mobilizações nas redes sociais enquanto ações individualizadas e, nesse sentido, distantes das conceituações clássicas do campo. Entretanto, o que o movimento feminista nos faz perceber é que, apesar de serem processos bastante fluidos, em virtude da própria dinâmica das redes digitais, eles produzem significativos impactos sociais.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a participar de uma entrevista, que terá gravação em áudio e poderá ser feita via videoconferência ou pessoalmente, sendo realizada em dia e horário que lhe seja adequado e confortável. A entrevista a ser realizada

será em torno de 30 minutos a duas horas de duração. Os áudios gravados serão transcritos e armazenados em arquivo digital (HD externo) que será guardado pela pesquisadora em local seguro – sua identidade será guardada em sigilo e seu nome não será citado

Os dados desta pesquisa serão armazenados em arquivo digital pelo período de cinco anos após o final da pesquisa, de acordo com a Res. CNS 510/16.

Desconfortos e riscos:

Os riscos que a pesquisa oferece são de ordem psicológica. A entrevistada pode experimentar algum tipo de desconforto emocional ao rememorar suas vivências. Para minimizar tais riscos, é garantido o cancelamento da participação na pesquisa a qualquer momento, caso venha a se sentir constrangido ou desconfortável com alguma situação, seja esta decorrente das entrevistas, da abordagem e/ou do tempo gasto para participação no estudo sem qualquer penalidade. Você é livre para recusar a participação e/ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e não compromete de nenhuma maneira o seu poder de decisão como sujeito do estudo empreendido pela pesquisadora.

Benefícios:

Você não terá benefícios diretos ao participar desta pesquisa, mas indiretamente contribuirá para a compreensão das novas formas de mobilização do movimento feminista e das maneiras através das quais se constrói uma “subjetividade feminista”. Indiretamente, você contribuirá também com o campo de estudos da ação coletiva e movimentos sociais e para o campo de estudos de internet e política.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa em danos decorrentes da pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação identificada será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Não haverá ressarcimento pela participação, pois a pesquisadora vai se deslocar até o participante para realizar a entrevista. Qualquer custo referente as entrevista serão custeadas pela própria pesquisadora e, se realizadas via videoconferência, não acarretarão custos de nenhum tipo para você.

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Fernanda Polidoro Paiva através da Secretaria do Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão

Geraldo, Campinas - São Paulo - Brasil - CEP 13083-896, pelo telefone (19) 983017-7241 ou através do e-mail: polidoro.fer@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome _____ do(a) _____ participante:

_____ Data:
 ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

2. Roteiro semi-estruturado de entrevista

Apresentação

1. Fale um pouco sobre você: qual é o seu nome, sua idade, profissão/ocupação.
2. Pensando na sua trajetória, você se lembra em que momento da vida e com que idade teve seu primeiro contato com o feminismo? Como foi esse contato?

3. Você está ou já esteve engajada em alguma organização feminista, seja ela em coletivos, partidos ou organizações de movimentos sociais? Se sim, qual?

Mídias Sociais

4. Você utiliza as mídias sociais para se informar sobre temas relacionados ao feminismo? Se sim, quais redes sociais você mais utiliza nesse caso? Facebook, Instagram, YouTube, Twitter? Como elas te ajudam na busca dessas informações?
5. As redes sociais que você se utiliza hoje para se informar sobre feminismo são as mesmas que você usava quando teve seus primeiros contatos com o feminismo? Se não, quais você utilizava nesses primeiros contatos? E como elas te ajudavam? O que mudou na forma como você se informava sobre feminismo em 2013, por exemplo, e como você se informa hoje? Pergunto isso porque um dos meus interesses principais é relacionado às origens da popularização do discurso feminista nas redes sociais e talvez a forma como as mulheres utilizavam as redes tenha se alterado ao longo desse tempo e talvez as próprias redes que elas utilizavam para isso.

Grupos

6. a-) *Caso a entrevistada seja participante do grupo:* Você se lembra quando se aproximou do grupo X do Facebook? Como você teve acesso a ele? O que te motivou a participar do grupo?
- b-) *Caso a entrevistada seja a fundadora do grupo:* O te levou a criar o grupo X? Qual era a sua motivação na época? O que você buscava com o grupo? Você acha que esse objetivo foi atingido? Como?
- c-) *Caso a entrevistada seja moderadora do grupo:* Você se lembra quando se aproximou do grupo X do Facebook? Como você teve acesso a ele? O que te motivou a participar do grupo? Como você chegou na moderação do grupo?
7. a-) *Caso a entrevistada seja participante do grupo:* Como era a sua atuação no grupo? Tinha costume de interagir?
- b-) *Caso a entrevistada seja a fundadora do grupo:* Como fundadora do grupo, você acompanhava as discussões que aconteciam nele? Como era a sua participação?
- b-) *Caso a entrevistada seja a moderação do grupo:* Como era a sua atuação enquanto moderadora do grupo? Em que momentos você era convocada?
8. Além desse grupo, você participa ou participou de outros grupos no Facebook só de mulheres? Se sim, existe algum grupo que você considere mais importante para a sua

história de vida? E por quê? Você não precisa citar os nomes dos grupos caso não queira.

9. Você acha que sua experiência dentro desses grupos foi importante para você de alguma maneira? Como?
10. Em algum momento da vida, você ou alguma conhecida já buscou algum tipo de apoio, direta ou indiretamente, nesses grupos? Como foi recebida?
11. Você já deu algum tipo de suporte a outra participante? Como foi essa experiência?
12. Você se lembra de algum momento conflitivo que participou ou assistiu dentro das discussões dos grupos? Se sim, pode relatar algum desses episódios? O que te chamou atenção? Não precisa citar nenhum nome ou nenhuma informação que não se sinta confortável para tal.
13. Existe mais algum comentário a respeito da sua participação nos grupos ou das situações que presenciou ali que você ache pertinente citar?
14. Você acredita que a sua participação nos grupos tenha influenciado, de alguma maneira, as suas visões a respeito do feminismo? Se sim, de que forma?

Páginas feministas

15. a-) De alguma maneira, você acha que os conteúdos consumidos por você nas mídias sociais têm ou tinham alguma relação com o feminismo? Se sim, você acredita que o acesso a esse tipo de conteúdo teve alguma influência em sua trajetória e identificação com o movimento feminista?
 b-) 1. *Se a entrevistada for a criadora da página:* O que te levou a criar a página X? Qual era a sua motivação/objetivo na época? Você acha que esse objetivo foi atingido? Como?
16. Você costumava seguir ou segue páginas feministas no Facebook? Com quais você tem ou tinha mais contato? Você se lembra em que momento passou a acompanhá-las? Por que você acompanhava essas páginas? O que te chamava atenção?
17. O conteúdo produzido por essas páginas tem ou tinha algum reflexo na sua vida cotidiana?

Páginas e grupos

- 18.** Agora pensando nesses dois lugares das redes, os grupos, na maioria da vezes, secretos e as páginas feministas, você acha que eles têm alguma relação? Consegue perceber semelhanças ou diferenças no que refere aos usos desses espaços? Em que momentos você buscava as páginas feministas e em que momentos usava os grupos secretos?
- 19.** Pelo o que eu tenho acompanhado, parece que o Facebook é/era usado pelas mulheres feministas de duas formas: a primeira era através das páginas feministas, nas quais o conteúdo produzido buscava “traduzir” as principais pautas e trazer a definição do que era o feminismo e a segunda se dava através dos grupos secretos, através dos quais as suas participantes se sentiam mais à vontade para expor suas questões, pedirem ajuda e até denunciarem casos de violência. Você acha que essa linha de pensamento faz sentido? Existe mais alguma coisa que você ache importante colocar a respeito desses dois espaços?

Campanhas: entre as redes e as ruas

- 20.** Nos últimos anos, vimos diversas campanhas feministas ganharem espaço nas redes sociais através das hashtags. Você se lembra dessas campanhas?
- Caso a entrevistada não se lembrar:* A primeira que conseguimos levantar foi a #Chega de FiuFiu, em 2013, que buscava fazer uma campanha pelo direito das mulheres de andarem pelas ruas sem serem assediadas. Depois, em 2014, a campanha #NãoMereçoSerEstuprada veio em resposta aos dados de uma pesquisa do IPEA que revelavam que 65,1% dos brasileiros concordavam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Em 2015, a campanha pelo Fora Cunha era contrária à autoria do projeto de lei 5069, que buscava criminalizar praticamente todas as possibilidades de acesso ao aborto legal no Brasil. Em 2016, depois do episódio de estupro coletivo no Rio de Janeiro, vimos emergir a campanha 33 Contra Todas. Mais recentemente, tivemos o #EleNão, contrária à candidatura do atual presidente, Jair Bolsonaro. Entre essas diversas campanhas, tivemos também as hashtags como a #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto entre várias outras.
- 21.** Você chegou a participar ou ter contato com alguém que participou de alguma delas? Se não chegou a participar, acompanhou essas movimentações na rede? Elas chegaram a te impactar de alguma maneira? Como?
- 22.** Existe alguma campanha ou marco para o feminismo que tenha te marcado mais? Qual? E por quê?

- 23.** Você se lembra de alguma movimentação (organização, protesto, campanha na internet) feminista que preceda as campanhas citadas anteriormente? Você se lembra do Movimento Marcha das Vadias? Chegou a participar de algum protesto ou movimentação na rede relacionada a esse movimento?
- 24.** Você já foi em algum protesto ou evento feminista presencialmente? Como você ficou sabendo do evento? E o que te motivou a participar? Como foi essa experiência?
- 25.** Você acha que existe diferença entre atuar nas redes sociais e participar de protestos de rua ou coletivos feministas, por exemplo? Se sim, quais? Você acha que, hoje, existe alguma relação entre essas duas formas de participação, as que são presenciais (como os protestos e coletivos) e as redes sociais? Qual?

Feminismo e cotidiano

- 26.** Agora pensando no seu dia-a-dia, você acredita que o feminismo aparece em seu cotidiano? Se sim, de que maneira isso acontece?
- 27.** Você costuma explicitar seu posicionamento nos ambientes em que frequenta: no trabalho, na escola/ faculdade, grupo de amigos? Se sim, o que te levou a explicitar esse posicionamento? Você já foi de alguma maneira constrangida ou repreendida por tomar tais posições? Ou já se aproximou de alguém por terem posições parecidas?
- 28.** Nesse sentido, você sente que se colocar enquanto feminista te traz algum desgaste emocional ou te fortalece de alguma forma? Pode ser os dois também. Se for os dois, em que momentos você se sente fortalecida e em que momentos isso te desgasta?

Balanco e perspectivas

- 29.** Como você vê o feminismo hoje? Você sente algum avanço ou algum retrocesso no que tange às pautas feministas? Sente alguma diferença quanto ao número de mulheres que se identificam com o feminismo? Se sim, a que atribui tal diferença? E consegue localizar essas mudanças em termos de temporalidade? Por exemplo, em que ano ou época da sua vida você sentiu que “as coisas estavam mudando”, em termos de feminismo?
- 30.** E como você vê o feminismo em seu futuro? Pretende continuar se engajando a partir dessas pautas?
- 31.** Você acha que existe algum tipo de diferença geracional entre as feministas? Alguma diferença na forma de atuação das feministas mais velhas e das mais jovens? Quais? Por que você acha que isso acontece?

- 32.** Existe mais alguma questão que você gostaria de colocar para finalizar essa entrevista? Algo que deixei passar e você gostaria de citar.

3. Perfil das entrevistadas

1. Laura é uma mulher cisgênera, branca, que na ocasião da entrevista tinha 23 anos e estudava Psicologia em uma universidade particular do Rio de Janeiro. De classe média, estudou em uma escola católica, na qual não se identificava com os seus colegas. Muito ativa nas redes sociais na adolescência, via na internet uma forma de estabelecer outras relações para além do seu entorno territorial e escolar. Teve seu primeiro contato com o feminismo através do Blog Escreva Lola Escreva, chegando a fundar um grupo de jovens feministas no Facebook enquanto estava na oitava série do ensino fundamental, em 2011, que durou aproximadamente três anos. Tinha contato com a cena cultural Riot Girl da cidade. Entrou na universidade em 2016 e aos poucos passou a se identificar enquanto marxista.
2. Manuela é uma mulher negra, cisgênera, que na ocasião da entrevista tinha 22 anos, morava na periferia de São Paulo e trabalhava no setor de telemarketing, além de ser modelo e fazer tranças. Tem variados perfis nas redes sociais, todos eles com milhares de seguidores. Na escola, se interessava por quadrinhos e cultura geek. Se tornou feminista a partir de 2014, por meio da leitura de páginas relacionadas ao tema no Facebook. Filha de ex-policia militar e mãe evangélica, teve alguns conflitos familiares em função de não professar a mesma fé da mãe, sendo adepta do ocultismo e de religiões neopagãs.
3. Carolina é uma mulher branca, cisgênera e que na ocasião da entrevista tinha 21 anos. Vinda da região metropolitana de São Paulo, morava no interior do estado em função da faculdade, onde cursava Engenharia Florestal em uma universidade pública. No Ensino Médio, cursou escola técnica, onde participou do movimento de ocupações secundaristas e teve seu primeiro contato com o feminismo, em função da sua participação em um grupo de jovens feministas da escola no Facebook. Embora atualmente não atue em nenhuma organização partidária e nem tenha sido filiada oficialmente, já foi próxima do PSTU no Ensino Médio.

4. Julia é uma mulher branca cisgênera, que na ocasião da entrevista tinha 27 anos e morava em São Paulo. Trabalhava como assistente de marketing e influenciadora digital, enquanto cursava faculdade de Psicologia. Evangélica, veio de uma família muito conservadora, na qual os papéis tradicionais de gênero eram reforçados e incentivados. Apesar disso, deixa claro seus posicionamentos feministas na família e na igreja, fazendo aberta defesa da legalização do aborto. Teve seu primeiro contato com o feminismo a partir de conteúdos na internet a respeito de relacionamentos abusivos, através dos quais foi capaz de identificar situações que estava vivenciando. Anteriormente à faculdade de Psicologia, cursou Propaganda e Marketing e decidiu abandonar o curso quando voltou de uma missão religiosa. Através da psicologia, pretende trabalhar com mulheres e crianças vítimas de violência.
5. Amanda é uma mulher negra cisgênera, lésbica, com 18 anos quando a entrevista foi realizada. Vinda de Recife, mas na época residia em Natal. Estudava produção cultural em um instituto federal e trabalhava na mesma área, no setor musical, além de ter uma banda de punk rock composta exclusivamente por mulheres. Seu primeiro contato com o feminismo foi por volta de 2013, através de páginas feministas no Facebook. Enquanto morava com seus pais, convivia em um ambiente marcado pela violência doméstica. Atuante no movimento estudantil, compôs um coletivo feminista e participou do movimento por moradia em Recife. Nas redes, fundou um grupo no Facebook com jovens feministas. Sofreu perseguição por sua atuação no movimento estudantil e havia interrompido seus estudos na oitava série em função de um diagnóstico de transtorno bipolar.
6. Giovana é uma mulher branca, cisgênera, com 22 anos quando a entrevista foi feita. De classe média e origem paulistana, morava em Santos em função do curso de Direito. Seu primeiro contato com o feminismo foi durante seu Ensino Médio, onde testemunhou as colegas formarem um levante de denúncias de assédio. Relatou diversos conflitos familiares em função dos seus posicionamentos feministas. Embora tenha se afastado da militância no início na graduação em função de um processo de adoecimento mental, quando a entrevista foi realizada era bastante atuante no movimento estudantil, sendo filiada ao PSol.

7. Larissa é uma mulher branca, cisgênera, com 25 anos e morando no interior de São Paulo na época da realização da entrevista. Formada em uma universidade pública estadual, era advogada criminalista e compunha um coletivo de mulheres responsáveis tanto por uma revista digital feminista com mais de cem mil seguidores em apenas uma rede social quanto por um grupo no Facebook exclusivamente de mulheres. Seu primeiro contato com os ideais feministas foi no final do Ensino Médio, através de um ex-namorado. Ingressou na universidade já procurando se aproximar do movimento feminista, tendo composto um coletivo feminista do campus.

8. Yasmin é uma mulher branca, cisgênera, com 32 anos na época da realização da entrevista. Paulistana, formada em Gastronomia, morava no Canadá e trabalhava no setor de comércio. De classe média e filha de mãe médica e pai militar, foi casada com um homem por dez anos, até se descobrir lésbica. Seu primeiro contato com o feminismo foi através da repercussão do conteúdo publicado por Julia Tolezano em seu canal do YouTube. Participou de diversos grupos de mulheres no Facebook e relatou diversos conflitos familiares e em seu círculo social em função dos seus posicionamentos enquanto feminista. Atribui a coragem que teve ao assumir sua orientação sexual ao apoio que recebeu e à tomada de consciência que alcançou através da sua participação nos grupos feministas nas redes sociais.

9. Luciana é uma mulher cisgênera, com 42 anos quando a entrevista foi realizada e vinda do Mato Grosso do Sul. Era editora de um coletivo de jornalismo investigativo independente. Militante feminista autônoma, transitava entre o campo anarquista e partidos de esquerda, como o PT e o PSol. Sua família sempre esteve envolvida com política: sua mãe é assistente social, militante e atuou na construção e implantação da Lei Orgânica de Assistência Social, enquanto o irmão atuou na executiva do PSol. Seu primeiro contato com o feminismo foi nos anos 1990, quando o mIRC era o principal meio de comunicação instantânea disponível. Nessa época, relata que havia muita troca de fanzines relacionados à temática, durante shows de rock. Já em 2011, intensificou seu engajamento com o movimento feminista a partir da ascensão do Facebook e do surgimento de páginas e grupos feministas presentes nessa plataforma. Mantinha, em conjunto com outras mulheres, uma página de denúncias de violência

contra a mulher na mesma rede social, onde buscavam investigar os casos e expor os agressores.

10. Camila é uma mulher branca, cisgênera, com 21 anos na época da realização da entrevista. Nascida em Belo Horizonte, onde cursava a graduação em Pedagogia em uma universidade pública. Seu primeiro contato com ideais feministas foi com 11 anos, a partir das aulas de um professor progressista na escola e de materiais que procurava na internet. Participou de diversos grupos de mulheres e acompanhava uma série de páginas feministas no Facebook e no Tumblr. Com 15 anos, já identificava com uma vertente feminista. Participou das manifestações das Jornadas de Junho de 2013, que segundo ela marcam o início de sua vida política e onde foi vítima de violência policial. Já compôs a Grupa Ação e Resistência Radical Feminista – GARRa Feminista e se identifica enquanto anarcofeminista. Na época da entrevista, há mais de um ano participava de um grupo mais restrito de mulheres no WhatsApp, derivado de um grupo do Facebook.
11. Bárbara é uma mulher branca, cisgênera, bissexual e, na época, com 26 anos. Vinda do interior de Minas, cursou a graduação e o mestrado em Administração. Na ocasião da entrevista, exercia a função de analista em uma empresa privada. Vinda de família evangélica e muito conservadora, recusou desde cedo a criação voltada para o trabalho doméstico e o casamento. Seu primeiro contato com o movimento feminista foi durante a graduação, quando em função do período eleitoral presidencial de 2014 passou a se interessar por política. Durante sua trajetória, pautou sua produção acadêmica por temáticas relacionadas às mulheres: no trabalho de conclusão de curso, estudou a dificuldade das mulheres em alcançar cargos de liderança em empresas privadas e no mestrado, tentou estudar casos de estupro na universidade e acabou pesquisando sobre a indústria pornográfica.
12. Brenda é uma mulher branca, cisgênera, que na época da realização da entrevista tinha 35 anos e morava em Brasília. Tem um filho e é filiada ao PT desde 2002, onde milita no Setorial de Mulheres. Sua família toda tem histórico de participação política no mesmo partido. Seu primeiro contato com o feminismo foi em 2011, através de uma publicação sobre padrões de beleza presente no blog Escreva Lola Escreva, chegando a entrar em contato com a autora do blog. Passou, então, a frequentar a

Marcha das Vadias e a acompanhar diversas páginas feministas no Facebook, se tornando colaboradora de duas grandes páginas e participando da organização do I Encontro Feminista de São Paulo em função disso. Hoje tem um podcast com mais três mulheres onde pautam temas diversos.

13. Jéssica é uma mulher cisgênera, de 24 anos na época da realização da entrevista. De classe média de São Paulo, é formada em Letras e trabalhava como professora e tradutora. Seu primeiro contato com o feminismo foi com 17 anos, assim que ingressou na graduação em uma universidade pública, a partir de coletivos feministas na universidade, páginas feministas e grupos de mulheres no Facebook. Relatou diversos conflitos familiares em função dos seus posicionamentos políticos progressistas e feministas.
14. Olívia é uma mulher branca, cisgênera e tinha 41 anos na época da realização da entrevista. Psicanalista, de classe média, com formação em Biologia, nasceu em Londrina, mas morou em São Paulo. Militou no PSTU por aproximadamente 7 anos. Seu primeiro contato com o feminismo foi a partir da leitura de publicações do blog *Escreva Lola Escreva*. A partir delas, descobriu que estava vivenciando um relacionamento abusivo com seu marido na época, também militante do partido, chegando a ser vítima de violência doméstica alguns anos depois. Se divorciou e fundou uma das que viriam a ser uma das maiores páginas no Facebook sobre a temática feminista e que contava com mais de um milhão de curtidas. Foi uma das organizadoras do I Encontro Feminista de São Paulo, em 2013, e conforme foi se tornando uma figura pública ligada às pautas feministas, passou a sofrer ameaças do mesmo grupo masculinista que perseguia Lola Aronovich. Embora tenha se afastado da militância partidária, buscava com sua atuação em psicanálise atender mulheres que também tenham passado por algum tipo de violência de gênero. Em função disso, teve sua página de trabalho bloqueada por ataques digitais.
15. Cecília é uma mulher cisgênera, que na época da realização da entrevista tinha 23 anos. Carioca, atuava como representante comercial. Seu primeiro contato com o feminismo foi com 19 anos, quando saiu de um relacionamento abusivo e passou a frequentar grupos de apoio no Facebook relacionados à temática. Amante do esporte, faz parte de uma torcida organizada de um grande clube de futebol da cidade e em

2018, foi uma das fundadoras da iniciativa Torcidas Contra o Assédio que busca tornar os ambientes esportivos mais acolhedores e seguros para as mulheres. Além disso, fazia parte de grupos de leitura sobre teoria feminista e participou de campanhas de arrecadação de produtos de higiene para mulheres em situação de rua e vulnerabilidade social.

16. Isabela é uma mulher negra, cisgênera, bissexual, com 27 anos na época da realização da entrevista. Candomblecista, nasceu em Salvador e se mudou para Feira de Santana. Estava desempregada e buscava ingressar no curso de Psicologia, plano que foi interrompido momentaneamente em função da pandemia de COVID-19. Atleta de karatê desde pequena, já sentia a desigualdade de gênero nas práticas esportivas, mas só teve seu primeiro contato com o feminismo em 2016, em função da mobilização nas redes envolvendo um caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro (#33ContraTodas). A partir desse contato, passou a questionar algumas das situações que havia vivenciado sob a ótica feminista, reconhecendo ter passado por um relacionamento abusivo e discriminação de gênero no esporte. Bastante ativa na campanha contra a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, sofreu ameaças de estupro e uma tentativa de sequestro vindas de um policial simpático ao então candidato.

17. Nádia é uma mulher cisgênera, na época da entrevista com 41 anos. Vinda de Manaus, residia em Londres e é fundadora do blog Cem Homens, que originou o livro *Cem Homens Em Um Ano*, publicado pela editora Matrix. Na ocasião, formada em Direito, fazia mestrado em Jornalismo Interativo e tem formação de especialista em Gênero e Sexualidades pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ/SPM-PR). Embora suas inquietações relacionadas à desigualdade de gênero estejam presentes desde sua infância, vendo o tratamento recebido pela sua mãe na ocasião do divórcio, seu primeiro contato com os ideais feministas foi somente em 2011, através do apoio que recebeu de Lola Aronovich em uma publicação no blog *Escreva Lola Escreva* e de conteúdos sobre a temática publicados na plataforma Tumblr, os quais foram acompanhados por experiências de violência de gênero que sofreu quando o seu próprio blog passou a ganhar notoriedade. Esteve presente no I Encontro Feminista de São Paulo, enquanto convidada para compor uma mesa sobre Padrões de Beleza e Opressão, em conjunto

com a escritora Clara Averbuck. Em 2014, participou do EDxECC, com uma palestra intitulada “Cheguem mais perto do feminismo”, que hoje está disponível no YouTube e conta com aproximadamente 30 mil visualizações.

18. Andressa é uma mulher cisgênera, com 21 anos na época da realização da entrevista, estudante, do Rio de Janeiro. Relata seu primeiro contato com os ideais feministas ainda no Ensino Médio, quando tinha entre 15 e 17 anos, através das aulas de História e de conteúdos compartilhados nas plataformas de redes sociais, principalmente Facebook e Twitter. Já egressa, participou de uma campanha de denúncias de assédio em sua antiga escola, que obteve alcance nacional. Quando a entrevista foi feita, um vídeo seu havia viralizado há aproximadamente um mês, no qual ela expulsava do ônibus um homem que a assediou durante o trajeto. Além disso, foi vítima de violência institucional quando tentou registrar o caso em uma Delegacia da Mulher, que se recusou a fazer o registro. Em função da repercussão do vídeo, sofreu diversas ameaças de violência pelo ambiente digital e, novamente, teve o registro dos casos negados, desta vez pela Delegacia Especializada em Crimes Digitais.